

José Marcelo Tonini Ximenez

**A planta da arquitetura monástica e a regra dos beneditinos:
séculos VI a XII**

**Dissertação de Mestrado apresentada à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo sob a orientação
do Prof. Dr. Jonas Tadeu Silva Malaco**

sysno
1427690

**São Paulo
2004**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA: 

E-MAIL: marximenez@ig.com.br

426
X41p

Ximenez, José Marcelo Tonini
X7p A planta da arquitetura monástica e a regra dos beneditinos:
séculos VI a XII / José Marcelo Tonini Ximenez. - - São Paulo :
s.n., 2004.
103 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - FAUUSP.
Orientador: Jonas Tadeu Silva Malaco.

1. Edifícios religiosos - Europa 2. Mosteiros - Europa 3.
3. Ordens religiosas I. Título

CDU 726(4)

X-42154

À minha esposa.

À minha filha.

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Jonas Tadeu Silva Malaco pelo total acompanhamento desde o início deste trabalho e por seu rigor no desenvolvimento da pesquisa.

Ao Revmo. Abade Dom Edmílson A. Caetano, O. Cist., da Abadia Nossa Senhora de São Bernardo em São José do Rio Pardo por permitir a consulta à biblioteca do mosteiro, assim como, o empréstimo de preciosos livros. Ao Prior Padre Paulo C. Demartini, O. Cist., por fraternalmente me recepcionar no mosteiro e permitir que eu conhecesse um pouco da rotina monástica.

A Dom Carmelo Recchia, O. Cist., antigo abade da Abadia de Nossa Senhora do Divino Espírito Santo em Claraval, por possibilitar meu acesso à biblioteca monástica. Ao Padre Irineu Olmedo Viana, O. Cist., então Mestre de Noviços e Professos, por seu valioso auxílio com o acervo da biblioteca.

Ao antigo arquivista do Mosteiro de São Paulo Dom Martinho Johnson, O. S. B. (*in memoriam*) por possibilitar meu primeiro contato com uma biblioteca monástica.

Ao colega professor Marcos Aulicino pela ajuda junto às bibliotecas da UNICAMP.

A Wania Faria por seu auxílio, em Nova York, com o periódico *Gesta*.

A Terence Kardong, O. S. B., editor da publicação *The American Benedictine Review* pelo rápido e gratuito envio de uma antiga edição.

A Vasco Oliveira e Cunha, antigo Diretor do Departamento Cultural do Instituto Superior Politécnico de Viseu por possibilitar o envio, sem custos, de um antigo número de *Millenium*.

A Gladis e Valdir Peres pelo precioso contato com o Mosteiro de São Paulo.

A Bruno Orellana pela pronta ajuda com a versão do resumo para a língua inglesa.

À Inazir, minha esposa, pelo incentivo para que eu iniciasse esta pesquisa e pelo apoio – sempre constante – durante o seu árduo desenvolvimento.

A todos que me ajudaram e que, por minha falha, não estão nestes agradecimentos.

Resumo

Estudamos plantas de mosteiros analisando o programa de arquitetura nelas contido, observando-as de forma comparativa e nos referenciando em alguns documentos normativos, especialmente a *Regra de São Bento*. Detivemos nossa atenção no Plano de São Galo, em Cluny II e III, assim como na planta modelar cisterciense. Observamos nas primeiras plantas monasteriais referenciadas na Regra Beneditina quando teria ocorrido a adoção da solução com o claustro; analisamos o Plano de São Galo, bem como suas possíveis relações com as resoluções dos sínodos de 816 e 817; analisamos também a abadia de Cluny comparando suas fases II e III com o Plano de São Galo; observamos as primeiras plantas da Ordem de Cister tendo em conta sua planta modelar, referenciando-nos também nos estatutos próprios cistercienses. ARQUITETURA MONÁSTICA E RELIGIOSA, ORDENS MONÁSTICAS E RELIGIOSAS, MOSTEIROS – EUROPA, CISTER, CLUNY, PLANO DE SÃO GALO.

Abstract

We studied monastery plans analyzing the architecture program found on it, watching in a comparative form taking as reference a few normative documents, especially the *St. Benedict Rule*. We had our attention at the Plan of St Gall, Cluny II and III as Cistercian model plan. We observed the first monastery plans having as reference the Benedictine Rule, when probably had occurred the cloister solution adoption; we analyzed the Plan of St. Gall, like its possible relations with the synods of 816 and 817; we also analyzed the Cluny Abbey comparing its stages II and III with the St. Gall Plan; we observed the first plans of Cistercian Order, having as reference this model plan, we are also referencing on its own Cistercian statute. MONASTIC AND RELIGIOUS ARCHITECTURE, MONASTIC AND RELIGIOUS ORDERS, MONASTERIES – EUROPE, CISTER, CLUNY, PLAN OF ST. GALL.

Sumário

Introdução	07
Capítulo 1: breve histórico do desenvolvimento das plantas da arquitetura monástica na Europa Ocidental desde a redação da <i>Regra de São Bento</i> até o período carolíngio	09
Capítulo 2: o Plano de São Galo	22
Capítulo 3: as plantas da abadia de Cluny em suas fases II e III	43
Capítulo 4: as plantas dos mosteiros cistercienses na primeira metade do século XII	63
Conclusão	82
Ilustrações	85
Bibliografia	97

Introdução

Pretendíamos inicialmente em nossa pesquisa identificar as origens dos mosteiros beneditinos e apreciar suas soluções de planta. Fizemos um breve levantamento da bibliografia pertinente. A bibliografia consultada nos deu uma primeira periodização com que pudéssemos trabalhar. Essa periodização nos permitiu restringir melhor nossa atenção a casos específicos. Escolhemos casos que nos pareceram relevantes, especialmente pelas possíveis relações entre o modo de ser de uma comunidade monástica e a planta de seus mosteiros como definição de um conjunto de ambientes. Procuramos apreciar comparativamente as plantas dos mosteiros, assim como relacioná-las à *Regra de São Bento* e mais alguns textos de caráter normativo da vida monástica, isto como uma primeira aproximação comparativa.

O surgimento do monacato deu-se no século I e desde o início do século VI, com a redação da *Regra de São Bento*, até o princípio do século IX, ocorreu uma gradual disseminação do monaquismo de modo de vida coletivo. Entre os séculos IX e XII os mosteiros referenciados na *Regra de São Bento* se mostraram preponderantes em relação às outras comunidades. A partir do século XIII novas ordens religiosas questionaram o modelo beneditino. Decidimos restringir nossa pesquisa no período entre a redação da *Regra de São Bento* (início do século VI) e a primeira fase de expansão da Ordem Cisterciense (início do século XII). Tal escolha, ainda que não deixe de ser em parte arbitrária e passível de questionamentos, permitiu que concentrássemos nossos esforços em um período de predominância da *Regra de São Bento*. Dentro desse longo período, também com riscos de elegermos casos que poderiam não se mostrar significativos se comparados a outros, decidimos nos deter em alguns momentos específicos que se apresentaram, ao nosso modo de entender, relevantes à nossa pesquisa e às nossas possibilidades: o Plano de São Galo, as fases II e III de Cluny e a planta bernardina.

Desta forma, limitamos nosso trabalho a quatro períodos: primeiro período – fase inicial de aplicação da *Regra de São Bento* nos mosteiros com amplas experimentações nas resoluções de planta e adoção, ainda que não totalmente generalizada, do modelo centrado no claustro, assim como a convivência de mosteiros de modo de vida coletivo e estabelecimentos semi-eremíticos (séculos VI a VIII); segundo período – consolidação da utilização da *Regra de São Bento* nos mosteiros e a elaboração do Plano de São Galo com a afirmação dos estabelecimentos comunitários e a aplicação do modelo de planta relacionado ao claustro (início do século IX); terceiro período – a abadia de Cluny e as transformações em suas plantas, bem como a predominância de mosteiros que utilizavam a *Regra de São Bento*

(séculos X a XII); quarto período – questionamentos em relação ao modelo cluniacense no surgimento e na afirmação de uma nova corrente monástica, a Ordem de Cister, também referenciada na *Regra de São Bento*, assim como de novas ordens religiosas, tanto de modo de vida semi-eremítico como coletivo (final do século XI e início do século XII).

A partir desta periodização e com uma atenção centralizada na planta de arquitetura dos mosteiros, desenvolvemos nossa dissertação em quatro capítulos: capítulo 1 – breve histórico do desenvolvimento das plantas da arquitetura monástica na Europa Ocidental desde a redação da *Regra de São Bento* até o período carolíngio; capítulo 2 – o Plano de São Galo; capítulo 3 – as plantas da abadia de Cluny em suas fases II e III; capítulo 4 – as plantas dos mosteiros cistercienses na primeira metade do século XII.

No primeiro capítulo procuramos observar na *Regra de São Bento* possíveis passagens que estariam relacionadas a um programa de necessidades e ver nas primeiras plantas monasteriais referenciadas na Regra Beneditina quando teria ocorrido a adoção de uma solução de planta mais definitiva e centrada no claustro, modelo que se mostraria predominante nas plantas dos mosteiros a partir de então.

No segundo capítulo centramos nossas observações na planta do Plano de São Galo, em suas possíveis relações com as resoluções dos sínodos de 816 e 817, assim como, com a *Regra de São Bento*. A análise pôde ser um pouco mais detida devido especialmente à clareza do documento e à existência de diversos estudos sobre ele.

No terceiro capítulo procuramos observar a abadia de Cluny, nas suas fases II e III, bem como as possíveis semelhanças e diferenças entre suas plantas e o Plano de São Galo, continuando a nos referenciar na *Regra de São Bento*. Do período primitivo de Cluny não encontramos uma planta que fosse considerada confiável, devido à exigüidade da documentação existente. No que diz respeito às fases seguintes, Cluny II e III, fizemos uso das reconstituições propostas e aceitas pela bibliografia.

No quarto capítulo observamos as primeiras plantas da Ordem de Cister tendo em conta a planta modelar elaborada por Anselme Dimier. Analisamos essa planta e a referenciamos nos estatutos próprios dos cistercienses, assim como, mais uma vez, na *Regra de São Bento*.

Estudamos as plantas dos mosteiros apreciando, antes de tudo, o programa de arquitetura nelas contido. Alguns aspectos que pareceram relevantes foram mais detidamente considerados; outras relevâncias, ainda que percebidas, não puderam ser objeto de uma maior atenção. Se possibilitarmos a partir de nossa breve pesquisa que estudos mais aprofundados possam ser realizados já teremos alcançado o que era o nosso objetivo inicial.

Capítulo 1

Breve histórico do desenvolvimento das plantas da arquitetura monástica na Europa Ocidental desde a redação da *Regra de São Bento* até o período carolíngio

A Regra Beneditina foi redigida no mosteiro de Monte Cassino em 530¹ e é considerada pela tradição monástica como sendo de São Bento de Núrsia (480/c.553).² São Bento ao escrever sua regra, talvez não pretendesse criar nenhum modelo de Ordem Religiosa³ ou um conjunto de orientações de grande aceitação, sendo que seus objetivos poderiam ser bem modestos, limitando-se apenas a redigir normas de conduta e comportamento para um grupo de monges sob seus cuidados.⁴ Mas São Bento poderia ter consciência do possível emprego de sua regra por outras comunidades monásticas,⁵ devido à prática usual nesse período da utilização de diferentes textos nos mosteiros, considerados um tipo de patrimônio comum.⁶ A possibilidade da Regra não ser exclusiva para os monges sob sua orientação pode ser vista em seu prólogo: “A ti, pois, se dirige agora a minha palavra, quem quer que sejas”.⁷ Assim como no último capítulo: “Tu, pois, quem quer que sejas [...] realiza com o auxílio de Cristo esta mínima Regra de iniciação aqui escrita”.⁸ Também se nota esta possibilidade no capítulo 55 que faz alusão aos estabelecimentos monásticos

¹ Apesar de Santos afirmar que: “A tradição admite que S. Bento [...] escreveu sua regra por volta de 530”, não há uma concordância, na bibliografia pesquisada, quanto às datas de sua elaboração. Colombás assinala entre 530 e 560 e Masoliver entre 540 e 546. Colombás afirma também que a redação final do texto possivelmente foi concluída em Monte Cassino e que é provável que parte dele foi escrito em Subiaco. Colombás em: *La Regla de San Benito*. Madrid: La Editorial Católica, 1979, p. 17-19; MASOLIVER, Alejandro. *Historia del monacato cristiano: v.1 desde los orígenes hasta San Benito*. Madrid: Encuentro, 1994, p. 116; SANTOS, Pe. Luís Alberto Ruas, O.Cist. *Os Cistercienses: uma espiritualidade abrangente e criativa*. Itatinga: Abadia de Nossa Senhora da Assunção de Hardehausen-Itatinga, 1998, p. 7.

² Em pesquisas recentes questiona-se a elaboração de todo o texto por São Bento, defendendo-se a tese de que grande parte de sua redação foi realizada a partir de cópia literal de passagens da *Regra do Mestre*, de autoria desconhecida e que provavelmente foi elaborada na mesma época e região da Itália. Sobre a utilização da *Regra do Mestre* por São Bento: Enout em: *A Regra de São Bento: latim/português*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1992, p. 7-10; MASOLIVER, op. cit., p. 117-120; VOGÜÉ, Dom Adalberto De. *O que diz São Bento: uma leitura da regra*. Belo Horizonte: Mazza, [1995], p. 6-7. Colombás faz uma análise e um apanhado das teorias formuladas a respeito da autoria da *Regra de São Bento* em: *La Regla de San Benito*, op. cit., p. 17-40.

³ A denominação de Ordem Religiosa, com seus estatutos próprios conhecidos por Constituições, só seria aplicada muitos séculos depois. Merton assinala que as regulamentações da Ordem de Cister, elaboradas no início do século XII, serviram de modelo para a organização de todas as outras ordens. MERTON, Thomas. *A vida silenciosa*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 99-100.

⁴ DUARTE, Luís Miguel. Dos liceos aos hospitais: as sugestões da Regra de São Bento. *Notandum*, ano III, n. 6, jul.-dez. 2000. Disponível em <<http://www.hottopos.com/notand6/duarte.htm>> p. 4. Acesso em: 1 dez. 2001.

⁵ “Del texto mismo de la RB se deduce claramente que no fue escrita para um solo monastério”. Colombás em: *La Regla de San Benito*, op. cit., p. 16.

⁶ Colombás em: *Ibidem*, p. 40.

⁷ Excerto do prólogo em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 13.

⁸ Excerto do capítulo 73 (De que nem toda a observância da justiça se acha estabelecida nesta Regra) em: *Ibidem*, p. 145-147.

situados em locais de clima diferente: “Sejam dadas vestes aos irmãos de acordo com as condições e temperaturas dos lugares em que habitam, porque, nas regiões frias, tem-se necessidade de mais, e nas quentes, de menos”.⁹

Além do texto da Regra não se conhece outro trabalho escrito por São Bento, assim como relatos ou descrições de sua vida que lhe sejam contemporâneas.¹⁰ Uma referência para conhecê-la está no texto *Vida e Milagres de São Bento*, redigido entre 593 e 594 durante os primeiros anos do pontificado do antigo monge beneditino São Gregório Magno (c.540/604).¹¹ Esta biografia é o volume dois de um conjunto maior, composto por quatro partes e conhecido por *Diálogos*, assim denominado por ser um tipo de colóquio com perguntas e respostas. Produzido em uma época conturbada, devido às invasões bárbaras, apresentava um aspecto de evangelização por descrever a vida dos Padres ou Pais, pessoas consideradas notáveis para a Igreja e que viveram em um período muito próximo daquele tempo. Redigido cerca de 40 anos após a morte de São Bento, o texto relata toda sua vida e apresenta características de sua personalidade que explicitam suas qualidades. Conforme São Gregório Magno, São Bento era de uma família aristocrática e rural de Núrsia e foi enviado a Roma para completar seus estudos. Desgostoso com a corrupção de costumes na vida urbana resolveu abandonar tudo e se tornar um eremita, mudando-se aos vinte anos para Subiaco, onde viveria em uma gruta. Sua atitude despertou atenção e logo teve discípulos, o que lhe permitiu fundar doze mosteiros, cada um dos quais com doze monges sob a supervisão de um superior ou abade. São Bento era o responsável por todas essas comunidades e por obter certa notoriedade teve problemas com o sacerdote de uma igreja vizinha. Para evitar maiores conflitos retirou-se do local com alguns de seus seguidores e estabeleceu-se em Monte Cassino. Em uma elevação, no local de um templo pagão e junto a uma antiga fortaleza, parcialmente em ruínas, ele fixou o grupo. Na nova fundação todos viveriam em um mesmo lugar e não mais separados em aldeias como em Subiaco, estando sob a direção de seu fundador que escolheu para sua própria habitação o mais alto edifício existente. Permaneceu

⁹ Excerto do capítulo 55 (Do vestuário e do calçado dos irmãos) em: *Ibidem*, p. 113.

¹⁰ A ausência de informações sobre São Bento, contemporâneas à sua vida, pode ser atribuída à sua pequena participação em acontecimentos relevantes do período. Colombás em: *La Regla de San Benito*, op. cit., p. 3; PAIXÃO, Dom Gregório, OSB. *São Bento: um mestre para o nosso tempo*. Salvador: São Bento, 1996, p. 29.

¹¹ Colombás e Masoliver, entre outros, consideram este texto como a única fonte conhecida sobre a vida de São Bento. A veracidade das informações apresentadas por São Gregório Magno é questionada, especialmente por esse tipo de relato ser um gênero literário avesso às fontes e às datas precisas, conhecido por hagiografia ou vida dos santos. Destina-se, sobretudo à evangelização através do exemplo de pessoas consideradas santas e têm suas origens na biografia de Santo Antão (251/356), *Vita Antonii*, escrita pelo bispo de Alexandria Santo Atanásio. Apesar disso, diversas pessoas citadas têm sua existência comprovada, inclusive os quatro abades que, segundo São Gregório, foram as fontes das informações sobre a vida de São Bento. Colombás em: *Ibidem*, p. 3-7; MASOLIVER, op. cit., p. 111-113.

em Monte Cassino até sua morte e destacar-se-ia por seu trabalho de evangelização dos habitantes da região, bem como por seu bom relacionamento com alguns bispos.¹²

São Gregório Magno recomendou a utilização da *Regra de São Bento* em novas fundações monasteriais. Lenta e progressivamente ela se espalhou pela Europa, consolidando-se, séculos depois, como uma importante regra monástica e que seria praticamente adotada como a única a ser seguida.¹³ Era utilizada muitas vezes em um mesmo monastério em conjunto com outras regras,¹⁴ especialmente com as de São Columbano (525-530/615)¹⁵ e com as de Santo Agostinho (354/430);¹⁶ contudo, esses textos serviriam mais como orientação para o abade e os monges de um monastério específico do que uma norma amplamente aceita.¹⁷

A *Regra de São Bento*, composta de um prólogo e 73 capítulos, apresenta recomendações que enfatizam uma ampla participação de todos em atividades comuns: no descanso, na oração, na refeição e no trabalho. Determina o processo de entrada e consolidação dos monges na vida monasterial assim como suas funções e suas atribuições, define atividades diárias de oração e de trabalho, estabelece o comportamento no dormitório, no oratório e no refeitório. A Regra pode ser vista como um texto essencialmente prático que, utilizando-se de elementos de regras anteriores,¹⁸ têm nos Evangelhos suas principais

¹² *Vida e milagres de São Bento por São Gregório Magno, Papa*. São Paulo: Artpress, 1999.

¹³ Sua valorização como uma das principais regras monásticas e sua efetiva adoção como regra única, relacionam-se a uma determinação de Carlos Magno que solicitou em 787 uma cópia da Regra e mandou difundir-la em todos os mosteiros conhecidos. Da mesma forma, o sínodo de 816 em Aachen determinou que todos os monges deveriam conhecê-la na íntegra. A cópia solicitada por Carlos Magno foi realizada a partir do texto original escrito por São Bento e, conservada por muitos anos em Aachen, encontra-se desaparecida. BRAUNFELS, Wolfgang. *Arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral, 1975, p. 40; MASOLIVER, op. cit., p. 118.

¹⁴ Contemporâneos à *Regra de São Bento* existiam diversos textos monásticos, alguns de poucas páginas e outros verdadeiros tratados. Para uma lista e um breve comentário sobre as principais regras monásticas escritas entre os séculos IV e VII: MONGE, José L. C. Regra. In: CASAS, Joan Canals, CMF; RODRÍGUEZ, Angel Aparicio Rodríguez, CMF (Dir.). *Dicionário teológico da vida consagrada*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 964-967.

¹⁵ Nas regras monásticas de São Columbano, Masoliver destaca a obrigação da obediência, especialmente em relação ao abade, assim como o detalhado código penitencial. Lodi também destaca a obrigatoriedade da realização diária do jejum, da leitura, da oração e do trabalho. LODI, Enzo. *Os santos do calendário romano: rezar com os santos na liturgia*. São Paulo: Paulus, 2001, p. 557; MASOLIVER, op. cit., p. 107-108.

¹⁶ A *Carta 211*, dirigida a um mosteiro feminino no norte da África, foi considerada por muito tempo como sua regra original. Entretanto, como nos informa o abade Paulo Rocha no trecho de apresentação da versão portuguesa dos textos monásticos de Santo Agostinho, atualmente se aceita que este texto é uma adaptação da verdadeira regra original denominada *Preceito*, redigida em torno de 397 e destinada ao mosteiro de Hipona. Contudo, entende-se que seus ideais monásticos estão além deste texto, podendo ser encontrados em diversas de suas obras. Dentre esses ideais, Masoliver e Monge destacam a comunhão de bens e Braunfels o compromisso das horas canônicas e do canto coral, assim como a obrigação do trabalho. BRAUNFELS, op. cit., p. 32; MASOLIVER, op. cit., p. 89; MONGE, op. cit., p. 965; *Santo Agostinho: Escritos Monásticos*. Salvador/Juiz de Fora: CIMBRA/Mosteiro da Santa Cruz, 1991. Não paginado.

¹⁷ BRAUNFELS, op. cit., p. 14.

¹⁸ São Bento teria usado, além da *Regra do Mestre*, elementos das regras de São Pacômio, Santo Agostinho e Cassiano, consideradas um tipo de tradição comum dos mosteiros. VARGAS, Maria Ester. O monaquismo: dos primórdios ao séc. VII. *Millenium*, ano 4, n. 15, jul. 1999, p. 260.

diretrizes.¹⁹ Seus capítulos apresentam assuntos específicos, assinalados em seu título e desenvolvidos no texto. Por vezes, apresenta idéias sobrepostas e sem uma aparente ordem de importância ou um encaminhamento progressivo, retornando o autor para assuntos já apresentados em outras partes.²⁰

Constituindo-se em uma regra monasterial ou cenobítica, o texto beneditino se caracteriza por orientar a vida do indivíduo em relação ao grupo, não sendo explícito quanto aos espaços onde esses relacionamentos deveriam acontecer. A única definição mais precisa de como deveria ser o espaço de um mosteiro está nos versículos seis e sete do capítulo 66 (Dos porteiros do mosteiro):

“Seja, porém, o mosteiro, se possível, construído de tal modo que todas as coisas necessárias, isto é, água, moinho, horta e os diversos ofícios, se exerçam dentro do mosteiro, para que não haja necessidade de os monges vaguearem fora, porque de nenhum modo convém às suas almas”.²¹

A Regra assinala que o mosteiro deveria ser uma unidade espacial fechada ao seu exterior e o mais auto-suficiente possível. Não era este um fato novo na edificação dos estabelecimentos monásticos,²² como podemos observar pelas primeiras fundações cenobíticas realizadas por São Pacômio (c.286/346), no Egito no início do século IV²³ ou pelos cenóbios da Igreja Oriental, referenciados nas *Regras de São Basílio*.²⁴ Essas comunidades, se não eram totalmente fechadas ao exterior, ao menos se localizavam em áreas de difícil acesso, isoladas e afastadas da vida secular. De forma tão clara e objetiva não encontraremos na Regra Beneditina outras orientações quanto ao espaço monasterial além do trecho citado do capítulo 66.²⁵ Podemos perceber, entretanto, em diversas passagens a necessidade da existência de ambientes específicos para determinadas funções. Relacionamos-las na ordem em que aparecem na Regra: sala de reunião, dormitório, cozinha,

¹⁹ Colombás em: *La Regla de San Benito*, op. cit., p. 26-28.

²⁰ BRAUNFELS, op. cit., p. 40; Colombás em: *Ibidem*, p. 13.

²¹ *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 137.

²² BRAUNFELS, op. cit., p. 15.

²³ O primeiro estabelecimento monástico conhecido, com modo de vida em comum, é o de Tabennisi ao sul do Egito, fundado próximo ao ano 320. A característica comunitária desta e de outras fundações paconianas, contrapõe-se à corrente do monaquismo eremítico e semi-eremítico do norte egípcio. BRAUNFELS, op. cit., p. 23; HORN, Walter. *On the origins of the medieval cloister*. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 15.

²⁴ São Basílio (330/379) compôs duas regras monásticas: as *Grandes Regras* ou *Regras Mais Amplas* e as *Pequenas Regras*. Destes textos Lodi destaca a obrigação da oração, assim como do trabalho intelectual e manual. LODI, op. cit., p. 40.

²⁵ “En la regla de SAN BENITO no se habla de arquitectura”. BRAUNFELS, op. cit., p. 41.

enfermaria, recinto para o banho, refeitório, ambiente de estar, local de trabalho, recinto para leitura e biblioteca, oratório, hospedaria, cela dos noviços, rouparia e portaria.²⁶

Desde a redação da *Regra de São Bento* no primeiro quartel do século VI até o início do século IX houve uma gradual disseminação do monaquismo de orientação beneditina em grande parte da Europa. Nesse período ocorreram diversas experimentações nas plantas dos mosteiros até a adoção de um específico modelo de implantação dos edifícios em volta de um pátio parcialmente coberto, denominado claustro. Os principais itens do programa de necessidades seriam situados ao seu redor: a biblioteca, o celeiro, a cozinha, o dormitório, a recepção, o refeitório e a sala do capítulo. Implantado em função da igreja, que ficava no eixo leste-oeste, o claustro estaria no lado sul. Apesar da disposição dos edifícios no conjunto ter se apresentado com diversas variações, a função do claustro como articulador de circulações manter-se-ia praticamente imutável. Esta solução para o programa monástico beneditino seria utilizada inclusive por outras ordens religiosas e permanece até nossos dias.²⁷ Os primórdios e as influências iniciais sofridas pelo claustro ainda são uma questão controversa e sujeita a interpretações distintas.²⁸ Podemos, entretanto, observar algumas das experimentações ocorridas nas plantas dos mosteiros e procurar ver quando esta solução arquitetônica teria sido desenvolvida.

As cerca de quatorze fundações monásticas realizadas diretamente por São Bento ou por sua determinação, podem ser um ponto de partida para buscarmos as primeiras aplicações da solução de planta relacionada ao claustro. Na biografia realizada por São Gregório Magno há diversos trechos tratando desses mosteiros, mas sempre de modo a ilustrar alguma passagem importante da vida de São Bento. Ainda que existam indicações das funções existentes, elas não são claras quanto à forma ou à localização dos ambientes.²⁹ Não temos

²⁶ Funções e os capítulos correspondentes: sala de reunião (cap. 3), dormitório (cap. 22), cozinha (cap. 35), enfermaria (cap. 36), recinto para o banho (cap. 36), refeitório (cap. 38, 39, 41, 56 e 63), ambiente de estar (cap. 42), local de trabalho (cap. 48 e 66), recinto para leitura e biblioteca (cap. 42 e 48), oratório (cap. 52, 58 e 63), hospedaria (cap. 53), cela dos noviços (cap. 58), rouparia (cap. 58), portaria (cap. 66). *A Regra de São Bento*, op. cit., passim.

²⁷ Diversos exemplos podem ser utilizados, como o mosteiro de São Francisco em Assis da Ordem Franciscana, o mosteiro de São Marcos em Florença da Congregação de São Domingo e até um mais recente como o mosteiro dominicano de Lê Thoronet, de Le Corbusier. O claustro seria sempre um articulador de circulações e funções no conjunto monástico, mas o que poderíamos chamar de clássico modelo beneditino sofreria alterações devido ao local de implantação e ao espaço disponível. BRAUNFELS, op. cit., p. 197.

²⁸ Sobre as possíveis origens do claustro medieval: DEL NEGRO, Paulo S. B. *O mosteiro de São Bento de Sorocaba e a arquitetura beneditina do litoral brasileiro e do planalto paulista nos séculos XVII, XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História da Arte), IFCH-UNICAMP, Campinas, 2000, p. 17-34.

²⁹ “Dentre os mosteiros que naquela região havia edificado, três se achavam colocados no alto das pedras de um monte”; “no jardim do mosteiro de Bento [...] o santo varão de sua cela”; “um dos edifícios do mosteiro”; “cozinha do mosteiro [...] edifício da cozinha”; “o homem de Deus no recinto de sua cela”; “o homem de Deus ordenou que o deixassem em sua cela”; “irei mostrar-vos o lugar onde deveis edificar o oratório, o refeitório dos irmãos, a hospedaria e tudo o mais que for necessário [...] e lhes foi mostrando

informações mais específicas sobre esses mosteiros, além de Monte Cassino, principalmente pela ausência de dados sobre sua precisa localização. Monte Cassino, fundado em 529,³⁰ foi destruído entre 577 e 581 pelos Longobardos e os monges remanescentes dispersaram-se para outros locais. Em 729, São Vilibaldo (m.790) retornando de Jerusalém, encontrou junto às ruínas um grupo de religiosos dirigidos por Petronax de Bréscia. Ali se fixou por alguns anos e aplicou-lhes a *Regra de São Bento*; no entanto, esta nova fundação também foi destruída, desta vez em 803 pelos Sarracenos.³¹ As configurações do conjunto dos edifícios com o claustro foram definidas apenas no período abacial de Desidério (1058 a 1087).³² As poucas informações que temos sobre os estabelecimentos fundados por São Bento tornaria especulativa sua utilização como o princípio de um modelo de arquitetura monasterial relacionada ao claustro.

Alguns monges que sobreviveram à primeira destruição de Monte Cassino foram acolhidos em Roma, no mosteiro de Santo André no Monte Célio, pelo papa São Gregório Magno. Iniciou-se a partir desta comunidade uma fase de difusão da Regra Beneditina, especialmente devido a uma forte aliança entre o monaquismo de vida cenobítica e o papado.³³ Santo Agostinho de Cantuária (m.604) e mais 40 monges foram enviados à Inglaterra para realizar um trabalho missionário de evangelização e, estabelecendo-se em 595 em Canterbury no Condado de Kent, obtiveram grandes êxitos na reintrodução do Cristianismo em solo inglês,³⁴ consolidando um importante pólo difusor do monacato beneditino.

A única construção conhecida contemporânea à fundação de Canterbury é a igreja de São Pedro e São Paulo que, consagrada em 613 pelo arcebispo São Lawrence, estava incompleta quando da morte de Santo Agostinho. Outras duas igrejas, uma dedicada a Nossa Senhora (cerca de 620) e outra a São Pancras (data incerta) existiam no local, assim como uma estrutura retangular. Os edifícios estavam dispostos irregularmente e sem uma aparente ordem funcional, sendo que a conformação atual, com o claustro, seria realizada em períodos

pormenorizadamente os lugares nos quais deveriam ser erguidos os vários edifícios”; “oratório de São João, localizado no mais alto do monte”; “à porta do mosteiro”. *Vida e milagres de São Bento*, op. cit., p. 38, 49, 55, 56, 59, 60, 84, 101, 106.

³⁰ BRAUNFELS, op. cit., p. 41.

³¹ Ibidem, p. 45; MASOLIVER, op. cit., p. 118.

³² CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 222.

³³ LODI, op. cit., p. 367.

³⁴ Com a saída da administração romana das Ilhas Britânicas e com a invasão dos povos anglo-saxões o Cristianismo foi praticamente extinto da Inglaterra, permanecendo apenas em algumas regiões do País de Gales. VARGAS, op. cit., p. 266.

posteriores, especialmente entre os séculos XI e XII.³⁵ Em alguns monastérios da Northumbria, observa-se uma certa configuração espacial relacionada à implantação das edificações. Em Monkwearmouth descobriram-se as fundações de algumas construções, sendo particularmente interessantes aquelas do que poderia ser um caminho coberto que se direciona em ângulo reto à igreja (ilustração 1);³⁶ em Jarrow, erguido entre 671 e 672 por monges oriundos de Monkwearmouth, encontrou-se um remanescente, paralelo ao lado sul da igreja (ilustração 2). Whitby, fundado em 657 na mesma região, apresenta uma outra disposição com os edifícios isolados entre si, assemelhando-se a antigos assentamentos paconianos no Egito (ilustração 3).³⁷ Não se conhece mais nada sobre outros prédios destes conjuntos o que tornaria também especulativo falarmos da existência ou não de um arranjo formal mais claro e definitivo.

É desse mesmo período a abadia de Nossa Senhora de Jumièges (*Gemeticum*), na França, fundada em torno de 655 por São Filiberto. Braunfels considera que, a partir do manuscrito *Vida de São Filiberto* elaborado por volta de 750 poder-se-ia perceber o que seria o início de uma configuração centralizada no claustro. Conforme o manuscrito, em Jumièges haveria diversas edificações, muitas delas igrejas, rodeadas por altos muros que formariam um grande quadrado. No lado oeste, junto à única entrada, ficaria um espaço cercado de recepção aos visitantes. No restante do mosteiro existiriam sete outros edifícios: à frente do acesso, a igreja em forma de cruz consagrada a Virgem Maria; à sua esquerda, duas construções dedicadas a Denis, o Mártir e Germain, o Confessor; à direita da igreja, o oratório de São Pedro, o sacrário de São Martinho e a cela de São Filiberto. No lado leste, também à direita da igreja, estaria uma construção com dois andares, situando-se no seu piso inferior o celeiro e o refeitório e, no andar superior, o dormitório (ilustração 4).³⁸ O texto *Vida de São Filiberto*, como tantos outros desses conjuntos, o que descrevem mosteiros, teria a função de divulgar um exemplo de comunidade monasterial e, se neles há uma descrição de alguns

³⁵ HORN, op. cit., p. 37-38.

³⁶ Monkwearmouth foi construído segundo as orientações de Bento Bispo (628/689-90) e a partir de exemplos de dezessete mosteiros existentes no Continente Europeu. Ibidem, p. 38.

³⁷ Esses assentamentos, denominados de *laura*, apresentavam-se com diversas construções implantadas sem uma aparente ordenação espacial. Ibidem, p. 15.

³⁸ "In his foresight he constructed towered walls in the shape of a square and of soaring mass, and a splendid enclosure for guests fit to receive arriving visitors [...] The church, built in the shape of a cross rises toward the East Wind. The apse is dedicated to the beloved Virgin Mary [...] Nearby toward the North Wind rose the two edifices [...] of Denis the Martyr and Germain the Confessor. On the right stands the celebrated oratory of St. Peter, having on its flank the sacrarium of Martin. The little cell of the Saint of God himself lies toward the south, distinguished by a masonry fence [...] A two-storied house, lying toward the East, two hundred and ninety feet long and fifty feet wide, rises prominently for obtaining quiet. The light shines through the windows on each individual bed; the glow as it passes through the glass warms the sight of the reader. Below are twin quarters suitable for two services: in one are stored the wines to be aged, in the other are prepared the important meals". Excertos do texto *Vida de São Filiberto* em: Ibidem, p. 35.

recintos, ela serviria principalmente para demonstrar a boa aplicação da regra monástica para um grupo de monges.³⁹ Braunfels entende que a biografia de São Filiberto, por apresentar o posicionamento e as funções dos edifícios sem as suas articulações, na verdade, não elucida as questões sobre o que poderia ser o início de um arranjo funcional mais definitivo, pois não fica claro se as edificações localizavam-se ao redor de um pátio central, o claustro, nem se seria possível uma ligação direta entre elas. Mas, de outra maneira, considera que em Jumièges é possível que os principais edifícios estivessem, sim, ao redor de um claustro.⁴⁰ Ele relaciona este mosteiro com Saint-Wandrille (*Fontanella*), fundado em 649 por São Wandregisilius e distante 15 quilômetros, ambos pertencentes à mesma diocese, o que indicaria afinidades construtivas. Na biografia de Ansegis, abade de Saint-Wandrille de 822 a 833, há uma descrição bastante pormenorizada do seu mosteiro que nos permite observar que os edifícios não estavam mais isolados, mas sim conectados entre si, formando um conjunto mais definido. Quatro edificações principais ladeavam um pátio: a igreja de São Pedro ao sul; o refeitório e o celeiro a leste; o dormitório a oeste; um outro edifício de função não muito clara e talvez um tipo de ambiente de convívio,⁴¹ ao norte (ilustração 5).⁴² Na descrição percebe-se claramente a adoção da solução típica de edificações ao redor de um claustro.

Entretanto, Horn afirma que em Jumièges o edifício de dois pisos e com duas funções distintas inviabilizaria a disposição com claustro, por não haver outras edificações além dele e da igreja de Nossa Senhora que poderiam configurar um pátio.⁴³ Haveria também de se considerar que a descrição de Saint-Wandrille corresponde à sua configuração no século IX, após o abade Ansegis ter reconstruído todo o monastério. Além disso, a palavra latina *claustra*, presente no texto *Vida de São Filiberto*, teria na época segundo Meyvaert, o significado de uma barreira ou um obstáculo e não um fechamento, como entende Braunfels.⁴⁴

³⁹ PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982, p. x.

⁴⁰ "Aquí encontramos por vez primera en Occidente este grandioso elemento arquitectónico". BRAUNFELS, op. cit., p. 45.

⁴¹ Braunfels supõe que este edifício serviria para algum tipo de sala de estar e salienta que esta utilização é bastante inusitada, pois este uso poderia ser realizado em uma edificação bem menor, o que ocorreria posteriormente. Ibidem, p. 47.

⁴² "un edificio magnífico que llaman *domus maior*. Dirigido hacia el Este, toca por un lado el dormitorio, y por otro el refectorio. Allí dentro mandó construir la *camera* y *caminata* y aún otras salas [...] el dormitorio está dirigido con una cara al Norte y con la otra al Oeste, y con ésta toca a la basílica de San Pedro. El refectorio está dirigido de forma parecida a las indicadas direcciones, y con la cara Sur toca casi el ábside de la basílica de San Pedro. Y por último se construyó ese *domus mayor* [...] La iglesia de San Pedro está situada al Sur, pero dirigida hacia el Oeste". Excertos da biografia do abade Ansegis em: Ibidem, p. 302.

⁴³ HORN, op. cit., p. 34-35.

⁴⁴ Meyvaert descreve os significados das palavras latinas *claustra* e *claustrum* no período em que o texto foi redigido, assim como em períodos posteriores, onde adquiriria o sentido de clausura. MEYVAERT, Paul. The medieval monastic claustrum. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 53-54.

No século VIII iniciou-se, pelos mosteiros beneditinos da Inglaterra, uma nova ação missionária apoiada pelo papado e por Carlos Martel. São Bonifácio (672-5/754) instituiu, no norte da Gália e na Alemanha, diversas fundações monásticas, introduzindo novamente a *Regra de São Bento* na Europa.⁴⁵ Em 744 ele estabeleceu em Fulda um mosteiro que seria posteriormente um dos mais influentes da Alemanha. Sua configuração, com o claustro localizado no lado sul, já existia no período abacial de Sturm (744 a 769).⁴⁶

A grande dimensão de Fulda, observada no abaciado de Eigil ou Eigilis (817 a 822) (ilustração 6), remonta a Ratger que foi o mentor do novo conjunto, edificado inicialmente pela igreja principal. A grande dedicação dos monges às novas construções, desviando-os de suas atividades litúrgicas, ocasionou um grande descontentamento entre eles que reclamaram diversas vezes a Carlos Magno. Seu sucessor, Ludovico Pio, atendeu a esses pedidos e mandou depor Ratger de seu cargo de abade em 817.⁴⁷ Tendo em vista o imperador estaria considerando as novas orientações para a vida monástica pregadas por São Bento de Aniane (750/821), nas quais os mosteiros deveriam ser de construções mais simples e voltados fundamentalmente às atividades religiosas. Em Fulda, a não usual localização do novo claustro, à frente da igreja no lado oeste e realizada no abaciado de Eigil, deve-se à escolha feita pelos próprios monges que decidiram que a implantação deveria ser realizada como a da basílica de São Pedro em Roma. Sua solução com um pátio precedendo a igreja apresentava grande prestígio nessa época, não apenas por ser a sede do patriarca de Roma, mas por sua divulgação realizada por bispos e abades que regularmente a visitavam. Com esta disposição, tão próxima à entrada do edifício religioso, o claustro do mosteiro de Fulda perderia muito a função de ser uma área mais reservada e própria dos monges.

Nos mosteiros do período carolíngio observa-se uma tendência à monumentalidade, não apenas na Alemanha, mas também na França. Corbie abrigava em seu período de maior desenvolvimento, no abaciado de Adalhard (781 a 826), cerca de trezentos monges. Apresentava a configuração centrada no claustro e possuía cinco templos, ao menos, bem como diversas outras edificações, tanto na área interna como na extramuros do conjunto.⁴⁸ Tours chegou a um extremo de abrigar nessa época cerca de vinte mil pessoas, com uma configuração física muito mais semelhante a uma cidade do que a um mosteiro.⁴⁹

⁴⁵ PRICE, op. cit., p. 9.

⁴⁶ HORN, op. cit., p. 45.

⁴⁷ Ibidem, loc. cit.

⁴⁸ BRAUNFELS, op. cit., p. 53.

⁴⁹ Ibidem, p. 48.

Lorsch (Altenmünster), construído entre 765 e 774 pelo abade Gundeland, apresentava também uma solução de planta com o claustro, contudo com outra localização dos seus recintos: a igreja ao sul, o dormitório a oeste, o celeiro a leste e um corredor coberto no lado norte (ilustração 7). Sua implantação ao redor de um pátio, mais do que uma novidade foi apenas a reutilização de uma *villa* romana readaptada para um monastério. Este fato não era novo, como podemos ver em Ligugé, o primeiro mosteiro estabelecido em solo franco e fundado por São Martinho entre 360 e 361.⁵⁰

A abadia de Saint-Riquier (Centula), construída entre 790 e 799, pode também ser destacada por sua diferenciada disposição das edificações. As três igrejas do conjunto, São Bento, Santa Maria e Saint-Riquier, estavam nos vértices de um triângulo obtuso e eram conectadas entre si por corredores cobertos (ilustração 8). A forma triangular se deve ao abade Angilberto que a escolheu por razões simbólicas ligadas à Trindade.⁵¹ A localização distanciada das três igrejas, assim como a ligação coberta entre elas, relaciona-se à liturgia adotada no período carolíngio – pouco estacionária e bastante itinerante – que fazia com que o complexo monástico fosse percorrido praticamente todos os dias e noites por procissões que paravam regularmente nos altares para orações, num intercâmbio constante de diferentes grupos de religiosos.⁵² Esta movimentação ocorria inclusive dentro dos próprios edifícios com o acompanhamento dos fiéis, como podemos ver pelos altares de Saint-Riquier e do Salvador, localizados diametralmente opostos no interior da igreja principal.

A *Regra de São Bento* não era a única como orientadora da vida monástica na Europa do século VII até o final do século seguinte,⁵³ quando adquiriria predominância quase absoluta. Comum nesse período era a utilização de diversas regras e textos de cunho evangélico para a orientação da vida monasterial. Principalmente na Gália, era freqüente o uso da Regra Beneditina em conjunto com as de São Columbano, de origem irlandesa e de caráter mais ascético e disciplinar. O monaquismo na Irlanda, por valorizar mais o indivíduo e menos o grupo, tinha uma concepção diametralmente diferente da beneditina. Apresentava-se fundamentado em características eremíticas, nas quais os monges, apesar de estarem em conjunto, tinham uma vida bastante solitária e individualizada, sendo que suas reuniões só se realizavam nas refeições e nas orações em comum. Outra de suas características era a necessária obrigação dos monges serem peregrinos, em constante movimento para a

⁵⁰ HORN, op. cit., p. 43.

⁵¹ Ibidem, loc. cit.

⁵² BARRAL I ALTET, Xavier. *A Alta Idade Média: da Antiguidade Tardia ao ano mil*. Colônia: Taschen, 1998, p. 181.

⁵³ Existiam nesse período cerca de 30 regras monásticas. Colombás em: *La Regla de San Benito*, op. cit., p. 29.

divulgação do Cristianismo. Suas origens relacionam-se ao monacato semi-eremítico do Egito paconiano que, difundido no sul da Gália, foi introduzido na Irlanda e na Escócia ainda no século V. Após sua expansão pelas Ilhas Britânicas retornaria ao continente europeu com mais força no século seguinte, sendo implantado na Gália, no oeste da Alemanha e no norte da Itália.

A primeira fundação monasterial em solo irlandês teria sido a de Armagh, realizada em 444 por São Patrício (385/461). Uma descrição de alguns dos edifícios deste mosteiro pode ser observada no texto *As Três Partes da Vida de São Patrício*.⁵⁴ Apresentava três construções circulares: uma casa maior, uma cozinha e um pequeno depósito.⁵⁵ Estavam situadas dentro de uma área murada e também circular (ilustração 9).⁵⁶ Configurações circulares semelhantes à de Armagh foram utilizadas em diversos mosteiros irlandeses que se estabeleciam em locais de difícil acesso como ilhas e promontórios. Sua localização estava relacionada à necessidade de apartarem-se os monges do mundo secular que segundo acreditava-se era de fundamental importância para o seu crescimento espiritual, assim como para a própria manutenção da vida monacal. Mais do que uma fuga dos problemas do mundo, esse afastamento possibilitaria uma busca mais intensa do conhecimento do Evangelho e uma maior concentração em uma vida ascética longe dos considerados vícios mundanos.⁵⁷

Um relacionamento mais intenso com o mundo externo aos mosteiros sofreu críticas as mais diversas por parte de abades reformadores como São Bento de Aniane no início do século IX e depois com São Bernardo de Claraval no século XII. A interferência dos governantes laicos nos mosteiros incorporava-os à vida secular, como aconteceu com os cluniacenses, especialmente nos séculos XI e XII, quando as abadias rivalizavam com os estados, constituindo-se em governos paralelos devido, entre outras coisas, às grandes extensões de terra sob seu domínio e à sua influência religiosa.⁵⁸

As soluções das plantas dos mosteiros irlandeses remontariam às edificações típicas da Irlanda pré-cristã e teriam origens celtas. Um antigo código de leis denominado de *Senchus*

⁵⁴ Excertos deste texto podem ser vistos em: HORN, op. cit., p. 25.

⁵⁵ Horn entende que a palavra *albergal*, no texto original, teria o significado de um pequeno depósito, contrariando opiniões de que seria um oratório. Ibidem, p. 49.

⁵⁶ Ibidem, p. 25.

⁵⁷ Entre as diversas considerações sobre isso podemos citar Merton e Roberts: "A comunidade está oculta num lugar deserto, longe do mundo [...] um lugar que nos convém, de maneira a estarmos livres para a oração, a leitura e a meditação"; "A solidão e o silêncio nos afastam da sociedade e é devido a eles que tal afastamento se torna essencial ao estado contemplativo". MERTON, op. cit., p. 97-98. ROBERTS, Agustin. *Vida monástica: elementos básicos*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1980, p. 28.

⁵⁸ "Os cluniacenses são, efetivamente, por volta do ano mil, senhores soberanos". IOGNA-PRAT, Dominique. Cluny: cidadela celeste. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel (Coord.). *História artística da Europa: a Idade Média – tomo II*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 102.

Mór,⁵⁹ revisado durante o reinado de MacNeill através de uma comissão formada por seculares e eclesiásticos, inclusive São Patrício, determinava, entre outras coisas, o dimensionamento das construções. As edificações dos fazendeiros, necessariamente circulares, teriam seu diâmetro relacionado à sua posição social, sendo a maior aquela do rei. Esta tradição, incorporada às leis, das construções serem circulares foi utilizada nos mosteiros, não apenas na sua forma, mas também no seu dimensionamento. Entretanto, por prescrição também presente neste código legislativo, o oratório dos mosteiros deveria ser retangular.⁶⁰

O muro envoltório circular dos mosteiros irlandeses apresentou-se com diversas variações na forma, ocasionadas pelo sítio de implantação do conjunto. Entretanto, as configurações com a cela circular e com o oratório retangular permaneceram constante nos séculos VI e VII. Um exemplo dessas formas está em Abbingdon, estabelecido por Cissa em 675. Conforme uma descrição contemporânea à sua fundação, o mosteiro se situava dentro de uma área murada e circular. Apresentava doze habitações individuais para os monges e tinha à frente de cada uma um pequeno oratório. Junto à entrada existia um parlatório e havia ainda, na área interna, três outras construções: um refeitório, um oratório comum e a habitação do abade. (ilustração 10).⁶¹

Uma exceção ao desenho circular é o mosteiro de Tintagel na Cornúália com edificações de forma retangular. Fundado no século V ou no início do VI por monges irlandeses, seria utilizado até o século VIII. Localizado em um promontório, com uma pequena ligação com a área costeira, apresentava diversos conjuntos de pequenos edifícios. Possuía uma complexidade maior de funções e tinha, além das celas individuais e do oratório, outros recintos com usos como biblioteca, casa de banho e sala de copistas. Contudo, nesse único caso conhecido de formas retangulares, também se observa a presença de celas individuais e do oratório retangular (ilustração 11).

No século VIII houve uma grande difusão na Europa Continental da *Regra de São Bento* – de valorização do grupo e da estabilidade monasterial – que suplantaria o monacato irlandês ou celta que seguia regras de maior destaque ao indivíduo e que estimulavam as

⁵⁹ “*The Great Old Law Book*”. HORN, op. cit., p. 49.

⁶⁰ Horn apresenta algumas dessas diretrizes. Ibidem, p. 26.

⁶¹ “It had in length 120 feet, and it was round toward east as well as toward west [...] Along the perimeter of this monastery there were 12 dwellings and the same amount of chapels and in these dwellings 12 monks, eating, drinking, and sleeping [...] nor dwelled there any one else besides these 12 monks and the abbot as the thirteenth. They had next to the gate a parlor in which they conversed with their acquaintances and with friends [...] celebrated Mass in the church and ate their meal together”. Excertos da descrição de Abbingdon em: Ibidem, p. 30-31.

peregrinações. O modelo retilíneo e ortogonal, presente nos mosteiros continentais, consolidar-se-ia frente ao modelo circular que ficou praticamente restrito à Irlanda.

Observando alguns mosteiros nos quais esboça-se uma planificação relacionada ao claustro, percebemos uma continuidade de experimentações nos séculos VII e VIII, particularmente nos estabelecimentos monásticos carolíngios. Apesar das informações que temos não serem suficientes para a definição mais clara de um modelo, aquilo que se conhece sugere que nesse período o claustro não teria uma configuração mais definida e não seria algo mais definitivo. O que poderíamos dizer ser uma solução mais clara e permanente de um mosteiro beneditino e que influenciaria o período posterior é o denominado Plano de São Galo.

Capítulo 2

O Plano de São Galo

O Plano de São Galo (*Sankt Gallen*) constitui-se na representação em planta de um conjunto monástico com cerca de quarenta edificações, representadas em escala e com funções de uso definidas (ilustração 12).¹ Foi feito em um pergaminho de pele de novilho com 77 por 112 centímetros que está costurado em cinco partes. Em seu verso há uma biografia de São Martinho, dividida em dezesseis partes através de um sistema de dobras e que ocupa em seu final uma pequena parte do plano, sem que, no entanto, se comprometa a possibilidade de compreensão do desenho.²

O plano foi desenhado no início do século IX³ no mosteiro de Reichenau por seu bibliotecário Regimbert, auxiliado nas inscrições por outro monge desconhecido.⁴ Sua concepção, possivelmente, deve-se a Haito (763/836), abade de Reichenau entre 806 e 823. Personalidade de grande destaque na corte carolíngia, Haito realizou diversas visitas de caráter político, como a de 811 à corte de Constantinopla, a pedido de Carlos Magno. Foi bispo da Basileia de 802 a 823 e o responsável pela reconstrução de sua catedral, assim como de sua abadia. Aos 56 anos renunciou a todos os seus cargos para se dedicar exclusivamente ao estudo e à compreensão da *Regra de São Bento*, quando iniciou uma constante correspondência com diversos bispos e abades do Império Carolíngio.⁵

Um ponto de partida para se estabelecer uma datação mais precisa do plano está em uma dedicatória localizada em sua parte superior e destinada a Gozbert, abade de São Galo de 816 a 836 e que reconstruiu seu mosteiro a partir de 830.⁶ Horn afirma que o plano é uma cópia de um original perdido, elaborado anos antes.⁷ Sustenta sua afirmação a partir de uma tradução da palavra latina *exemplata* como “cópia” e na aparente ausência de linhas

¹ O Plano de São Galo é a mais antiga planta arquitetônica conhecida da Idade Média. KAISER, Wolfgang. A arquitetura românica na Alemanha. In: TOMAN, Rolf (Ed.). *O românico: arquitetura – escultura – pintura*. Colônia: Könemann, 2000, p. 34.

² Esta biografia foi redigida por um monge desconhecido do mosteiro de São Galo no final do século XII. PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982, p. 4.

³ Conant, Horn e Jordan, entre outros, assinalam o ano de 820. Sanderson, entretanto, levanta a possibilidade do plano ter sido feito próximo a 810, nos últimos anos de vida de Carlos Magno. CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 20; HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 13; JORDAN, R. Furneaux. *História da arquitetura no Ocidente*. [Lisboa]: Verbo, 1985, p. 108; SANDERSON, Warren. The Plan of St. Gall Reconsidered. *Speculum*, vol. 60, n. 3, 1985, p. 619 e 622.

⁴ SANDERSON, op. cit., p. 617.

⁵ BRAUNFELS, Wolfgang. *Arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral, 1975, p. 58-63.

⁶ “For thee, my sweetest son Gozbertus, have I drawn out this briefly annotated copy of the layout of the monastic buildings”. PRICE, op. cit., p. I.

⁷ HORN, op. cit., p. 13.

construtivas no desenho. Sanderson, inicialmente reportando-se a um texto de Meyvaert no qual ele contesta a tradução de *exemplata* como “cópia”,⁸ assinala que em estudos realizados no final da década de 70, através de equipamentos especiais localizaram-se linhas construtivas, não visíveis a olho nu. Nesses estudos observou-se que muitas delas não foram utilizadas, o que indicaria que o desenho seria um original e não uma reprodução.

Horn, afirmando que o Plano de São Galo é uma reprodução, propõe a tese de que seu desenho originário foi utilizado deliberadamente como exemplo de planificação de um mosteiro, com o objetivo de ilustrar idéias discutidas nos sínodos de 816 e 817 em Aachen.⁹ Sanderson, contudo, destaca alguns aspectos que podem contradizer o proposto por Horn: a excessiva monumentalidade do conjunto que o remontaria a um período anterior e mais característico da época de Carlos Magno, a ausência de qualquer menção a ele nas documentações dos sínodos e diversas pequenas informações no plano que poderiam indicar que as inscrições foram realizadas durante vários anos, inclusive bem posteriormente, possivelmente em 830.¹⁰

Após a morte de Carlos Magno em 814 e a ascensão ao trono de seu filho Ludovico Pio, uma orientação diferenciada para a vida monástica se inicia. São Bento de Aniane, um reformador beneditino, procurou, assim como tantos outros durante a história monástica, aplicar uma maior moderação e austeridade à vida monasterial.¹¹ De grande ascendência espiritual sobre o imperador, São Bento de Aniane foi nomeado abade imperial assim como presidente do sínodo de 816.¹² Auxiliando-o na direção do sínodo, provavelmente estava Hildebaldo, arcebispo de Colônia e capelão da corte. Os objetivos principais deste encontro seriam a unificação da vida cenobítica nos mosteiros carolíngios e a complementação de normas da *Regra de São Bento*.¹³ Braunfels, reportando-se a Horn, destaca algumas resoluções do sínodo: os monges deveriam saber de memória a Regra Beneditina; o abade teria suas refeições no mesmo local que os religiosos; os servos comeriam em local separado;

⁸ SANDERSON, op. cit., p. 617.

⁹ HORN, op. cit., p. 13 e 47.

¹⁰ SANDERSON, op. cit., p. 619-622.

¹¹ BRAUNFELS, op. cit., p. 49.

¹² Encarregado pelo imperador de realizar reformas nos mosteiros, São Bento de Aniane teve grande destaque para a vida monasterial, sendo o responsável pela compilação de diversas regras monásticas (*Codex regularum*) e por comentários à Regra Beneditina (*Concordia regularum*). Segundo Monge, a partir dos sínodos de 816 e 817 e de seus escritos, esta regra começa a se impor e a se tornar conhecida na maioria dos mosteiros. MONGE, José L. C. Regra. In: CASAS, Joan Canals, CMF; RODRÍGUEZ, Angel Aparicio Rodríguez, CMF (Dir.). *Dicionário teológico da vida consagrada*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 967.

¹³ BRAUNFELS, op. cit., p. 298; PRICE, op. cit., p. ix.

o sustento material viria do trabalho monástico; ter-se-ia banho quente privativo apenas no Natal e na Páscoa.¹⁴

Braunfels afirma que estas resoluções mostraram-se bastante austeras para a vida monástica, imprimindo uma tendência de afastamento dos monges do mundo secular.¹⁵ No período carolíngio os mosteiros haviam se tornado importantes centros agrícolas e econômicos, com dimensões físicas monumentais e abrigando centenas de monges e servos. Os abades eram figuras públicas das mais expressivas, com um estreito relacionamento com o imperador e seus representantes. O contato dos religiosos com a vida exterior à clausura afrouxaria a observância mais rígida da Regra Beneditina, desvirtuando, segundo especialmente alguns reformistas, o sentido primeiro de um monge: uma pessoa apartada da sociedade o máximo possível. A reforma pretendida por São Bento de Aniane procuraria separar a vida monasterial de tudo aquilo que pudesse desviá-la do que se entendia ser o seu objetivo. Considerava-se inadequado que os monges não conhecessem as determinações da *Regra de São Bento*, que houvesse um distanciamento do abade em relação ao seu mosteiro, que os religiosos tivessem tempo ocioso e que existissem influências advindas de contatos freqüentes com o mundo exterior.

Braunfels assinala que a obrigatoriedade do conhecimento na íntegra da *Regra de São Bento* por todos os monges, conforme recomendado pela própria Regra, foi reforçada no sínodo de 816. São Bento prescreve que a regra comum do mosteiro deve ser o principal texto norteador da vida monástica: “Em tudo, pois, sigam todos a Regra como mestra, nem dela se desvie alguém temerariamente”.¹⁶ Seria a principal diretriz da vida dos religiosos: “só faça o monge o que lhe exortam a Regra comum do mosteiro”.¹⁷ São Bento recomenda a sua leitura constante: “Queremos que esta Regra seja freqüentemente lida na comunidade para que nenhum irmão se excuse por ignorância”.¹⁸

A determinação do sínodo de 816 de que o abade deveria fazer as mesmas refeições e no mesmo local que os monges apresenta-se de forma contrária às prescrições da *Regra de São Bento*. Pela Regra, ele deveria fazê-las em local separado dos demais, especialmente quando houvesse hóspedes: “Seja a cozinha do Abade e dos hóspedes separada, de modo que os irmãos não sejam incomodados, com a chegada, em horas incertas, dos hóspedes, que

¹⁴ BRAUNFELS, op. cit., p. 61.

¹⁵ Ibidem, loc. cit..

¹⁶ Capítulo 3 (Da convocação dos irmãos a conselho) em: *A Regra de São Bento: latim/português*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1992, p. 27.

¹⁷ Capítulo 7 (Da humildade) em: Ibidem, p. 45.

¹⁸ Capítulo 66 (Dos porteiros do mosteiro) em: Ibidem, p. 137.

nunca faltam no mosteiro”.¹⁹ É clara a orientação de separação da cozinha dos hóspedes daquela dos monges e podemos supor também do refeitório, diretamente relacionado à cozinha, cuja atividade não deveria atrapalhar a rotina monástica. Em outra passagem da Regra, complementa-se este trecho: “Tenha sempre o Abade a sua mesa com os hóspedes e peregrinos”.²⁰ Se aos hóspedes era recomendado ter a refeição na mesma mesa do abade e que estes deveriam fazê-la em local separado, podemos supor que a orientação da Regra seria para uma separação do local de refeições do abade e por consequência dos hóspedes. Em um trecho seguinte, deste mesmo capítulo, determina-se que, quando não houvesse visitas no mosteiro, o abade poderia escolher quem faria as refeições com ele: “chamar dentre os irmãos os que quiser; mas um ou dois dos mais velhos devem sempre ser deixados com os irmãos, por causa da disciplina”.²¹ Caberia assim ao abade a opção de escolher, entre os monges, aqueles que estariam com ele em sua mesa, no recinto que ele estivesse, sendo que em um outro ambiente estariam os demais religiosos sob os cuidados dos idosos. A Regra possibilita, desta forma, a existência de uma cozinha e de um refeitório para o abade e para os hóspedes, assim como uma outra cozinha e um outro refeitório para os monges.

Nos mosteiros do período carolíngio, a presença de hóspedes notáveis era constante. Além disso, o superior do monastério tinha um cargo eminentemente executivo, sendo diretamente auxiliado por cerca de vinte e quatro monges divididos em seis grupos: administração geral, recepção de visitantes, serviços educacionais, serviços espirituais, serviços médicos e sustentação material.²² A necessidade do abade manter um freqüente contato com esses hóspedes, bem como a sua atuação como administrador geral do monastério, poderia distanciá-lo do conhecimento da comunidade monástica sob seus cuidados. Assim, sua maior aproximação com os monges, como prescreve o sínodo de 816 obrigando-o a ter suas refeições em comum com os outros monges, poderia ser entendida como uma tentativa de aproximá-lo de seu mosteiro.

Braunfels também destacou, nas determinações do sínodo de 816, a obrigatoriedade do trabalho monástico. O trabalho manual é considerado, na *Regra de São Bento*, como importante e inerente à vida monacal: “A ociosidade é inimiga da alma; por isso em certas horas devem ocupar-se os irmãos com o trabalho manual, e em outras horas com a leitura

¹⁹ Capítulo 53 (Da recepção dos hóspedes) em: *Ibidem*, p. 111.

²⁰ Capítulo 56 (Da mesa do Abade) em: *Ibidem*, p. 117.

²¹ Capítulo 56 em: *Ibidem*, loc. cit.

²² Price apresenta um organograma administrativo modelo dos mosteiros no período carolíngio, com todos os cargos e suas descrições. PRICE, op. cit., p. 92.

espiritual”.²³ São Bento afirma mesmo que só este trabalho caracterizaria mais propriamente um monge: “são verdadeiros monges se vivem do trabalho de suas mãos”.²⁴

Sendo o trabalho necessário, a Regra estabelece que as atividades produtivas deveriam, se possível, ser realizadas dentro do mosteiro: “os diversos ofícios, se exerçam dentro do mosteiro”.²⁵ Estas atividades seriam a princípio ocupação dos próprios monges, para se evitar o seu contato com o mundo externo: “para que não haja necessidade de os monges vaguearem fora, porque de nenhum modo convém às suas almas”.²⁶ Mas, na *Regra de São Bento* já encontramos referência à presença de artífices ou artistas²⁷ no mosteiro: “Se há artistas no mosteiro, que executem suas artes com toda a humildade, se o Abade o permitir”.²⁸ E os servos cada vez mais substituíam os religiosos nas tarefas relativas à produção agropecuária,²⁹ devido ao direcionamento dos monges, principalmente, à educação dos leigos, à cópia de documentos no *scriptorium* e ao ofício litúrgico. Mantinha-se, assim, a separação com relação ao mundo exterior sem que os monges precisassem desviar-se das atividades que se consideravam como sendo as mais especificamente suas. A exigência de um refeitório separado para os servos no sínodo de 816 parece querer evitar a comunicação deles com os religiosos.

O sínodo de 816, ainda no sentido de afirmar um modo de vida mais austero, resolveu limitar o número de banhos quentes. Esta determinação está presente na *Regra de São Bento*: “O uso dos banhos [...] aos sãos, e sobretudo aos jovens, seja raramente concedido”.³⁰ Possivelmente esta resolução se referiria aos banhos termais, relacionados mais ao conforto físico do que à higiene, pois o banho frio não era proibido, sendo considerado uma das formas penitenciais do corpo para o bem da alma.³¹

Algumas destas resoluções do sínodo de 816 sofreram severas críticas dos abades, que as consideraram inadequadas às prescrições da Regra Beneditina, assim como incompatíveis com o relacionamento existente entre os mosteiros e o Império Carolíngio.³² Convocou-se em 817 uma outra assembléia para se discutir novamente as mesmas questões. Braunfels, reportando-se a Horn, destaca entre as determinações deste novo sínodo o fato do abade poder

²³ Capítulo 48 (Do trabalho manual cotidiano) em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 103.

²⁴ Capítulo 48 em: *Ibidem*, loc. cit.

²⁵ Capítulo 66 (Dos porteiros do mosteiro) em: *Ibidem*, p. 137.

²⁶ Capítulo 66 em: *Ibidem*, loc. cit.

²⁷ Enout assinala na nota 1 do capítulo 57 (Dos artistas do mosteiro) que o texto se refere a “um organista, um escultor, um pintor, um músico [...] um marceneiro ou um pedreiro”. *Ibidem*, p. 186.

²⁸ Capítulo 57 em: *Ibidem*, p. 117.

²⁹ BRAUNFELS, op. cit., p. 48.

³⁰ Capítulo 36 (Dos irmãos enfermos) em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 85.

³¹ Enout na nota 4 do capítulo 36. *Ibidem*, p. 176.

³² BRAUNFELS, op. cit., p. 60.

ter uma dependência própria, sendo que deveriam mesmo viver com ele no mínimo seis monges para o seu auxílio; destaca ainda a proibição de haver escola no mosteiro para estranhos à vida monástica, a obrigatoriedade dos leigos fazerem suas refeições em local separado e a prescrição de que os monges viajantes deveriam ter suas celas próprias e separadas.³³ Estas resoluções teriam um aspecto menos austero para a vida monastical do que as do sínodo de 816 e todas teriam sido aplicadas no Plano de São Galo, com exceção da relativa à proibição da existência de uma escola para aqueles que não fossem noviços. De fato, contrariamente à determinação do sínodo, no plano foi prevista uma edificação exclusivamente destinada a ser escola exterior e outra, distante dela, para os candidatos a monge.

No Plano de São Galo estão assinaladas cerca de 40 funções necessárias a um mosteiro, bem como sua localização no conjunto (ilustração 13):³⁴

- l – igreja;
- 1a – *scriptorium* (abaixo) / biblioteca (acima);
- 1b – sacristia (abaixo) / rouparia de vestimentas litúrgicas (acima);
- 1c – alojamento para monges visitantes;
- 1d – alojamento do mestre da escola exterior;
- 1e – alojamento do porteiro;
- 1f – pórtico de acesso para a casa dos hóspedes distintos;
- 1g – pórtico para a recepção de todos os visitantes;
- 1h – acesso à hospedaria dos peregrinos e dos pobres e acesso dos servos e dos criadores (de animais);
- 1i – alojamento do mestre da hospedaria dos peregrinos e dos pobres;
- 1j – parlatório (*mandatum*) dos monges;
- 1k – torre de São Miguel;
- 1l – torre de São Gabriel;
- 2 – anexo para preparação da hóstia e do óleo santo;
- 3 – sala de aquecimento (abaixo) / dormitório dos monges (acima);
- 4 – latrina dos monges;
- 5 – casa de banho e lavanderia dos monges;
- 6 – refeitório dos monges (abaixo) / vestiário (acima);

³³ Ibidem, p. 61.

³⁴ Para a realização desta lista de funções utilizamos as indicações na seguinte bibliografia: BRAUNFELS, op. cit., p. 59; CONANT, op. cit., p. 21; NORBERG-SCHULZ, Christian. *Arquitectura occidental*. Barcelona: Gustavo Gili, 1985, p. 78; PRICE, op. cit., p. 10-11.

- 7 – recinto para o armazenamento de cerveja e de vinho (abaixo) / celeiro (acima);
- 8 – cozinha dos monges;
- 9 – cervejaria e padaria;
- 10 – cervejaria, cozinha e padaria dos hóspedes distintos;
- 11 – casa para os hóspedes distintos;
- 12 – escola externa;
- 13 – casa do abade;
- 14 – casa de banho, cozinha e recinto para o armazenamento de cerveja e de vinho do abade;
- 15 – casa para remoção de sangue (flebotomia);
- 16 – casa dos médicos;
- 17 – enfermaria e noviciado;
- 17a – capela dos noviços;
- 17b – capela dos doentes;
- 17c – claustro dos noviços;
- 17d – claustro dos doentes;
- 18 – cozinha e recinto para o banho dos doentes;
- 19 – cozinha e recinto para o banho dos noviços;
- 20 – casa do jardineiro;
- 21 – gansário;
- 22 – casa do tratador de aves;
- 23 – granja;
- 24 – depósito de grãos;
- 25 – casa dos artesãos;
- 26 – anexo da casa dos artesãos;
- 27 – moinho;
- 28 – moedor;
- 29 – caldeira;
- 30 – recinto de armazenamento de grãos dos cervejeiros e toneleria;
- 31 – hospedaria dos peregrinos e dos pobres;
- 32 – cervejaria, cozinha e padaria para os peregrinos e para os pobres;
- 33 – curral dos bois castrados, estábulo (cavalos) e recinto para os seus tratadores;
- 34 – casa dos vassallos e dos cavaleiros que viajam com o imperador (identificação incerta);
- 35 – curral das ovelhas e recinto para os seus pastores;
- 36 – curral das cabras e recinto para os seus pastores;

- 37 – curral das vacas e recinto para os seus pastores;
- 38 – servos dos campos distantes e servos viajando com o imperador (identificação incerta);
- 39 – curral dos porcos e recinto para os seus criadores;
- 40 – estábulo para éguas prenhas e recinto para os seus tratadores;
- W – claustro;
- X – jardim de vegetais dos monges;
- Y – cemitério;
- Z – jardim de ervas medicinais.

Percebemos uma grande especificação e detalhamento dos usos propostos para um mosteiro. Isto mostra, em um primeiro momento, um amplo conhecimento das necessidades de uma comunidade monástica, um perfeito, se podemos assim dizer em um sentido de completude, conhecimento do programa mais adequado para a realização das diferentes atividades diárias.

Conforme o capítulo 66 (Dos porteiros do mosteiro) da *Regra de São Bento*, o local destinado à habitação e às atividades dos monges, deveria abrigar todos os itens de seu programa monástico, circunscritos em uma área determinada e separados de seu entorno. Este isolamento, mesmo que desejado, nunca poderia ser completo e absoluto, pois os mosteiros não seriam comunidades totalmente auto-suficientes, dependendo de outras para sua própria existência e continuidade. O programa de necessidades em São Galo apresenta áreas de transição entre os espaços mais fechados e o seu exterior. Constatamos a presença de dois grandes setores: um destinado à vida monástica de reclusão e isolamento e um outro setor destinado a seu relacionamento com o mundo exterior.

Em uma acepção primeira, o mosteiro seria a área do claustro – mais restrita e fechada –. Em relação ao conjunto, o claustro poderia ser entendido como um mosteiro dentro do próprio mosteiro.³⁵ Congregando as principais funções para o cotidiano monástico – banheiro, cozinha, depósito, dormitório, oratório, refeitório, vestiário –³⁶ esta solução arquitetônica, adotada pelos beneditinos, seria a que melhor resolveria as questões de isolamento dos edifícios de uso exclusivo dos monges daqueles de seu mundo externo e até mesmo de outras áreas do conjunto monasterial. Com suas primeiras aplicações no século

³⁵ “Las edificaciones em torno al claustro constituían como un monasterio dentro del monasterio: el recinto de clausura”; “Thus the need arose for an inner enclosure to isolate monks from laymen, yet allowing the latter to live close to the brothers, as their tasks required. The cloister solved this problem by creating a monastery within the monastery”. BRAUNFELS, op. cit., p. 64; PRICE, op. cit., p. 24.

³⁶ No Plano de São Galo ainda não se vê a biblioteca e o *scriptorium* situados junto ao claustro, o que seria uma constante em períodos posteriores, assim como a sala do capítulo, local destinado às reuniões comunitárias que ainda não faria parte do programa inicial de um mosteiro.

VIII esta solução foi adotada, nas fundações de orientação de vida em comum, como um verdadeiro modelo, repetindo-se praticamente em todos os casos posteriores, inclusive de outras ordens religiosas que não se referenciavam na *Regra de São Bento*.³⁷

No centro do Plano de São Galo localiza-se o claustro (W), circundado por quatro edificações: a igreja (1), ao norte; a sala de aquecimento e o dormitório (3), a leste; o refeitório e o vestiário (6), ao sul; o recinto para o armazenamento de cerveja e de vinho, o celeiro (7) e o parlatório (1j), a oeste. Não conectados diretamente, mas a ele relacionados, estão outros edifícios: a sudeste, a latrina (4) e a casa de banho com a lavanderia (5); a sudoeste, a cozinha (8) (ilustração 14). Todos estes ambientes são de uso exclusivo dos monges e estão diretamente relacionados à clausura e ao quotidiano monástico.

A igreja situa-se ao norte do claustro, estendendo-se no eixo leste-oeste³⁸ em direção à entrada do conjunto. De planta basilical com três naves e transepto, possui dois altares diametralmente opostos. Um deles está junto à entrada e é destinado a São Pedro. O altar-mor, consagrado a Nossa Senhora e a São Galo, está flanqueado por dois altares menores dedicados a São Bento e a São Columbano.³⁹ Na nave central e nas laterais estão diversos altares menores. Atrás do altar principal está o sarcófago do fundador do mosteiro e à sua frente, no cruzeiro, está situado o coro monástico.

A igreja é o maior edifício do conjunto. Sua dimensão, aparentemente desproporcional para os 77 monges que viveriam no mosteiro,⁴⁰ deve ser melhor compreendida pela presença dos não monges em seu interior. A participação de leigos em todas as cerimônias religiosas monásticas não era fato usual no período em que o Plano de São Galo foi elaborado e nem seria este o objetivo da igreja monasterial, sempre identificada por São Bento como oratório exclusivo dos monges,⁴¹ local de oração de uma comunidade isolada do mundo.⁴² Entretanto, os mosteiros como centros religiosos deveriam permitir a participação de estranhos à vida monástica em algumas de suas orações. Os laicos poderiam transitar por quase todo o recinto da igreja, com exceção das áreas próximas ao cruzeiro, de

³⁷ Para este aspecto: nota 27 do capítulo I.

³⁸ No século IX esta orientação era utilizada como uma verdadeira norma. BARRAL I ALTET, Xavier. *A Alta Idade Média: da Antiguidade Tardia ao ano mil*. Colônia: Taschen, 1998, p. 67.

³⁹ O mosteiro de São Galo foi fundado próximo ao ano de 612 pelo monge irlandês Gallus, que pertencia à missão evangelizadora de São Columbano. Em 747 o abade Otmar solicitou a conversão desta fundação aos costumes beneditinos. PRICE, op. cit., p. I.

⁴⁰ “Si contamos las camas que el plano indica en el dormitorio, resulta que se habían previsto un total de 77 monjes”. BRAUNFELS, op. cit., p. 66.

⁴¹ “Que o oratório seja o que o nome indica, nem se faça ou se guarde ali coisa alguma que lhe seja alheio”. Excerto do capítulo 52 (Do oratório do mosteiro) em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 109.

⁴² “Sem dúvida, a igreja monástica era um oratório privado, para uso de uma comunidade isolada do mundo”. DUBY, Georges. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 33.

uso exclusivo dos monges e dos presbíteros. Além disso, deve-se observar que a liturgia no período carolíngio era celebrada com deslocamentos no interior do edifício religioso. As procissões se realizavam com paradas regulares diante dos altares secundários, localizados nas naves da igreja, onde ocorriam leituras e se faziam orações. Este ritual ocorria duas vezes ao dia, após o amanhecer e próximo ao entardecer.⁴³ A igreja teria, deste modo, que comportar além dos monges todos os cristãos batizados que participariam dessas cerimônias religiosas.

A própria função da igreja para um monastério é outro aspecto que se deve considerar na constatação de seu destaque no plano, pois nela ocorrem quotidianamente as diversas celebrações religiosas do dia monástico. Denominadas por São Bento de “Ofício Divino”,⁴⁴ constituem-se em oito orações diárias, que deveriam ser celebradas em comum: Matinas, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas, Completas e Vigílias.⁴⁵ A Regra assinala a necessidade dos monges rapidamente se dirigirem ao oratório na hora destas orações: “Na hora do Ofício Divino, logo que for ouvido o sinal, deixando tudo que estiver nas mãos, corra-se com toda a pressa”.⁴⁶ Neste modo de vida monasterial, pautado por orações constantes e regulares, tornava-se necessário que os monges prontamente estivessem presentes à igreja para a realização da oração comunitária, sendo extremamente adequada a relação proposta entre a igreja e o claustro.

Além deste aspecto, faz-se também essencial, para o programa arquitetônico do mosteiro, a maior proximidade possível do dormitório do altar principal, em função das Vigílias, oração noturna, bem como das Matinas, realizada logo após o despertar. Podemos também observar que o espaço do dormitório deveria comportar, de preferência, todos os monges, como determinado pela Regra: “Se for possível, durmam todos num mesmo lugar; se, porém, o número não o permitir, durmam aos grupos de dez ou vinte, em companhia de monges mais velhos que sejam solícitos para com eles”.⁴⁷ Os monges deveriam também, segundo São Bento, acomodar-se em leitos individuais: “Durma cada um em uma cama”.⁴⁸

A presença de todos em um mesmo ambiente, como prescrito para o descanso noturno, também se faz recomendada para as refeições, como assinalado em algumas passagens da

⁴³ A respeito da liturgia no período carolíngio: nota 52 do capítulo 1.

⁴⁴ O Ofício Divino é também conhecido por Breviário, Oração do Tempo Presente e Liturgia das Horas. PE. JOÃZINHO, SCJ. *Curso de Liturgia*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 164.

⁴⁵ Esta divisão está presente em diversas passagens da Regra, sendo que a denominação específica de cada Hora Litúrgica pode ser vista no capítulo 16 (Como serão celebrados os Ofícios durante o dia). *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 59.

⁴⁶ Capítulo 43 (Dos que chegam tarde ao Ofício Divino ou à mesa) em: *Ibidem*, p. 95.

⁴⁷ Capítulo 22 (Como devem dormir os monges) em: *Ibidem*, p. 67.

⁴⁸ Capítulo 22 em: *Ibidem*, loc. cit.

Regra: “Às mesas dos irmãos”;⁴⁹ “façam os irmãos a refeição”;⁵⁰ “logo que se levantarem da refeição”.⁵¹ A Regra recomenda o auxílio recíproco nessas refeições: “Que os irmãos se sirvam mutuamente”.⁵² A obrigatoriedade da participação conjunta na hora da alimentação fica mais clara na penalidade imposta a um monge retardatário: “Quanto à mesa, quem não tiver chegado antes do versículo [...] não lhe seja permitida a participação à mesa comum, mas faça a refeição a sós, separado do consórcio de todos”.⁵³

Também em relação às refeições, a *Regra de São Bento* estabelece que os monges não deveriam se alimentar de carne vermelha, exceção feita apenas aos enfermos: “Abstenham-se todos completamente de carnes de quadrúpedes, exceto os doentes demasiadamente fracos”.⁵⁴ A Regra permite o consumo de vegetais: “se houver frutas ou legumes frescos, sejam acrescentados”.⁵⁵ Acompanhando esta dieta, deveria estar uma libra de pão⁵⁶ e uma hêmina de vinho.⁵⁷ “Seja suficiente uma libra de pão bem pesada, para o dia todo”⁵⁸; “achamos ser suficiente, para cada um, uma hêmina de vinho por dia”.⁵⁹ A dieta monástica, por prescrição da Regra, estaria condicionada ao consumo de aves, vegetais, pão e vinho.⁶⁰ Percebe-se assim a necessidade da existência dos diferentes edifícios e locais destinados à produção hortifrutigranjeira do mosteiro. Os depósitos destinados à adega e ao armazenamento das provisões estão vizinhos ao claustro e sua localização pode ser entendida devido à necessária proximidade com a cozinha e com o refeitório.

O claustro, que tem à sua volta os recintos relacionados ao cotidiano monástico, caracteriza-se como uma grande área de circulação formando, junto com a igreja, o mosteiro por excelência. Apresenta-se por sua própria forma, fechada e isolada no centro do conjunto, como a área mais restrita de todo complexo. O acesso principal a este setor, mais especificamente à clausura, far-se-ia através do parlatório (1j), como especificado no próprio Plano.⁶¹ Seria neste ambiente, também denominado de *mandatum*⁶² que os monges teriam

⁴⁹ Capítulo 38 (Do leitor semanário) em: *Ibidem*, p. 87.

⁵⁰ Capítulo 41 (A que horas convém fazer as refeições) em: *Ibidem*, p. 91.

⁵¹ Capítulo 42 (Que ninguém fale depois das Completas) em: *Ibidem*, p. 93.

⁵² Capítulo 35 (Dos semanários da cozinha) em: *Ibidem*, p. 83.

⁵³ Capítulo 43 (Dos que chegam tarde ao Ofício Divino ou à mesa) em: *Ibidem*, p. 97.

⁵⁴ Capítulo 39 (Da medida da comida) em: *Ibidem*, p. 91.

⁵⁵ Capítulo 39 em: *Ibidem*, p. 89.

⁵⁶ Na nota 1 do capítulo 39 da Regra Beneditina, Enout assinala que esta “libra bem pesada” corresponderia a um quilo e cento e cinquenta gramas. *Ibidem*, p. 178.

⁵⁷ Na nota 2 do capítulo seguinte da Regra, Enout nos informa que a hêmina é aproximadamente um quarto de litro. *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁸ Capítulo 39 em: *Ibidem*, p. 89.

⁵⁹ Capítulo 40 (Da medida da bebida) em: *Ibidem*, p. 91.

⁶⁰ Esta dieta pode ser vista nos capítulos 39 e 40 da Regra Beneditina. *Ibidem*, p. 89-91.

⁶¹ “entrada y salida del claustro, en donde se habla con los huéspedes y se realiza el *mandatum* o lavatorio”. Excerto da inscrição existente no plano e referente ao parlatório em: BRAUNFELS, op. cit., p. 64.

uma relação mais direta com as pessoas do mundo externo ao mosteiro, recebendo-as e podendo conversar com elas.

Apesar do *mandatum* ser identificado como o recinto de ingresso principal à área de clausura, podemos também observar, por circulações alternativas, outros dois acessos possíveis. Pelo braço sul do transepto da igreja seria possível chegar-se ao claustro, contudo esta passagem estaria diretamente relacionada aos monges participantes do Ofício Divino. Um maior contato com estranhos à vida monástica seria bastante difícil devido a pouca permanência dos religiosos no oratório, relacionada preferencialmente ao tempo da oração em comum,⁶³ assim como pela distância do coro monástico, localizado à frente do altar-mor no cruzeiro, em relação ao local destinado aos leigos, na parte da nave em direção à entrada. O acesso ao claustro através da cozinha e da adega que permite circulações para a área de produção de alimentos é outro possível local de comunicação com os leigos, especialmente os servos que trabalhariam neste setor. Percebe-se no Plano de São Galo que não há uma ligação direta do claustro com os setores produtivos e, especialmente, com os destinados aos peregrinos e aos pobres.

A comunicação principal com o claustro permanece sendo realizada pelo parlatório, lindeiro ao edifício da igreja e precedido por uma série de edificações relacionadas aos estranhos à vida monástica. O acesso a esta área que poderíamos denominar de setor de contato com o mundo externo é feito através de um caminho estreito e longo, situado no lado oeste do conjunto. Ao final deste corredor encontra-se o pórtico para a recepção de todos os visitantes (1g) que é ladeado por duas torres, onde estão os altares destinados a São Miguel (1k) e a São Gabriel (1l). Por este pórtico entra-se no átrio da igreja e através dele pode-se chegar a outras duas passagens específicas: ao lado direito, na direção sul, encontra-se a passagem (1h) que possibilita o acesso ao parlatório do claustro e no lado oposto, ao norte, o portal de ingresso à casa dos hóspedes distintos (1f). Também através do átrio, entra-se nas naves laterais da igreja por duas portas, à direita e à esquerda. O espaço do átrio antecede a

⁶² Braunfels assinala que a origem do nome deste ambiente relaciona-se à cerimônia de lavagem dos pés dos hóspedes, quando os monges cantavam esta frase de Cristo: “*Mandatum novum do vobis: ut diligatis invicem...*” (Os doy una nueva ley: que os améis mutuamente...). Esta cerimônia é recomendada por São Bento no capítulo 53 (Da recepção dos hóspedes): “lave o Abade, bem assim como toda a comunidade, os pés de todos os hóspedes”. Enout na nota 3 do capítulo 53 da Regra comenta que a lavagem dos pés é de tradição antiga e pertinente ao monaquismo primitivo. *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 111 e 184; BRAUNFELS, op. cit., p. 63.

⁶³ *A Regra de São Bento* no capítulo 52 (Do oratório do mosteiro) prescreve que após a realização das orações em comum todos deveriam sair do oratório: “Terminado o Ofício Divino, saiam todos com sumo silêncio”. Contudo, permite-se a um monge orar sozinho: “se acaso um irmão quiser rezar em particular [...] entre simplesmente e ore”. *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 109.

igreja e, destinado a ser passagem de entrada ao conjunto, possibilita a distribuição de todas as circulações direcionadas ao complexo monasterial.

Através da nave lateral esquerda da igreja é possível chegar-se a diversos recintos. O primeiro deles é o alojamento do porteiro (1e). Sua localização próxima ao acesso principal realizado pelo átrio, faria com que o monge destinado a estar no recinto da portaria fosse o responsável pela recepção e direcionamento de todos os visitantes. Na *Regra de São Bento* recomenda-se a escolha, para a função de porteiro, de um monge idoso e considerado sábio: “Coloque-se à porta do mosteiro um ancião sábio que saiba receber e transmitir um recado e cuja maturidade não lhe permita vaguear”.⁶⁴ A localização de suas dependências, próximas à entrada principal, foi definida no Plano de São Galo seguindo estritamente o que recomendou São Bento na seqüência do texto: “O porteiro deverá ter a cela junto à porta para que os que chegam o encontrem sempre presente e dele recebam resposta”.⁶⁵

No lado oposto ao alojamento do porteiro, com acesso pela nave lateral direita da igreja, está situado um outro ambiente de recepção, destinado ao mestre da hospedaria dos peregrinos e dos pobres (1i). Este monge tem função semelhante à do porteiro por recepcionar e permitir o acesso a este setor de hospedagem. Contudo, podemos supor que a propriedade de se permitir ou não o acesso seria realizada apenas pelo próprio porteiro, cabendo a este mestre a tarefa de acolher e orientar apenas os peregrinos e os pobres. A *Regra de São Bento* estabelece diversos cargos para os membros do monastério, em suas especificidades cuidando para que não sejam conflitantes, assim como uma organização administrativa. Esta sistematização de funções não nos parece condizente com uma duplicidade de cargos administrativos, sendo que alguma hierarquia deveria existir entre o porteiro e o mestre dos peregrinos e dos pobres.⁶⁶ Nesta divisão de atividades, o porteiro seria de fato o responsável pela admissão ou não de estranhos à comunidade monástica. Sua importância pode ser percebida não apenas pelo cuidado recomendado na Regra para a escolha do monge com esta função, mas também pela localização de seu alojamento próximo à entrada. Além disso, suas

⁶⁴ Capítulo 66 (Dos porteiros do mosteiro) em: *Ibidem*, p. 137.

⁶⁵ Capítulo 66 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁶⁶ São Bento não deixa exclusivamente para uma pessoa a realização de alguma função: “mas em todos os ofícios do mosteiro, seja este o critério: se precisarem de auxiliares, sejam-lhes concedidos”. Especificamente em relação ao porteiro, também não deixou unicamente a um monge o controle do acesso de estranhos ao monastério: “Se o porteiro precisa de auxiliar, receba um irmão mais moço”. Este auxiliar do porteiro não poderia ser confundido com o mestre dos peregrinos e dos pobres, por esta função não ser auxiliar àquela mas, ao que nos parece, independente. Price classifica ambas as funções como recepção de visitantes, sendo que a do porteiro teria maior importância por controlar a admissão de estranhos ao conjunto monástico: “Receive, feed & shelter all visitors, rich and poor”. Excertos dos capítulos 53 e 66 em: *Ibidem*, p. 111 e 137; PRICE, op. cit., p. 92.

dependências, bem como as do mestre dos peregrinos e dos pobres, estão unidas ao corpo da igreja, o recinto sagrado.

Também com acesso pela nave esquerda do edifício litúrgico e situado após o ambiente destinado ao porteiro, está o alojamento do mestre da escola exterior (1d) destinado ao responsável pela educação dos não monges. Sua localização parece condicionada à da escola externa (12), situada ao norte da igreja, pois seria através do recinto deste mestre que todos os alunos teriam que passar ao se destinarem às aulas, o que facilitaria o controle da frequência escolar. Destinada à educação dos leigos, especialmente o clero secular e os nobres,⁶⁷ a escola não é uma função necessariamente relacionada à vida monástica e não estaria prevista na Regra Beneditina.⁶⁸ Além disso, pode-se observar que sua implantação no Plano de São Galo contraria o que foi determinado pelo sínodo de 817 que proibiu a existência desta função educacional em um mosteiro.⁶⁹ Apesar de estar extremamente próxima à igreja, a escola externa não se conecta diretamente a ela, mas sim se apresenta separada, em contraponto ao bloco que o edifício religioso forma com o claustro. Sua separação a destaca como um edifício próprio. Isto poderia estar relacionado à valorizada educação do clero e da nobreza ou ao fato de constituir-se em uma edificação de separação entre a casa dos hóspedes distintos (11), situada em seu lado oeste e logo à esquerda da entrada e com a casa do abade (13) que está localizada no lado leste da escola e com acesso através do transepto.

O alojamento dos monges visitantes (1c) é outro ambiente que está lindeiro ao corpo da igreja e que tem acesso por sua nave esquerda. Sua localização, próximo ao altar-mor, está de acordo com o que foi prescrito pelo sínodo de 817.⁷⁰ Está equidistante do centro da liturgia e das dependências dos hóspedes ilustres. Sua localização permite também que o monge visitante tenha a opção de poder participar da rotina diária monástica devido ao acesso

⁶⁷ Carlos Magno determinou em 789 que os mosteiros, assim como as catedrais, deveriam ter uma escola destinada à educação do clero. CONANT, op. cit., p. 298-299.

⁶⁸ Não observamos em nenhum trecho da Regra a indicação clara e mais precisa desta função educacional para o monastério, apesar mesmo de São Bento escrever no prólogo referindo-se aos monges: “Devemos, pois, constituir uma escola de serviço do Senhor”. Enout comenta, na nota 9 do prólogo, que nas origens e nos significados da palavra latina *scola* sua acepção seria outra: “São Bento teria pensado em uma escola menos no sentido pedagógico que no de uma assembléia onde se exercia algo em comum”. *A Regra de São Bento*, op. cit. p. 17 e 156.

⁶⁹ “No habrá escuela en el monasterio, excepto para los entregados a la vida monástica”. Excerto do sínodo de 817 em: BRAUNFELS, op. cit., p. 300.

⁷⁰ “El dormitorio en el que reposarán los monjes de paso, deberá estar situado junto al oratorio”. Excerto do sínodo de 817 em: *Ibidem*, loc. cit.

possível, através do transepto, ao claustro ou que possa ficar mais distante dos monges pela proximidade à casa dos hóspedes distintos.⁷¹

A hospedaria dos hóspedes distintos, localizada no lado norte do conjunto e próxima ao acesso principal, teria por função receber os visitantes considerados importantes por sua riqueza ou poder político. São Bento em sua regra recomenda atenção especial a eles: “o poder dos ricos, por si só, já exige que se lhes prestem honras”.⁷² No Plano de São Galo estes hóspedes seriam não só os nobres, mas o próprio imperador e os seus enviados. Sua permanência no mosteiro não seria apenas de pouso em uma viagem, mas de certa duração, devido aos necessários contatos a serem realizados com o abade.⁷³ Teriam esses hóspedes a sua própria cervejaria, cozinha e padaria (10), localizadas em outro edifício a oeste da sua hospedaria. Situadas dos dois lados do caminho de entrada ao conjunto e antes do pórtico principal, estão também as edificações destinadas aos vassallos e aos cavaleiros que acompanhariam o imperador (34), bem como a seus servos (38). Ainda que estas indicações de uso na planta sejam simplesmente consideradas prováveis,⁷⁴ far-se-ia necessária a sua existência, pois os séqüitos eram numerosos.⁷⁵

Pelo átrio deveria ocorrer toda a circulação de entrada no conjunto monasterial. Passando-se por ele chega-se às portas laterais da fachada da igreja e deslocando-se por dentro do edifício religioso alcançam-se recintos específicos. Junto à entrada da nave esquerda da igreja, no lado norte, está o pórtico que possibilita o acesso ao setor destinado aos hóspedes distintos. No lado oposto do átrio, à direita e ao sul, situa-se outro portal que permite

⁷¹ Na *Regra de São Bento* não encontramos referência ao posicionamento da cela dos monges peregrinos junto à igreja como diz Braunfels: “según la regla benedictina los monjes en tránsito debían encontrar acomodo em las inmediaciones de la iglesia”. Entretanto, se esta localização não está recomendada claramente na Regra, ela pode estar implícita na forma como esses visitantes deveriam ser tratados. Segundo a Regra, eles poderiam ficar no mosteiro por um período indeterminado: “por quanto tempo quiser [...] Mas, se depois quiser firmar a sua estabilidade, não se rejeite tal desejo, máxime porque se pôde conhecer sua vida durante o tempo da hospedagem”. Esta relativa liberdade entre a vida mais livre dos hóspedes laicos e aquela mais restrita dos religiosos enclausurados, poderia ser um meio de se conhecer as intenções e o modo de vida desses monges que, segundo Castanheira e Zamith, eram recepcionados com cuidado: “geralmente, eram recebidos com certa desconfiança e observados com vigilância”. Podemos lembrar também da crítica que São Bento faz a esses monges, por ele denominado de giróvagos: “sempre vagando e nunca estáveis, escravos das próprias vontades e das seduções da gula”. *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 125 e 21; BRAUNFELS, op. cit., p. 62; CASTANHEIRA, Ir. Monica, OSB; ZAMITH, Abade Joaquim, OSB. *Encontro com a RB*. [São Paulo]: Mosteiro de São Bento, 1983, p. 105.

⁷² Capítulo 53 (Da recepção dos hóspedes) em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 111.

⁷³ No período carolíngio, parte da administração imperial era realizada pelos *missi dominici*, condes e bispos que anualmente em número de dois ou quatro viajavam dentro de um território, realizando, segundo Mello, diversas atividades: “verificavam a atuação do conde e dos vigários, ouviam queixas da população, julgavam questões judiciais não resolvidas pelo conde, fiscalizavam a coleta dos impostos e a administração das terras reais”. MELLO, José Roberto. *O Império de Carlos Magno*. São Paulo: Ática, 1990, p. 40.

⁷⁴ Para estas indicações na planta, consultar a bibliografia apresentada na nota 34.

⁷⁵ “Throughout his reign Charlemagne traveled extensively—along with wives, children, courtiers, servants, mounts, and baggage”. PRICE, op. cit., p. 42.

o acesso ao parlatório do claustro, às dependências para os peregrinos e para os pobres (31), ao seu edifício anexo destinado à alimentação (32) e às edificações relacionadas aos servos e aos criadores de animais (20 a 30, 33, 35 a 40, X).

Logo após o portal situado à direita do átrio estão as dependências destinadas a dar assistência e hospedagem aos pobres e especialmente aos peregrinos, cujos deslocamentos eram os mais penosos possíveis. A *Regra de São Bento* estabelece que os hóspedes deveriam ser recebidos com reverência: “Todos os hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos como o Cristo”.⁷⁶ Consideração especial deveria ser dada aos religiosos e aos peregrinos: “se dispense a todos a devida honra, principalmente aos irmãos na fé e aos peregrinos”.⁷⁷ Aos pobres também deveria haver uma atenção específica: “Mostre-se principalmente um cuidado solícito na recepção dos pobres”.⁷⁸ A Regra determina que todos deveriam ter um tratamento especial:⁷⁹ “sejam conduzidos para a oração e depois sente-se com eles o superior ou quem esse ordenar [...] Seja o jejum rompido pelo superior por causa dos hóspedes; a não ser que se trate de um dos dias principais de jejum, que não se possa violar [...] Que o Abade sirva a água para as mãos dos hóspedes; lave o Abade, bem assim como toda a comunidade, os pés de todos os hóspedes”.⁸⁰ Contudo, a Regra prescreve que o contato dos monges com estranhos à sua vida teria que ser controlado: “De modo algum se associe ou converse com os hóspedes quem não tiver recebido permissão [...] afaste-se, dizendo não lhe ser permitido conversar com os hóspedes”.⁸¹ Além disso, os visitantes deveriam ter um ambiente exclusivo: “recinto reservado aos hóspedes”;⁸² “cela dos hóspedes”.⁸³ Inclusive sua cozinha teria que ser separada: “Seja a cozinha do Abade e dos hóspedes separada”.⁸⁴

À direita da entrada principal, no lado sul e praticamente rodeando todo o claustro, localizam-se as edificações destinadas ao setor produtivo que está subdividido em três áreas distintas: um setor destinado ao armazenamento dos grãos, aos artesãos, à criação das aves e à horta (20 a 26 e X), com atividades que apresentam certa proximidade de funções com exceção do artesanato, cuja localização pode estar condicionada ao claustro devido à necessária produção de utensílios para a vida quotidiana; o setor da caldeiraria, dos grãos e do

⁷⁶ Capítulo 53 (Da recepção dos hóspedes) em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 109.

⁷⁷ Capítulo 53 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁷⁸ Capítulo 53 em: *Ibidem*, p. 111.

⁷⁹ Segundo Castanheira e Zamith, a hospitalidade monástica é de tradição antiga, remontando aos primórdios do monaquismo. CASTANHEIRA; ZAMITH, op. cit., p. 91. Para a importância da hospitalidade na vida religiosa: GARNICA, Encarnación. Hospitalidade. In: CASAS; RODRÍGUEZ, op. cit., p. 524-540.

⁸⁰ Capítulo 53 em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 111.

⁸¹ Capítulo 53 em: *Ibidem*, p. 113.

⁸² Capítulo 53 em: *Ibidem*, p. 111.

⁸³ Capítulo 58 (Da maneira de proceder à recepção dos irmãos) em: *Ibidem*, p. 119.

⁸⁴ Capítulo 53 em: *Ibidem*, p. 111.

moinho (27 a 30), relacionado à dieta dos monges e próximo à cozinha; e o setor destinado aos outros animais que não as aves (33, 35 a 37 e 39 a 40), relativo ao campo e aos pastos.

A enfermaria e o noviciado (17), situados atrás do altar principal da igreja no lado leste, estão em um mesmo bloco. No seu lado norte está o claustro dos doentes (17d) e no sul o dos noviços (17c). Entre estes dois espaços está uma edificação destinada ao culto religioso, abrigando a capela dos enfermos (17b), a oeste em direção da igreja, assim como a capela dos noviços (17a), a leste. Apesar dos dois ambientes estarem em uma mesma edificação, a configuração da planta separa duas atividades distintas e não permite ligação entre elas. O contato entre os enfermos e os noviços seria possível, mas não diretamente, havendo a necessidade de deslocamento através da área atrás do corpo da igreja. Este acesso, ainda que possível, não parece facilitado, assemelhando-se mais a um espaço de ligação esporádica entre áreas distintas e funções diversas. Ao lado da enfermaria, ao norte, localizam-se outras edificações com funções hospitalares: a casa de remoção de sangue (15), as dependências dos médicos (16) e o jardim de ervas medicinais (Z). Percebe-se que há uma relação entre as funções necessárias aos doentes, de forma que eles não precisariam sair deste setor, ficando isolados. Sua comunicação com o restante do monastério dar-se-ia pela entrada norte da igreja e uma possibilidade de contato com a casa do abade também pode ser observada. Aos noviços também destina-se um local próprio, mas isolado de todo o restante do mosteiro, parecendo difícil seu deslocamento para o claustro e para a igreja. O acesso dos noviços ao setor produtivo, mais relacionado aos servos e ao mundo exterior, mostra-se possível.

A obrigação de haver dependências exclusivas aos noviços e aos doentes está presente na *Regra de São Bento*. Inicialmente não se facilitaria a entrada de um postulante no mosteiro: “Apresentando-se alguém para a vida monástica, não se lhe conceda fácil ingresso”.⁸⁵ Deveria este candidato ser persuadido a desistir: “se aquele que vem, perseverar batendo à porta e se depois de quatro ou cinco dias, sendo-lhe feitas injúrias e dificuldades para entrar, parece suportar pacientemente e persistir no seu pedido, conceda-se-lhe o ingresso”.⁸⁶ Após sua admissão ele deveria ficar, inicialmente, junto com os hóspedes: “permaneça alguns dias na cela dos hóspedes”.⁸⁷ Depois seria transferido para o local destinado às atividades que lhe seriam próprias: “Fique, depois, na cela dos noviços, onde esses se exercitam, comem e dormem”.⁸⁸ Aos doentes, que teriam um tratamento especial, também deveria existir um

⁸⁵ Capítulo 58 em: *Ibidem*, p. 119.

⁸⁶ Capítulo 58 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁸⁷ Capítulo 58 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁸⁸ Capítulo 58 em: *Ibidem*, loc. cit.

ambiente exclusivo: “uma cela destinada especialmente a estes irmãos enfermos”.⁸⁹ A eles seria concedida dieta alimentar diferenciada, bem como a possibilidade de um maior número de banhos: “a alimentação de carnes seja concedida aos enfermos por demais fracos”,⁹⁰ “uso dos banhos seja oferecido aos doentes sempre que convém”.⁹¹

As funções relativas ao claustro e à igreja se constituem em um único bloco. Todas as outras funções estão em edifícios isolados, independentes e aparentemente não conectados entre si. Esta separação, em comparação à unidade alcançada nas edificações claustrais, pode nos fazer supor uma importância e um destaque diferenciados para aqueles que estivessem diretamente relacionados à vida monástica na clausura – os monges – em relação aos outros – os hóspedes, os servos e os noviços – como uma comunidade separada, apesar de ao mosteiro relacionada.

Entretanto, a casa do abade (13) e o edifício anexo com o seu celeiro, a sua cozinha e o seu recinto para o banho (14), apresentam-se como edificações distintas, não pertencendo ao conjunto formado pelo claustro e pela igreja. Localizadas ao norte do monastério, entre o setor hospitalar e a escola externa, apresentam uma ligação direta com o transepto da igreja. Suas dependências estão perto do altar, no lado oposto do claustro e relativamente próximas aos alojamentos dos hóspedes distintos.

Segundo a *Regra de São Bento* o abade deve ser o supremo governante de um mosteiro, sendo que a lista das suas desejadas qualidades é ampla e constantemente apresentada em diversas passagens, mais especificamente nos capítulos 2 (Como deve ser o Abade) e 64 (Da ordenação do Abade). O cargo deveria ser ocupado por um monge de notórios atributos: “Aquele que deve ser ordenado seja eleito pelo mérito da vida e pela doutrina da sabedoria”.⁹² O superior do monastério deveria ser “douto na lei divina [...] casto, sóbrio, misericordioso [...] prudente e refletido nas suas ordens”.⁹³ A Regra recomenda que ele “Odeie os vícios, ame os irmãos [...] suspeite sempre da própria fragilidade [...] se esforce por ser mais amado que temido”.⁹⁴ Determina que o abade “Não seja turbulento nem inquieto, não seja excessivo nem obstinado, nem ciumento, nem muito desconfiado [...] conserve em tudo a presente Regra”.⁹⁵ Além disso, ele deveria ser considerado o representante de Cristo perante esta mesma comunidade: “Com efeito, crê-se que, no mosteiro, ele faz as vezes do

⁸⁹ Capítulo 36 (Dos irmãos enfermos) em: *Ibidem*, p. 85.

⁹⁰ Capítulo 36 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁹¹ Capítulo 36 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁹² Capítulo 64 (Da ordenação do Abade) em: *Ibidem*, p. 131.

⁹³ Capítulo 64 em: *Ibidem*, p. 133.

⁹⁴ Capítulo 64 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁹⁵ Capítulo 64 em: *Ibidem*, loc. cit.

Cristo”;⁹⁶ “O Abade, que se crê fazer as vezes do Cristo, seja chamado Senhor e Abade, não em virtude de sua própria atribuição, mas em honra e por amor a Cristo”.⁹⁷

Conforme estabelecido por São Bento em sua regra, a ordenação abacial deveria ser concretizada após a escolha feita pelos monges ou por um grupo que os representaria: “seja constituído aquele que tiver sido eleito por toda a comunidade concorde no temor de Deus, ou, então, por uma parte, de conselho mais são, ainda que pequena”.⁹⁸ Ao ser escolhido por sua comunidade para dirigi-la e ao apresentar qualidades determinadas à frente de seu cargo, o abade deveria ser sempre obedecido em suas resoluções: “que a solução dependa antes do arbítrio do Abade, e todos lhe obedeçam no que ele tiver julgado ser mais salutar”.⁹⁹ Os monges deveriam obedecê-lo incondicionalmente: “se submeta o monge, com inteira obediência ao superior”;¹⁰⁰ “ao Abade deve ser tributado por todos o bem da obediência”.¹⁰¹ As funções específicas de cada membro do mosteiro deveriam ser estabelecidas não apenas pelos méritos de cada um, mas também pelo que o abade resolvesse: “Conservem os monges no mosteiro a sua ordem, conforme o tempo que têm de vida monástica, o merecimento da vida e conforme o Abade constituir”.¹⁰² O abade seria eleito por sua comunidade e a representaria, teria qualidades notórias e mereceria respeito por seu próprio cargo. Concede-se deste modo ao ocupante do cargo um amplo poder perante seu mosteiro, como assinalado na Regra: “Colocado, pois, antes de tudo o poder do Abade e dos superiores por ele constituídos”.¹⁰³ Além disso, São Bento afirma que é este cargo que caracterizaria mesmo um mosteiro, junto com sua regra comum: “cenobitas, isto é, o monasterial, dos que militam sob uma Regra e um Abade”.¹⁰⁴

Um aspecto prático da localização da casa abacial pode ser assinalado. Os monges deveriam participar sem atrasos das cerimônias religiosas e o abade não estaria imune a isto, pois ele seria o responsável pelo cumprimento das horas litúrgicas: “Esteja ao cuidado do Abade o dever de anunciar a hora do Ofício Divino, de dia e de noite”.¹⁰⁵ Far-se-ia necessário que suas dependências estivessem perto da igreja, assim como também próximas dos monges. Entretanto, como responsável por toda a comunidade e como o seu principal representante, a

⁹⁶ Capítulo 2 (Como deve ser o Abade) em: *Ibidem*, p. 21.

⁹⁷ Capítulo 63 (Da ordem na Comunidade) em: *Ibidem*, p. 131.

⁹⁸ Capítulo 63 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁹⁹ Capítulo 3 (Da convocação dos irmãos a conselho) em: *Ibidem*, p. 27.

¹⁰⁰ Capítulo 7 (Da humildade) em: *Ibidem*, p. 43.

¹⁰¹ Capítulo 71 (Sejam obedientes uns aos outros) em: *Ibidem*, p. 143.

¹⁰² Capítulo 63 em: *Ibidem*, p. 129.

¹⁰³ Capítulo 71 em: *Ibidem*, p. 143.

¹⁰⁴ Capítulo 1 (Dos gêneros de monges) em: *Ibidem*, p. 19.

¹⁰⁵ Capítulo 47 (Como deve ser dado o sinal para o Ofício Divino) em: *Ibidem*, p. 101.

localização de seu recinto exclusivo poderia estar relacionada mais a uma distinção do que ser uma decorrência de uma mera necessidade funcional: como uma forma de se ratificar esta sua posição, seus alojamentos deveriam estar em local privilegiado, próximo ao altar-mor, o centro de toda a liturgia cristã e com acesso através da igreja.¹⁰⁶

A valorização do cargo abacial, pela localização de sua casa, também pode ser observada pela proximidade da biblioteca. A necessidade da existência de um recinto para se guardar livros está assinalada na Regra: “recebam todos respectivamente livros da biblioteca e leiam-nos pela ordem e por inteiro”.¹⁰⁷ Relacionada à biblioteca está a denominada *Lectio Divina* ou, segundo Enout, leitura espiritual.¹⁰⁸ É amplamente recomendada na Regra, devendo os monges dedicar-se não somente ao trabalho, mas também à leitura.¹⁰⁹ Existia também um local para a cópia de livros, o *scriptorium*. Estas duas funções estão localizadas no Plano de São Galo ao lado do altar principal da igreja e próximas à casa abacial (1a). O condicionante prático seria a proximidade da biblioteca do altar, pois durante o Ofício Divino, fazia-se necessária a leitura de trechos da Bíblia, mais especificamente do *Livro dos Salmos*. O abade teria os seus alojamentos próximos aos livros sagrados, em outra possível valorização de seu cargo.¹¹⁰

A simples existência da casa abacial deve ser pensada. O sínodo de 817 permitiu que o abade tivesse um recinto exclusivo,¹¹¹ contrariando o que foi determinado pelo sínodo anterior

¹⁰⁶ “the abbot of a monastery was always ceremonially, indeed liturgically, received by his monks, and the entrance through the church was therefore natural”. CONANT, op. cit., p. 299.

¹⁰⁷ Capítulo 48 (Do trabalho manual cotidiano) em: *A Regra de São Bento*, op. cit. p. 105.

¹⁰⁸ Outras denominações são dadas para a expressão *Lectio Divina*: Leitura Divina, Leitura de Deus, Leitura da Palavra de Deus. Enout comenta, na nota 8 do capítulo 48 da Regra que esta leitura deveria ser ampla: “estudada, meditada, apreendida e mesmo decorada”. *A Regra de São Bento*, op. cit. p. 182. Sobre a *Lectio Divina* em suas diferentes interpretações: BALLANO, Mariano. *Lectio divina*. In CASAS; RODRÍGUEZ, op. cit., p. 590-597; COLOMBÁS, D. García M., MB. *Diálogo com Deus: introdução a Lectio Divina*. São Paulo, Paulus, 1999.

¹⁰⁹ São Bento assim iniciou o capítulo 48 da Regra: “A ociosidade é inimiga da alma; por isso em certas horas devem ocupar-se os irmãos com o trabalho manual, e em outras horas com a leitura espiritual”. Para que essa atividade fosse realizada os mais velhos deveriam fiscalizar se não haveria algum monge displicente em relação a ela: “algum irmão tomado de acédia, que se entrega ao ócio ou às conversas, e não está aplicado à leitura”. *A Regra de São Bento* determina também a quantidade de tempo para a leitura e, seguindo sua divisão das horas, temos que, segundo Braunfels, o tempo dedicado à leitura seria variável: “En verano los monjes trabajaban más, mientras que en invierno leían más”. Os religiosos dedicavam-se em média cerca de três horas e meia à leitura diária, sendo o domingo dia exclusivo desta atividade. *A Regra de São Bento*, op. cit. p. 103 e 105; BRAUNFELS, op. cit., p. 41.

¹¹⁰ A localização do recinto destinado aos livros, tão próxima ao altar, não era uma constante nesse período como vemos pelos mosteiros contemporâneos ao Plano de São Galo. Podemos citar a abadia de Saint-Wandrille com sua biblioteca situada no claustro em uma edificação própria e separada dos edifícios circundantes. Para uma descrição desta abadia: nota 42 do capítulo 1.

¹¹¹ “Se permite a los abades tener celdas (en los monasterios), en las cuales vivirán monjes o canónigos. Pero cuide el abade de que no vivan allí menos de seis monjes”. Excerto do sínodo de 817 em: BRAUNFELS, op. cit., p. 300.

de 816.¹¹² A *Regra de São Bento* possibilita que o superior do monastério tenha sua própria cozinha e refeitório e que com ele os hóspedes deveriam ter as refeições.¹¹³ No Plano de São Galo, não apenas uma edificação destinada a abrigar sua cozinha está presente, mas também sua própria casa. Na Regra Beneditina não há proibição que o abade tenha suas próprias dependências. A localização da casa abacial ao norte da igreja e no lado oposto do claustro, que está situado ao sul, separa suas dependências da área mais restrita aos monges. Devemos também observar a proximidade da casa abacial às edificações destinadas aos hóspedes ilustres. Esta implantação perto do alojamento dos nobres indica uma possível valorização da convivência do abade com os hóspedes distintos e de sua atuação frente ao mundo secular. Por outro lado, a localização de sua casa em posição oposta ao do claustro em relação à igreja pode indicar uma distinção do abade em relação aos monges.

¹¹² “Ni el abad ni ninguno de los hermanos comerán con los huéspedes a las puertas del monasterio”. Excerto do sínodo de 816 em: *Ibidem*, p. 299.

¹¹³ Para as passagens da *Regra de São Bento* relacionadas à cozinha e ao refeitório: notas 20 e 21.

Capítulo 3

As plantas da abadia de Cluny em suas fases II e III

Cerca de 100 anos após a elaboração do Plano de São Galo ocorreu, a partir da fundação do mosteiro de Cluny, um outro momento significativo na história da arquitetura monástica beneditina. Após um início modesto, a abadia de Cluny se apresentou, na metade do século XI, como o mais destacado centro monastical da Europa Ocidental,¹ situando-se em seu mosteiro, no início do século XII, a maior igreja cristã do Ocidente² e talvez de toda a história do monaquismo.³ Sua importância foi tão expressiva que muitos historiadores utilizam a expressão “espírito de Cluny” para enfatizar as possíveis determinações de seu modelo na arquitetura e na arte do período.⁴ Pesquisas mais recentes questionam sua suposta supremacia, defendendo-se a possibilidade de Cluny não ter sido de fato um centro irradiador de um modelo de arquitetura, tornando relativas suas influências.⁵ Mesmo assim não se deixa de entender que a denominada Ordem Cluniacense apresentava um amplo poder dentro e fora da Igreja.⁶

Ainda que se levantem dúvidas sobre sua influência em relação à arquitetura religiosa e monástica, na totalidade de seus aspectos, a efetiva adoção de seu específico modelo centrado no claustro é um fato de difícil questionamento. No Plano de São Galo o partido do claustro estava consolidado como proposta e foi através de Cluny que ele se expandiu

¹ NORBERG-SCHULZ, Christian. *Arquitectura occidental*. Barcelona: Gustavo Gili, 1985, p. 87.

² IOGNA-PRAT, Dominique. Cluny: cidadela celeste. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel (Coord.). *História artística da Europa: a Idade Média – tomo II*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 111-112.

³ BRAUNFELS, Wolfgang. *Arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral, 1975, p. 75.

⁴ Esta opinião é amplamente apresentada na bibliografia consultada: “There can be no doubt that the Congregation and Order of Cluny constituted a cultural unit within the boundaries of Western churchmanship”; “inspirou outras igrejas, desde Espanha até à Alemanha”; “destinada a esercitare vasta influenza per buona parte del periodo romanico”; “en el dominio artistico um centro de relaciones internacionales”. CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 108; JORDAN, R. Furneaux. *História da arquitectura no ocidente*. [Lisboa]: Verbo, 1985, p. 111; SOUCHAL, François. *L'alto Medioevo*. Milão: Rizzoli, 1969, p. 9; WEISBACH, Werner. *Reforma religiosa y arte medieval: la influencia de Cluny en el románico occidental*. Madri: Espasa-Calpe, 1949, p. 47.

⁵ “Nas dependências da ordem, a margem para iniciativas e adaptações locais sempre foi muito grande: isso é verdade no que diz respeito aos costumes, e mais verdade ainda no concernente às formas monumentais e ornamentais”; “generations of historians in fact to exaggerate the Burgundian monastery’s influence on pilgrimage art and, more to my point, architecture”. IOGNA-PRAT, op. cit., p. 106; LYMAN, Thomas W. The politics of selective eclecticism: monastic architecture, pilgrimage churches, and “resistance to Cluny”. *Gesta*, v. XXVII, n. 1/2, 1988, p. 83.

⁶ “se foi constituindo uma grande união monástica ou *congregação* sob a direção do abade de Clúnia”; “O Abade de Cluny, o abade dos abades, é um soberano. A sua autoridade moral exerce-se mesmo fora do sistema de que é cabeça”. BIHLMEYER, Karl; TUECHLE, Hermann. *História da Igreja: volume segundo – Idade Média (692-1517)*. São Paulo: Paulinas, 1964, p. 142-143; FOCILLON, Henri. *Arte do Ocidente: a Idade Média Românica e Gótica*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 75.

aplicando-se de forma real nos mosteiros.⁷

A fundação do mosteiro de Cluny em 910 está condicionada a uma doação de terras realizada em testamento pelo duque da Aquitânia e conde de Mâcon, Guilherme III. O abade Bernon, do mosteiro de Baume-les-Messieurs, foi incumbido de administrar essas propriedades, com a condição de que construísse um mosteiro sob a *Regra de São Bento* e que fosse dedicado aos apóstolos Pedro e Paulo.⁸ O testamento também determinava que a nova fundação monasterial deveria ter autonomia em relação aos poderes seculares e temporais.⁹ A possibilidade de Cluny se autogerir foi reforçada com a autorização, concedida em 931 pelo Papa João XI que permitiu aos cluniacenses administrarem outros mosteiros, a pedido de seus abades, bem como reformá-los em seus usos e costumes. De uma maneira geral, a abadia de Cluny apresentou, desde seu princípio, a particular possibilidade de poder se autodeterminar sem interferências externas na escolha do abade e nas decisões da comunidade.¹⁰

No local de fundação do mosteiro de Cluny existiam uma vila e uma capela. Também havia outras edificações que remontariam ao período entre os séculos VI e VIII.¹¹ Nos abaciados seguintes ao de Bernon, com Eudes, também conhecido por Odon (927/942) e Aymard (942/954), a ausência de dados mais precisos torna bastante especulativa a proposta de uma planta para o mosteiro. Mesmo que as edificações pré-existentes à sua fundação pudessem ter sido utilizadas, tal hipótese é considerada uma mera conjectura,¹² sendo que de sua primeira fase as poucas informações existentes não permitem um conhecimento mais específico sobre sua arquitetura.¹³ Em relação aos períodos posteriores, trabalharemos com as plantas do conjunto elaboradas por Conant¹⁴ que estabelece uma periodização em três fases

⁷ BRAUNFELS, op. cit., p. 116 e 118; CONANT, Kenneth John. New results in the study of Cluny monastery. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. XVI, n. 3, Oct. 1957, p. 6.

⁸ “Eu faço essa doação conforme a seguinte disposição: que seja construído em Cluny, em honra dos santos apóstolos Pedro e Paulo, um mosteiro regular; que alguns monges se reúnam ali para viver segundo a regra de São Bento”. Excerto da *Carta de fundação de Cluny por Guilherme de Aquitânia* em: DUBY, Georges. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 150.

⁹ “Que nenhum príncipe secular, conde, bispo nem pontífice da sé de Roma, adjuro-o por Deus e em Deus por todos os seus santos e pelo dia terrível do juízo, invada os bens destes servidores de Deus, aproprie-se deles ou os diminua, os troque ou conceda a quem quer que seja, ou imponha sobre eles um abade contra a vontade deles”. Excerto da *Carta de fundação de Cluny por Guilherme de Aquitânia* em: *Ibidem*, p. 151.

¹⁰ IOGNA-PRAT, op. cit., p. 101; HUNT, Noreen. *Cluny under Saint Hugh: 1049-1109*. Londres: Edward Arnold, 1967, p. 39.

¹¹ IOGNA-PRAT, op. cit., p. 107.

¹² CONANT, Kenneth John. Cluny studies: 1968-1975. *Speculum*, v. L, n. 3, Jul. 1975, p. 385.

¹³ IOGNA-PRAT, op. cit., loc. cit..

¹⁴ Suas pesquisas, sobre a arquitetura românica em geral e sobre Cluny especificamente, desenvolveram-se entre 1925 a 1975. Em um artigo publicado em 1975, em *Speculum*, Conant estabelece, ao que tudo indica, suas proposições finais para o mosteiro cluniacense. De seus trabalhos pudemos consultar: The place of Cluny in Romanesque and Gothic architecture. *The Journal of the American Society of Architectural Historians*, v. 2, n. 3, Jul. 1942, 1.reimp. 1966, p. 2-5; New results in the study of Cluny monastery. *Journal of the Society of*

construtivas: Cluny I (915 a 927) relativa ao seu início; Cluny II (948 a 1045), relacionada à reconstrução da igreja abacial (948 a 981 e c.1000 a 1010) e à ampliação do conjunto monasterial (994 a 1045); Cluny III (1075 a 1130) iniciada com uma nova ampliação dos edifícios monásticos e finalizada com a consagração da nova igreja.¹⁵

Mesmo com novas pesquisas arqueológicas e históricas¹⁶ e apesar das hipóteses de Conant para as planificações do conjunto serem criticadas,¹⁷ podemos utilizá-las como referência para a nossa investigação com relativa segurança, isso graças a alguns estudos comparativos realizados entre suas plantas e textos do próprio período.

Em relação a Cluny II, Braunfels toma as regras internas da abadia e observa que as visitas, permitidas apenas aos religiosos, seguiam um itinerário fixo sob a coordenação do prior: casa do encarregado dos peregrinos, celeiro, cozinhas, refeitório, noviciado, dormitório, hospital. Nesse roteiro não se incluíam a igreja, a casa de hóspedes, as oficinas e a sala do capítulo. Apesar do edifício litúrgico, assim como a hospedaria, não estarem assinalados, eles já seriam conhecidos dos visitantes. As oficinas não teriam interesse e a sala capitular não deveria ser esquecida, pois ficava ao lado da igreja e através dela se chegaria à capela da Virgem. Apesar de algumas edificações não serem apresentadas, Braunfels considera que não há discrepâncias entre a organização geral do monastério que se pode ver através desse itinerário e a planta proposta por Conant.¹⁸

Outro estudo comparativo foi realizado com o manuscrito *Descrição do mosteiro de Farva*.¹⁹ De autoria do monge Guido e feito a partir de uma regulamentação redigida pelo também monge Juan de Apulia, após uma visita a Cluny, o texto foi utilizado para normalizar a vida interna do monastério italiano de Farva que, destruído pelos Sarracenos, teve seu conjunto reconstruído no final do século XI. Considerado por muitos anos como uma descrição de Farva, em estudos recentes nos quais se analisaram o próprio documento, dados

Architectural Historians, v. XVI, n. 3, Oct. 1957, p. 3-11; *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966; The after-life of Vitruvius in the Middle Ages. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. XXVII, n. 1, Mar. 1968, p. 33-38; Cluny studies: 1968-1975. *Speculum*, v. L, n. 3, Jul. 1975, p. 383-390. Para o esclarecimento das definições das funções em suas plantas fizemos uso das nomenclaturas em: ESCHAPASSE, Maurice. *L'architecture bénédictine en Europe*. Paris: Editions des Deux-Mondes, 1963, p. 33; WERCKMEISTER, O. K. Cluny III and the pilgrimage to Santiago de Compostela. *Gesta*, v. XXVII, n. 1/2, 1988, p. 109. E também da descrição dos ambientes em: BRAUNFELS, op. cit., p. 80-87.

¹⁵ CONANT, Kenneth John. Cluny studies: 1968-1975. *Speculum*, v. L, n. 3, Jul. 1975, p. 384-385.

¹⁶ Um estudo sobre pesquisas arqueológicas recentes relativas aos mosteiros franceses pode ser vista em: BONDE, Sheila; MAINES, Clark. The archaeology of monasticism: a survey of recent work in France, 1970 – 1987. *Speculum*, v. 63, n. 4, Oct. 1988, p. 794-825.

¹⁷ “las pruebas no eran suficientes para llegar a conclusiones definitivas sobre numerosos detalles [...] la historia arquitectónica de Cluny todavía está por escribir”; “Os planos elaborados por Conant, e reproduzidos em numerosos manuais, não passam de interpretações”. BRAUNFELS, op. cit., p. 77; IOGNA-PRAT, op. cit., p. 107.

¹⁸ BRAUNFELS, op. cit., p. 80-81

¹⁹ Excertos do texto podem ser lidos em: *Ibidem*, p. 308-311.

correlatos e a discordância do local de implantação de Farva com essa descrição, chegou-se à conclusão de que o texto apresenta o plano de Cluny por volta de 1042. São relacionadas vinte e cinco edificações, sempre com suas dimensões e algumas vezes com suas localizações, não havendo também aqui discrepâncias entre essas descrições e as plantas propostas por Conant.²⁰ Ainda que se tenha observado a inadequação ou ausência de determinados elementos construtivos nas reconstituições apresentadas por Conant, os dois textos dão uma imagem de Cluny II que torna menos controversa suas propostas, não deixando, segundo Braunfels, dúvidas da sua estruturação geral.²¹

A ampliação de Cluny I ocorreu ao longo do tempo, nos abaciados de Maieul (954/994) e Odilon (994/1049).²² Possivelmente não foi idealizada como um projeto propriamente dito, mas como uma sucessão de alterações²³ que, não estanques e sim contínuas, resultaram em um novo monastério, fruto mais de novas necessidades de programa e possibilidades construtivas do que de um plano geral pré-determinado. Braunfels apresenta também a possibilidade de que a construção de quase todo o conjunto monástico de Cluny II poderia ter sido realizada apenas pelo abade Odilon,²⁴ citando para isso um trecho de sua biografia que lhe atribui esta reconstrução.²⁵ Deste conjunto pode-se datar com mais precisão apenas a igreja abacial que foi consagrada em 981 quando Cluny recebeu relíquias dos apóstolos Pedro e Paulo.²⁶

Observando a reconstituição de Conant para Cluny II,²⁷ procuraremos ver suas possíveis relações com o Plano de São Galo e com a *Regra de São Bento*. Listamos a seguir as funções assinaladas na planta (ilustração 15):

- 1 – igreja;
- 1a – átrio;
- 1b – galilé;
- 1c – nave;
- 1d – altar;
- 2 – sala do capítulo;

²⁰ Ibidem, p. 81.

²¹ Ibidem, p. 80.

²² IOGNA-PRAT, op. cit., p. 107.

²³ BRAUNFELS, op. cit., p. 77.

²⁴ Ibidem, p. 80.

²⁵ “renovado y decorado por él mismo en todos sus edificios, dentro y fuera, excepto las paredes de la iglesia”. Excerto da biografia de Odilon em: Ibidem, p. 312.

²⁶ IOGNA-PRAT, op. cit., p. 102.

²⁷ CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 83.

- 3 – locutório ou parlatório dos monges;
- 4 – sala de estar e de trabalho dos monges;
- 5 – dormitório dos monges (andar superior);
- 6 – banheiros;
- 7 – sala de banho;
- 8 – sala de aquecimento (*calefactorium*);
- 9 – refeitório dos monges;
- 10 – dispensa para utensílios da cozinha;
- 11 – lavatório;
- 12 – cozinha dos monges;
- 13 – cozinha dos irmãos leigos;
- 14 – celeiro;
- 15 – *mandatum*;
- 16 – sala do porteiro;
- 17 – *scriptorium*;
- 18 – armário para livros (biblioteca);
- 19 – claustro;
- 20 – capela da Virgem Maria;
- 21 – claustro da enfermaria;
- 22 – enfermaria;
- 23 – sala de banho dos enfermos;
- 24 – lavanderia ou flebotomia;
- 25 – pátio da enfermaria
- 26 – pátio sudeste
- 27 – banheiro dos noviços;
- 28 – dormitório dos noviços;
- 29 – refeitório dos noviços;
- 30 – cozinha dos noviços;
- 31 – sala de estudo dos noviços;
- 32 – sala dos artesãos superiores (ourives, pintores e vidreiros);
- 33 – *domus* (uso incerto);
- 34 – pátio lateral;
- 35 – pátio;
- 36 – claustro secundário;

- 37 – padaria;
- 38 – pátio da padaria;
- 39 – pátio das cozinhas;
- 40 – pátio ocidental;
- 41 – porta sul;
- 42 – torre;
- 43 – banheiro;
- 44 – cavaleriças;
- 45 – dormitório dos irmãos leigos (andar superior);
- 46 – refeitório dos irmãos leigos (andar superior);
- 47 – banheiro;
- 48 – hospedaria;
- 49 – recepção;
- 50 – pátio dos estábulos;
- 51 – pátio externo;
- 52 – porta exterior;
- 53 – pátio de entrada;
- 54 – porta de Odilon;
- 55 – banheiro;
- 56 – hospedaria para cavalheiros (nobres);
- 57 – hospedaria para damas (nobres);
- 58 – refeitório e sala dos hóspedes nobres (andar superior);
- 59 – banheiro;
- 60 – pátio das damas (nobres);
- 61 – oficina dos alfaiates e dos sapateiros;
- 62 – sacristia;
- 63 – cemitério dos irmãos leigos;
- 64 – cemitério dos monges.

Todos os edificios estão localizados em uma área delimitada por um muro envoltório. Nesta solução do programa de necessidades, podemos novamente nos reportar ao capítulo 66 da *Regra de São Bento* que recomenda a localização de todos os ambientes necessários ao funcionamento do mosteiro circunscritos em um mesmo espaço.

Vemos também a presença do claustro (19) praticamente no centro do conjunto e circundado pelos ambientes diretamente destinados à vida quotidiana dos monges.

Lateralmente a este pátio parcialmente coberto, em todo o lado norte, está o edifício da igreja (1); na área coberta lindeira a ela estão, junto ao transepto, o armário dos livros (18) e junto à galilé, a sala do porteiro (16); entre estes dois espaços, faceando toda a parede da nave lateral direita da igreja, está o *scriptorium* (17). Ao lado leste está uma edificação que abriga, no piso térreo e próximo ao altar da igreja, a sala do capítulo (2), também no térreo e na outra ponta estendendo-se para fora do claustro, a sala de estar e trabalho (4); entre elas situa-se o locutório (3) que tem à sua frente a escada de acesso ao dormitório monástico (5), no andar superior. Ao sul, ocupando quase toda a extensão do edifício, situa-se o refeitório (9), ladeado pela sala de aquecimento (8) situada junto à sala dos monges e pela dispensa da cozinha (10). No lado oeste está o edifício destinado ao celeiro (14) que tem em suas laterais a cozinha dos monges (12), junto à dispensa e o *mandatum* (15), ao lado do átrio da igreja. Próximo à cozinha localiza-se, entre a parte coberta e a descoberta do claustro, o lavatório (11).

Esta solução de implantação dos edifícios em Cluny II mostra-se bastante semelhante ao Plano de São Galo.²⁸ Os dois casos apresentam, com o claustro, um espaço limitado aos monges e restritivo aos visitantes. Em São Galo observamos que, após a passagem por um longo corredor, entra-se no conjunto monástico pelo átrio da igreja. Através deste espaço ocorria o direcionamento dos visitantes: à esquerda ao setor destinado aos hóspedes distintos e, à direita ao setor de auxílio dos peregrinos e dos pobres. Também pelo lado direito havia o acesso ao setor produtivo do mosteiro e, através do *mandatum*, ao claustro. O átrio em São Galo tinha uma nítida função de distribuição de circulações. Em Cluny II esta característica se mostra bastante reduzida. A entrada para o conjunto monástico ocorre pela porta exterior (52), localizada a noroeste. Por esta passagem entra-se em grandes espaços descobertos: os pátios externo (51), de entrada (53) e dos estábulos (50). Pelo pátio de acesso se alcança a porta de Odilon (54), à frente do recinto de recepção (49), localizado a certa distância do átrio da igreja. Apesar da possibilidade de deslocamentos alternativos através dos estábulos (44), localizados à direita da entrada, assim como pela porta meridiana (41), os visitantes teriam o primeiro contato com o monastério provavelmente pela portaria de recepção. As passagens pelas cavaliças e pelo portão sul, situado à frente do rio que margeia o conjunto, estariam relacionadas às circulações de serviço.

Pelo recinto de recepção passariam todos os visitantes do conjunto monástico. No lado sul da recepção está a hospedaria (48) e no lado norte está outra hospedaria destinada aos

²⁸ IOGNA-PRAT, op. cit., p. 109; JORDAN, op. cit., p. 111; MCLEAN, Alick. O mosteiro como Jerusalém celeste. In: TOMAN, Rolf (Ed.). *O românico: arquitetura – escultura – pintura*. Colônia: Könemann, 2000, p. 119; ZARNECKI, George. El mundo monástico: la aportación de las ordenes. In: EVANS, Joan (Dir.). *La baja edad media: el florecimiento de la Europa medieval*. Barcelona: Labor, 1968. p. 68.

nobres (55 a 59). Toda a recepção ao conjunto se faz por esta portaria de recepção, mais relacionado ao mundo externo do monastério. Contudo, há uma outra recepção relacionada à sala do porteiro (16), anexa à igreja e à direita de sua entrada, no lado sul. O recinto destinado ao porteiro está situado junto ao átrio (1a) e à galilé (1b), assim como ao lado do *mandatum*. Também existe em Cluny II, como existia em São Galo, duas passagens antes de se entrar no claustro, uma primeira passagem de recepção e uma segunda passagem para a área de clausura. No Plano de São Galo havia dois porteiros diferentes: um que consideramos o mais importante por sua função de direcionar todos e quaisquer visitantes ao conjunto e seu auxiliar, o mestre responsável pela admissão dos peregrinos e dos pobres. Em Cluny II continuam existindo dois porteiros. O porteiro mais relevante para a vida monástica, possivelmente seria o que receberia os visitantes direcionados ao claustro e não o que ficaria no recinto de entrada. Em Cluny II, da mesma forma que em São Galo, não se possibilitaria a todos a entrada para a clausura, tendo o monge responsável por esta permissão grande relevância, por todos os problemas que se poderia ocasionar ao quotidiano monástico pela permissão do acesso de pessoas que se entenderia poderiam corromper a vida dos monges. Por este mesmo acesso não ser francamente indicado, uma nova portaria mais distante teria sido criada, tornando-se mais restritiva a passagem para a clausura. Ao entrar no monastério, os visitantes não se deslocavam pelo átrio da igreja, como ocorria em São Galo, mas ficavam externos a ele e, ao que parece, de todo o conjunto. A solução de planta de Cluny II, com duas portarias, cria dois setores diferentes: um relacionado aos monges e outro relativo aos hóspedes.

Junto à portaria de recepção, localizada no lado oeste, estão as edificações dos forasteiros. À sua direita está um longo edifício que termina próximo à porta sul e é destinado aos hóspedes e aos irmãos leigos²⁹ (45 a 48). À esquerda, perpendicularmente à recepção e estendendo-se até a lateral do átrio, situa-se a edificação dos hóspedes nobres. Há uma semelhança com São Galo: à esquerda o setor relacionado aos hóspedes mais poderosos e à direita o setor para os outros hóspedes e para os trabalhadores vinculados ao mosteiro. Apesar da similaridade das plantas os usos seriam diferentes. No Plano de São Galo havia, à direita da entrada, edificações destinadas aos peregrinos e aos pobres. Em Cluny II esta hospedaria,

²⁹ Os irmãos leigos, também conhecidos por conversos, são aqueles que deveriam viver no mosteiro segundo as normas da *Regra de São Bento*, mas sem realizarem os votos de conversão. Para eles se estabeleceram regras próprias e rotina diferenciada. TORRE, Juan M. de la. *Ordens*. In: CASAS, Joan Canals, CMF; RODRÍGUEZ, Angel Aparicio Rodríguez, CMF (Dir.). *Dicionário teológico da vida consagrada*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 783.

destinada também aos peregrinos,³⁰ está ao lado da portaria e junto aos grandes pátios de entrada. No período de Cluny II, os monastérios eram locais de apoio às peregrinações, por representarem pouso seguro e por serem, por vezes, seus santuários de visitação obrigatória. A abadia de Cluny era um dos pontos iniciais das diversas rotas de peregrinação a Santiago de Compostela,³¹ tendo os cluniacenses estimulado esta prática no período.³² Fez-se necessário que a planta do monastério incorporasse áreas destinadas a esses visitantes que, contudo, não estavam propriamente relacionados à vida dos monges.³³ Os grandes pátios e a hospedaria restringiriam de alguma forma a entrada dos peregrinos no conjunto monástico ou, ao menos, haveria um controle do seu acesso, particularmente direcionado à igreja abacial. No Plano de São Galo também se via à direita da entrada principal as edificações destinadas aos servos e às atividades relacionadas à área produtiva. Em Cluny II o trabalho servil, especialmente o mais pesado, era realizado pelos irmãos leigos³⁴ que têm suas dependências, particularmente o dormitório (45) e o refeitório (46), localizadas no piso superior do edifício anexo à portaria de recepção. O acesso aos seus recintos ocorre através de uma escada localizada no lado da edificação que faz frente ao celeiro do claustro. Sua cozinha pode estar localizada junto à dos monges mais por questões práticas relativas à produção de alimentos, pois se situada em local diferente talvez fosse necessária a existência de uma outra cervejaria e de uma outra padaria, bem como um outro depósito. A implantação das edificações dos irmãos leigos dentro do conjunto monástico e sua proximidade às áreas de produção do mosteiro pode se relacionar ao direcionamento, cada vez maior, dos conversos ao trabalho manual. Outra semelhança existente entre Cluny II e o Plano de São Galo está na localização à esquerda da entrada dos edifícios destinados aos hóspedes nobres. Em São Galo havia duas edificações para eles: uma hospedaria e um edifício anexo de serviços. Em Cluny II todos os ambientes foram anexados em um único bloco, dividindo-se a edificação em duas partes, uma para os cavaleiros e a outra para as damas.

Em Cluny II, com a divisão em duas portarias, podemos perceber a presença de dois

³⁰ Duby denomina esta hospedaria de “esmolaria” e assinala que para ela direcionavam-se os peregrinos, os caminhantes de passagem, os empregados contratados esporadicamente, os mendigos e os pobres. DUBY, op. cit., p. 25.

³¹ WERCKMEISTER, op. cit., p. 107.

³² BENCINI, Letizia; CAVIGLI, Rossella. Considerazioni sull'estetica dei Benedettini: episodi particolari sull'architettura monastica in Toscana. In: CASTELLI, Patrizia (Coord.). *Iconografia di San Benedetto nella pittura della Toscana: immagini e aspetti culturali fino al XVI secolo*. Firenze: Centro d'incontro della certosa di Firenze, 1982, p. 411; READ, Piers Paul. *Os Templários: a história dramática dos cavaleiros templários, a mais poderosa ordem militar dos cruzados*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 80.

³³ Apesar da hospedagem ser considerada importante na Regra Beneditina, o contato dos monges com os hóspedes deveria ser evitado. Para este aspecto: notas 76 a 84 do capítulo 2.

³⁴ BIHLMEYER; TUECHLE, op. cit., p. 231.

mosteiros: um do mundo secular, identificado com os hóspedes, os peregrinos, os pobres e os irmãos leigos; outro relacionado à própria atividade monástica na clausura. Esta separação, ainda que perceptível em São Galo por aquilo que se pode denominar de um mosteiro dentro do mosteiro,³⁵ em Cluny II nos parece realçada pela divisão mais clara entre esses dois mosteiros.

Em relação à enfermaria e ao noviciado, há mais diferenças do que semelhanças entre as plantas de Cluny II e de São Galo. No Plano de São Galo, estes usos estavam localizados em um mesmo bloco, implantado à leste e atrás da igreja, situando-se os ambientes ao redor de dois claustros, um para cada função. Estavam separados do restante do conjunto e isolados. Em Cluny II eles também se apresentam separados, mas não estão no mesmo local do mosteiro. A enfermaria (22) fica a leste e atrás do altar, mas lateralmente e deslocada ao sul. O noviciado (27 a 31) também está ao sul e tem o seu próprio claustro. Através de uma longa passagem lindeira à capela da Virgem (20) e pelo parlatório (3), os doentes podem ter acesso direto ao claustro monástico. Enquanto que em São Galo eles estavam mais próximos da casa do abade e de certa forma aos noviços, através da área atrás do altar da igreja, em Cluny II os enfermos podiam chegar mais facilmente à igreja e à capela da Virgem, sendo que o mais interessante é a aparente impossibilidade de sua comunicação com os noviços, substituída pela possibilidade direta de seu contato com os monges, realizado através do parlatório. Os ocupantes da enfermaria ainda estavam isolados, mas muito mais próximos ao claustro e dentro do mosteiro. O noviciado tem todos os recintos que se faziam necessários ao quotidiano dos noviços: o banheiro (27), o dormitório (28), o refeitório (29), a cozinha (30) e a sala de estudo (31). A possibilidade de comunicação dos noviços com o restante do mosteiro mostra-se possível através dos pátios (35 e 36) localizados ao sul do refeitório dos monges, entretanto esta circulação não parece facilitada.

As edificações para os alfaiates e para os sapateiros (61), assim como a sala dos artesãos superiores (32), estão aparentemente localizadas em discordância com o restante do mosteiro.³⁶ Não há mais em Cluny II, como em São Galo, amplas áreas para os artesãos; apenas alguns ambientes. Em Cluny o trabalho manual monástico, recomendado por São Bento,³⁷ passa a ser menos valorizado em relação à oração, mais especificamente à liturgia.³⁸

³⁵ Para este aspecto: nota 35 do capítulo 2.

³⁶ Referindo-se à implantação destas funções no conjunto, Braunfels afirma que: "Dentro de este conjunto arquitectónico perfectamente concebido, constituyen una especie de cuerpos extraños". BRAUNFELS, op. cit., p. 85.

³⁷ Para este aspecto: notas 23 e 24 do capítulo 2.

³⁸ O trabalho manual foi progressivamente substituído pelas orações, especialmente as missas particulares dedicadas à memória dos mortos. DUBY, op. cit., p. 29; IOGNA-PRAT, op. cit., p. 116.

Seria possível que as funções produtivas estivessem mal resolvidas no conjunto, pois gradativamente os monges não trabalhariam mais e os edifícios destinados ao artesanato tenderiam a desaparecer do mosteiro. Talvez ainda existissem em Cluny II. A edificação denominada por Conant de *domus* (33) não tem seu uso definido, podendo ter sido destinada aos artesãos.

Em Cluny II há um novo recinto no mosteiro, a sala do capítulo, localizada no lado leste do claustro, entre o altar principal da igreja e o parlatório. Neste mesmo local, em São Galo, estava a sala de aquecimento ou sala diurna dos monges.³⁹ Apesar de já existente anteriormente, foi em Cluny que a sala capitular se consolidou, como item presente no programa de necessidades dos mosteiros.⁴⁰ Seu nome deriva da leitura dos capítulos da *Regra de São Bento* nas reuniões periódicas realizadas pelos monges, destinadas a resolver assuntos considerados importantes para a comunidade.⁴¹ Assim como surge a sala do capítulo na planta de Cluny II nela desaparecem as dependências exclusivas do abade. No Plano de São Galo havia edificações próprias para o abade localizadas no lado oposto ao da área de clausura, ao norte da igreja e próxima dos alojamentos dos hóspedes distintos. Estava assim separado dos outros monges e próximo dos hóspedes distintos. Afastar-se-ia talvez de sua comunidade no desempenho de suas funções de mediador do mosteiro com o mundo exterior. Com o desaparecimento em Cluny II das dependências que lhe eram privativas e separadas talvez houvesse uma aproximação do abade em relação à sua comunidade e poder-se-ia fazê-lo mais dependente dela.

O claustro está localizado no centro do mosteiro e à sua volta estão os principais recintos destinados ao quotidiano monástico: a igreja, o dormitório, o refeitório, a cozinha e o celeiro. A igreja ocupa todo o lado norte do claustro e está implantada praticamente no eixo leste-oeste, constituindo-se no maior edifício do mosteiro. De planta basilical e precedida por um átrio, no lado oeste, tem junto à entrada a galilé e no seu interior uma nave central e duas colaterais. Antes da nave transversal está o altar da cruz e em cada braço do transepto há duas absidiolas. À frente do cruzeiro, precedendo a abside central, fica o coro que está flanqueado por naves laterais que terminam em capelas. São Bento prescreve que as orações diárias

³⁹ PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982, p. 24.

⁴⁰ Considerando-se a data de 1035, estabelecida por Conant para a sala capitular de Cluny II, a existente no mosteiro de Heiligenberg, com datação segura em 1030, seria mais antiga. Entretanto, esta função já fazia parte do programa dos mosteiros beneditinos desde o início do século XI, sendo que a solução adotada em Cluny II deve ter exercido, segundo Braunfels: "una gran influencia en la consolidación del tipo". BRAUNFELS, op. cit., p. 86.

⁴¹ FARINA, Federico; FORNARI, Benedetto. *L'architettura cistercense e l'abbazia de Casamari*. [Casamari]: Edizioni Casamari, 1987, p. 41.

deveriam ser realizadas em comum e no oratório do mosteiro.⁴² A igreja de Cluny II tinha esta finalidade, identificada com o coro,⁴³ mas também deveria acolher os leigos. Para eles reserva-se na planta do edifício todo o espaço da galilé até o cruzeiro, onde está o altar da cruz destinado à celebração de suas missas.⁴⁴ Além disso, a liturgia cluniacense era realizada com procissões dentro do corpo da igreja e que se iniciavam na galilé.⁴⁵ Esta planta, denominada de “beneditina”,⁴⁶ apresenta-se com espaços que separam, a partir do cruzeiro, os monges dos leigos. Nesta disposição dos espaços internos percebemos uma semelhança com São Galo que também apresentava locais diferentes para a comunidade monástica e os leigos.

Em Cluny II, assim como em São Galo, o dormitório e o refeitório dos monges são amplos e poderiam abrigar todos os monges em um mesmo local, como também estabelecido pela Regra Beneditina.⁴⁷ Outras funções existentes no claustro de Cluny II são a biblioteca ou simplesmente o armário dos livros (18) e o *scriptorium* (17) que de forma diferente de São Galo não mais se localizam no corpo da igreja, mas no próprio claustro, em seu lado norte.⁴⁸ Em São Galo, ocupando um amplo espaço abaixo do dormitório, ficava a sala de aquecimento que em Cluny II está entre o dormitório e o refeitório, apresentando uma área bem menor (8). Outra mudança ocorrida no claustro de Cluny II, em relação a São Galo, está na localização abaixo do dormitório de dois novos itens do programa monástico: o locutório ou parlatório (3) e a sala de estar e de trabalho (4). A sala dos monges era destinada a ocupações diversas, especialmente às atividades que não poderiam, com o mau tempo, ser feitas em áreas abertas, como a cópia de livros; além disso, a sala dos monges também se destinava a ser local de leitura e estudo.⁴⁹

O parlatório⁵⁰ é o recinto próprio à distribuição, pelo prior, das diversas ocupações dos monges, bem como o local próprio às conversas.⁵¹ A *Regra de São Bento* determina que o

⁴² Para este aspecto: notas 41, 44 a 46 do capítulo 2.

⁴³ CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 109.

⁴⁴ KUBACH, Hans Erich. *Architectura romanica*. Madrid: Aguilar, 1974, p. 379.

⁴⁵ DEL NEGRO, Paulo S. B. *O mosteiro de São Bento de Sorocaba e a arquitetura beneditina do litoral brasileiro e do planalto paulista nos séculos XVII, XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História da Arte), IFCH-UNICAMP, Campinas, 2000, p. 30.

⁴⁶ ZARNECKI, op. cit., p. 66-67.

⁴⁷ Para este aspecto: notas 47 a 51 e 53 do capítulo 2.

⁴⁸ Para Braunfels a localização do *scriptorium* ao ar livre em uma área de circulação é “surpreendente”. BRAUNFELS, op. cit., p. 85.

⁴⁹ VITI, Goffredo. *Architettura cistercense*. Chignolo Pó – Itália: Centro Studi Internazionale i Cistercensi e la Via Francigena, 1994, p. 16.

⁵⁰ Em São Galo o parlatório identifica-se com o *mandatum*, onde os monges poderiam conversar com as visitas ou hóspedes e em Cluny é o recinto destinado aos monges conversarem entre si, prevalecendo ao *mandatum* a função de diálogo com os estranhos à vida monasterial.

⁵¹ ROBERTS, H. Ernest. *Notes on the medieval monasteries and minsters of England and Wales*. Londres: S.P.C.K., 1949, p. 12; VITI, op. cit., p. 15.

silêncio deveria prevalecer em diversos ambientes e atividades. Segundo a Regra os monges teriam que manter o silêncio: “que o monge negue o falar à sua língua, entregando-se ao silêncio”;⁵² “raramente seja concedida aos discípulos perfeitos licença de falar, por causa da gravidade do silêncio”.⁵³ Também se deveria falar pouco: “Não gostar de falar muito”.⁵⁴ E medir-se a fala: “Guardar sua boca da palavra má ou perversa”;⁵⁵ “Não falar palavras vãs ou que só sirvam para provocar riso”;⁵⁶ “quando falar, fazê-lo o monge suavemente e sem riso, humildemente e com gravidade, com poucas e razoáveis palavras e não em alta voz”.⁵⁷ As conversas, mesmo as que fossem edificantes, teriam que ser evitadas: “às vezes, se devem calar mesmo as boas conversas, por causa do silêncio”.⁵⁸ Devia-se falar apenas quando permitido: “nada diga, até que seja interrogado”.⁵⁹ Apenas ao mestre caberia o falar: “falar e ensinar compete ao mestre; ao discípulo convém calar e ouvir”.⁶⁰

A *Regra de São Bento* proíbe as conversas no dormitório e no refeitório. Após a última oração do dia, os monges deveriam manter o silêncio: “saindo das Completas, não haja mais licença para ninguém falar o que quer que seja”.⁶¹ Teria que prevalecer nas horas noturnas: “esforçar-se por guardar o silêncio, mas principalmente nas horas da noite”.⁶² Durante as refeições só falaria o leitor da Regra: “Faça-se o máximo silêncio, de modo que não se ouça nenhum cochicho ou voz, a não ser a do que está lendo”.⁶³ A Regra não especifica um local próprio ao falar. A sala capitular, devido às reuniões periódicas da comunidade, era o recinto onde o silêncio se quebrava.⁶⁴ Contudo, este aspecto estaria mais relacionado às assembleias monásticas do que às conversas. Além disso, no oratório o silêncio não se mantinha, devido ao canto litúrgico, mas também não estava relacionado ao falar. A criação do parlatório pode estar condicionada à necessidade de comunicação entre os monges, pois talvez seria neste ambiente que as conversas deveriam ocorrer, ficando para outros locais o diálogo de apenas o necessário. Entretanto, mesmo mantendo-se o silêncio, outros meios de comunicação se

⁵² Capítulo 7 (Da humildade) em: *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 47.

⁵³ Capítulo 6 (Do silêncio) em: *Ibidem*, p. 37.

⁵⁴ Capítulo 4 (Quais são os instrumentos das boas obras) em: *Ibidem*, p. 33.

⁵⁵ Capítulo 4 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁶ Capítulo 4 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁷ Capítulo 7 em: *Ibidem*, p. 47.

⁵⁸ Capítulo 6 em: *Ibidem*, p. 37.

⁵⁹ Capítulo 7 em: *Ibidem*, p. 47.

⁶⁰ Capítulo 6 em: *Ibidem*, p. 37.

⁶¹ Capítulo 42 (Que ninguém fale depois das Completas) em: *Ibidem*, p. 95.

⁶² Capítulo 42 em: *Ibidem*, p. 93.

⁶³ Capítulo 38 (Do leitor semanário) em: *Ibidem*, p. 87.

⁶⁴ DUBY, op. cit., p. 97.

estabeleceram, como o realizado por sinais.⁶⁵ E apesar do silêncio ser valorizado pela Regra, por vezes ele não se mantinha nos mosteiros.⁶⁶

No último quartel do século XI a planta do mosteiro de Cluny transforma-se e surge o que Conant denominou de Cluny III. Durante o abaciado de Hugo de Semur (1049/1109) iniciou-se, a partir de 1088, a reconstrução e a ampliação da igreja do conjunto monástico cluniacense que seria consagrada, ainda incompleta, pelo papa Inocêncio II em 1130 durante o período abacial de Pedro, o Venerável (1122/1156).⁶⁷ Enquanto se tem documentação para a datação do início e do término do edifício litúrgico, para as outras edificações de Cluny III as datas são imprecisas. Conant propõe que as ampliações ocorreram entre 1075 e 1085.⁶⁸ Braunfels, apesar de questionar a possibilidade de todas as ampliações terem sido realizadas apenas neste período e nenhuma delas durante o abaciado de Pedro o Venerável, concorda com Conant ao estabelecer a remodelação do conjunto entre 1076 e 1086: com a ampliação dos estábulos (1078), da hospedaria (1078), do refeitório (1080), da capela da Virgem Maria (1085) e da enfermaria (1086).⁶⁹

Gunzo, antigo abade de Baume que se retirou para Cluny no final de sua vida, já doente e possivelmente paralítico⁷⁰ e seu auxiliar Hezelo, são os prováveis autores da planificação da igreja de Cluny III.⁷¹ No entanto, na biografia de Hugo de Semur, escrita em 1120, atribui-se a São Pedro, a São Paulo e a Santo Estevão a verdadeira autoria do projeto. O texto relata que os santos revelaram a Gunzo, através de um sonho, a forma e a dimensão do novo edifício, assim como o desenharam utilizando-se de cordas.⁷² A partir do relato do sonho de Gunzo, Conant estabelece para Cluny III um sistema numérico de desenho possível de ser realizado através de circunferências⁷³ que podem ser determinadas com cordas. Ainda que seu

⁶⁵ “elabora-se em Cluny uma complexa linguagem gestual”; “série de movimentos feitos com a(s) mão(s) ou com o(s) dedo(s) da(s) mão(s) para designar determinados sujeitos/objetos concretos e/ou abstratos, vindo a constituir uma forma de comunicação gestual”. DUBY, Georges. *Anacoretas*. In: _____. *História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 509; MACEDO, José Rivair. *Disciplina do silêncio e comunicação gestual: os signa loquendi de Alcobaça*. *Signum*, n. 5, 2003, p. 135.

⁶⁶ BAUER, Nancy, OSB. *Monasticism after dark: from dormitory to cell*. *American Benedictine Review*, v. 38, n. 1, Mar. 1987, p. 105; MACEDO, op. cit., p. 151.

⁶⁷ O nártex, a fachada e o portal da nova igreja só foram concluídos na segunda metade do século XII. IOGNA-PRAT, op. cit., p. 112.

⁶⁸ CONANT, Kenneth John. *Cluny studies: 1968-1975*. *Speculum*, v. L, n. 3, Jul. 1975, p. 385.

⁶⁹ BRAUNFELS, op. cit., p. 113-114.

⁷⁰ CARTY, Carolyn M. *The role of Gunzo's dream in the building of Cluny III*. *Gesta*, v. XXVII, n. 1/2, 1988, p. 113.

⁷¹ CONANT, op. cit., loc. cit.

⁷² “Gunzo vio cómo el propio Pedro tendió un delgado cordel y midió la longitud y la anchura (de la basílica). Le mostró también la forma de construcción y le aconsejó que grabara en su mente el recuerdo de las medidas y formas”. Excerto da biografia de Hugo de Semur em: BRAUNFELS, op. cit., p. 315.

⁷³ “His dimensions were clearly systematic, and we were able to identify the points and surfaces used (not always those which a modern architect would have chosen) as basic in the layout”. Conant também propõe que o processo de determinação das distâncias, relacionado a quadrados, foi baseado em Vitruvius. CONANT, Kenneth

ponto de partida, baseado em um sonho, possa ser considerado anacrônico e desproposital⁷⁴ é possível que o sistema construtivo de Cluny III estivesse fundamentado em relações numéricas e geométricas bastante precisas.⁷⁵ Podemos também observar que a descrição do plano da nova igreja foi transmitido a Gunzo, segundo o texto biográfico, por alguns dos mais representativos santos católicos, Pedro e Paulo, considerados os fundadores da Igreja e Estevão, o primeiro mártir. Nesse relato estabelece-se uma autoria divina para o projeto, valorizando-se a nova edificação. Com Hugo de Semur iniciou-se a reconstrução do mosteiro, especialmente com a ampliação dos edifícios existentes que se fez necessária para abrigar adequadamente o crescente número de monges, cerca de trezentos em seu abaciado,⁷⁶ assim como dar melhor acolhida aos peregrinos que utilizavam o espaço interno da igreja.⁷⁷ A monumentalidade do edifício litúrgico e do conjunto monástico, assim como a extrema valorização que os cluniacenses davam à liturgia nesse período, teve seu modelo questionado por novos movimentos eremíticos e monásticos.⁷⁸ Talvez por isso justifique-se o acréscimo da área construída do monastério, sustentada em um sonho de um antigo abade debilitado que teria a revelação de parte de seu desenho sido transmitido por importantes santos da Igreja.

Esse ponto de vista pode ser mais bem situado se tivermos em conta que a biografia de Hugo de Semur foi escrita em 1120, durante o período abacial de Pons de Melgueil (1109/1122), dez anos antes da consagração da nova igreja. Em seu abaciado Cluny passou por uma grave crise interna que pouco se conhece.⁷⁹ Enquanto Braunfels considera este período um retrocesso,⁸⁰ para Iogna-Prat após esta fase iniciar-se-iam mudanças.⁸¹ Destacando-se a figura do abade Pedro, o Venerável, o segundo sucessor de Pons de Melgueil.⁸² É interessante observarmos que neste intervalo foi criada em 1118 a capela do abade, localizada entre a antiga igreja de Cluny II e a nova, assim como foi demolida parte da igreja velha, em 1120. Ampliou-se também a área do claustro dos monges, ainda que com uma forma irregular e permitiu-se a determinação de novas funções e usos para a parte

John. Cluny studies: 1968-1975. *Speculum*, v. L, n. 3, Jul. 1975, p. 386; Ibidem. The after-life of Vitruvius in the Middle Ages. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. XXVII, n. 1, Mar. 1968, p. 33-38.

⁷⁴ CARTY, op. cit., p. 113.

⁷⁵ BRAUNFELS, op. cit., p. 116.

⁷⁶ COSTA, Ricardo da. Cluny, Jerusalém celeste encarnada (séculos X-XII). Trabalho apresentado no V Encontro Internacional de Estudos medievais, 2003, Salvador. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com>>. Acesso em: 17 out. 2003.

⁷⁷ FOCILLON, op. cit., p. 80.

⁷⁸ IOGNA-PRAT, op. cit., p. 104.

⁷⁹ Ibidem, loc. cit.

⁸⁰ BRAUNFELS, op. cit., p. 75

⁸¹ IOGNA-PRAT, op. cit., p. 104.

⁸² Pons de Melgueil foi expulso de Cluny e morreu excomungado em Roma. Entre o seu abaciado e o de Pedro, o Venerável, Cluny ainda foi conduzida por Hugo II que ficou poucos meses no cargo de abade. BRAUNFELS, op. cit., p. 75.

remanescente e não demolida de Cluny II. Entre essas mudanças podemos ver uma nova construção, localizada à frente da antiga igreja e destinada ao abade.

Podemos ainda ver outros aspectos de Cluny III e para que possamos melhor observá-los listamos abaixo as funções presentes na planta reconstituída por Conant (ilustrações 16 e 17).⁸³

- 1 – igreja de Cluny III;
- 1a – nártex;
- 1b – sacristia;
- 1c – passagem;
- 1d – antiga igreja de Cluny II;
- 2 – sala do capítulo;
- 3 – locutório ou parlatório dos monges;
- 4 – sala de estar e de trabalho dos monges;
- 5 – dormitório dos monges (andar superior);
- 6 – banheiros;
- 7 – sala de banho;
- 8 – sala de aquecimento (*calefactorium*);
- 9 – refeitório dos monges;
- 10 – dispensa para utensílios da cozinha;
- 11 – lavatório;
- 12 – cozinha dos monges;
- 13 – cozinha dos irmãos leigos;
- 14 – celeiro;
- 15 – *mandatum* ou sala de cuidado dos pobres ou dispensa (uso incerto);
- 16 – sala do porteiro;
- 17 – palácio do abade;
- 18 – átrio;
- 19 – antiga galilé;
- 20 – pátio;
- 21 – capela do abade;
- 22 – claustro;
- 23 – capela do cemitério;

⁸³ CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 112.

- 24 – cemitério;
- 25 – capela da Virgem Maria;
- 26 – enfermaria velha;
- 27 – priorato;
- 28 – grande sala da enfermaria;
- 29 – claustro da enfermaria;
- 30 – celeiro (uso incerto);
- 31 – claustro secundário;
- 32 – claustro dos noviços;
- 33 – noviciado;
- 34 – padaria;
- 35 – porta sul;
- 36 – torre;
- 37 – banheiro;
- 38 – cavaleriças;
- 39 – dormitório e refeitório dos irmãos leigos (andar superior);
- 40 – pátio de serviço;
- 41 – capela das visitas;
- 42 – hospedaria (andar superior);
- 43 – porta de São Hugo;
- 44 – pátio de entrada;
- 45 – pátio exterior;
- 46 – pátio de acesso;
- 47 – porta principal;
- 48 – hospedaria para cavalheiros (nobres);
- 49 – hospedaria para damas (nobres);
- 50 – sala dos hóspedes nobres (andar superior);

O primeiro aspecto que podemos observar é o expressivo aumento da área edificada em todo o mosteiro. As ampliações mais evidentes são as da igreja (1), da capela da Virgem Maria (25), da enfermaria (26 e 28), do refeitório (9) e de todo o setor de hóspedes, especificamente dos peregrinos e dos pobres (42). A criação de novos claustros, pátios e edifícios, demonstram uma maior complexidade de funções e usos que ocasionam circulações internas as mais variadas. A planificação de Cluny III é bastante próxima à de Cluny II: o claustro (22) está no centro do conjunto e tem ao norte a igreja abacial; a leste, a sala capitular

(2), o parlatório (3), a sala dos monges (4) e no andar superior o dormitório monástico (5); ao sul estão a sala de aquecimento (8) e o refeitório (9); a oeste, o celeiro (14) e, a sudoeste, as cozinhas dos monges (12) e dos irmãos leigos (13). A enfermaria (26 e 28) está atrás da igreja, ao sul e em posição oblíqua. O noviciado (33) também está ao sul e fica fora do claustro. A portaria (43) está no lado oeste e junto a ela, para o sul, estão localizadas as edificações destinadas aos pobres e aos peregrinos (42). No entanto, há diferenças de Cluny III em relação a Cluny II: a ausência de edificações destinadas aos artesãos, a aproximação das dependências dos conversos do claustro, a proximidade das edificações destinadas aos hóspedes pobres e aos peregrinos em relação à igreja, a mudança de posição da hospedaria dos nobres para o espaço entre a igreja e o claustro, a grande área ocupada pelo edifício litúrgico e as alterações em sua planta e a volta da presença no monastério de recintos exclusivos para o abade, implantados junto ao claustro e ao lado dos alojamentos dos nobres.

Em relação às edificações ampliadas em Cluny III, especialmente a enfermaria, o refeitório dos monges e o seu dormitório, pensamos que estão relacionadas às novas necessidades do programa decorrentes do expressivo crescimento do número de monges.⁸⁴ A ausência de recintos destinados aos artesãos, existentes em Cluny II, relaciona-se ao fato que as aldeias vizinhas forneciam tudo o que se fizesse necessário ao sustento material da comunidade do mosteiro.⁸⁵ Também comparando com Cluny II, as dependências dos conversos se avizinharam ligeiramente do celeiro e das cozinhas, aproximando os irmãos leigos de suas atividades relativas ao preparo das refeições.⁸⁶ Os hóspedes, especialmente os peregrinos, participavam ativamente da liturgia⁸⁷ e suas edificações ficaram mais próximas da igreja.

A igreja de Cluny III está implantada ao norte do claustro no eixo leste-oeste. Em seu lado ocidental está o nártex de acesso ao seu interior. Tem planta basilical com uma nave central e quatro naves colaterais. Apresenta um duplo transepto, cada um deles com quatro absidiolas na parte oriental. Atrás do altar principal há um deambulatório com cinco capelas radiais. Todo o seu espaço antes do primeiro transepto é destinado aos leigos participantes da missa que podiam circular por todo o seu interior, peregrinando entre as diversas capelas,⁸⁸ quando não houvesse o Ofício Divino, próprio dos monges. A igreja adquiriu feições monumentais, devido não apenas ao seu tamanho que a tornou o maior templo cristão do

⁸⁴ "uma centena, no máximo, no tempo de Odilon, 300 a 400 no de Pedro, o Venerável". IOGNA-PRAT, op. cit., p. 110.

⁸⁵ COSTA, op. cit., p. 8.

⁸⁶ HUNT, op. cit., p. 90.

⁸⁷ FOCILION, op. cit. p. 80.

⁸⁸ DUBY, Georges. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 32-33.

período, mas também por sua proporção em relação ao restante do mosteiro. Sua presença em Cluny III faz-se notável dentro do conjunto, destacando-se em relação às outras edificações. Sua desproporção em relação aos outros edifícios não se observa no Plano de São Galo e nem em Cluny II, ainda que nestes casos suas igrejas apresentem dimensões expressivas. Talvez se estivesse enfatizando a importância da liturgia na vida quotidiana dos monges, pois não bastaria apenas que eles participassem da rotina diária de oração, mas que sempre percebessem a presença dessa rotina e dessa necessidade através do destaque dado à igreja. Sabemos que a liturgia em Cluny era extremamente valorizada em detrimento de outras atividades monásticas, como o trabalho ou a leitura.⁸⁹ Seu espaço interno ainda era utilizado como oratório monástico, contudo, suas amplas naves devem-se especialmente à participação do crescente número de leigos, particularmente os peregrinos, na liturgia.

A igreja de Cluny II foi parcialmente demolida e quase todo o seu antigo espaço foi transformado em área de circulação. Permaneceria, contudo, sendo a antiga igreja e próximas a ela estão a capela do abade (21), a nova igreja (1), a capela do cemitério (23) e a capela da Virgem Maria (25). Quase que um centro de atenção no mosteiro pode ser percebido, um pequeno núcleo religioso, se assim podemos dizer. A valorização dada às atividades religiosas pode também ser observada na capela da Virgem Maria que apresenta uma área quase semelhante à da igreja de Cluny II.

A hospedaria dos nobres (48 a 50) localiza-se junto à igreja em seu lado sul. Ainda que a construção seja a mesma que a de Cluny II, seu posicionamento mais distante da entrada e entre a nave da igreja e a dependência do abade pode representar uma maior valorização da presença dos nobres no mosteiro. Seus alojamentos estão praticamente dentro do conjunto e com acesso facilitado à nave da igreja e ao recinto do abade.

Uma mudança expressiva em Cluny III, em relação a Cluny II, está relacionada ao reaparecimento de áreas exclusivas para o superior do mosteiro: o palácio do abade⁹⁰ (17) e sua capela (21). Em São Galo o abade tinha a sua própria casa, localizada à esquerda da entrada principal, junto à igreja e próxima dos alojamentos dos hóspedes distintos. Sua edificação estava no lado norte da igreja, em posição oposta ao claustro que estava no lado sul. Em Cluny III, as dependências do abade estão no lado sul da igreja e junto à entrada do claustro. Podemos levantar a hipótese de que, na localização de seus recintos próximos ao claustro, haveria uma intenção de aproximar o superior do mosteiro de sua comunidade ou até

⁸⁹ "Los cluniacenses, que en aras del *opus dei*, la fiesta litúrgica, sacrificaron todas las demás tareas del monacato, la *lectio divina* tanto como el *opus manuum*". BRAUNFELS, op. cit., p. 116.

⁹⁰ "Abbots' Palace". CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 112.

mesmo de legitimar sua importância perante ela. O abade, ao ocupar o térreo e o andar superior da edificação situada diante da clausura, fica perto do centro do monastério e de seus principais edifícios, da mesma forma que ao lado das edificações destinadas aos hóspedes distintos. Além disso, o seu palácio está situado entre o pátio de entrada (44) de uso mais específico dos peregrinos, dos pobres e dos irmãos leigos e a sala do porteiro da clausura (16). Poderia nesta implantação haver um aparente equilíbrio entre suas funções relacionadas ao mundo secular e aquelas relacionadas à sua comunidade. O abade não está mais, como em Cluny II, dentro de sua própria comunidade, mas também não está como em São Galo, fora dela. O abade teria assim uma função de intermediário entre mundos distintos. Nesta solução de implantação podemos nos lembrar da Regra Beneditina, na qual ao abade é confiada não apenas a condução de toda a comunidade monástica mas também sua relação com os estranhos. Estaria ele, desta forma, não apenas realizando uma função de intermediação, mas talvez a tendo também legitimada pela localização de suas dependências próximas aos locais sagrados. Haveria valorização de seu cargo devido à própria localização de suas dependências.

Após grande parte do conjunto monástico de Cluny III ter sido concluída, iniciar-se-ia a consolidação de uma nova ordem religiosa – Cister – também referenciada pela *Regra de São Bento* e cujas plantas dos seus monastérios apresentariam um diferenciado modelo.

Capítulo 4

As plantas dos mosteiros cistercienses na primeira metade do século XII

No final do século XI e no início do XII surgiram diversos estabelecimentos monásticos – eremíticos e cenobíticos – que pretendiam, na regulamentação de suas estruturas internas, dar ênfase a alguns aspectos da *Regra de São Bento* que eram considerados como sendo característicos dos primitivos mosteiros, como a pobreza, a solidão e o trabalho manual.¹ Simultaneamente às novas fundações houve uma crise no monaquismo, relacionada às críticas ao modelo cluniacense, então predominante e que era questionado, principalmente, em sua não observância da disciplina monástica, em sua riqueza e em sua valorização da liturgia.² Nesse período ocorreu a Reforma Gregoriana, apoiada também pelo abade Hugo de Semur da abadia de Cluny que pretendia afastar a Igreja dos assuntos considerados mais próprios do mundo secular e não permitir, por outro lado, a intromissão leiga nos mosteiros.³

Dos novos mosteiros eremíticos, também conhecidos como de vida contemplativa, podemos destacar por sua diferenciada solução de planta, La Chartreuse, fundado em 1084 por um antigo mestre da escola catedralística de Reims, São Bruno de Colônia (c.1033/1101).⁴ Mesmo que utilizando a *Regra de São Bento* como texto inicial norteador de seu modo de vida, a nova ordem religiosa enfatizou aspectos menos comunitários com a redação de sua própria regra, concluída em 1127 por Guigo I, seu quarto abade. As plantas dos mosteiros cartuxos apresentam um arranjo interno com ambientes destinados tanto a um modo de vida solitário como a um comunitário: apenas doze monges deveriam viver em

*¹ HERRERA, P. Lorenzo, OCSO. *Historia de la Orden de Cister*. Las Huelgas: Monasterio Cisterciense de Sta. Maria La Real de Las Huelgas, 1985, p. VIII; MERTON, Thomas. *A vida silenciosa*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 121.

² BIHLMEYER, Karl; TUECHLE, Hermann. *História da Igreja: volume segundo – Idade Média (692-1517)*. São Paulo: Paulinas, 1964, p. 230; IOGNA-PRAT, Dominique. Cluny: cidadela celeste. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel (Coord.). *História artística da Europa: a Idade Média – tomo II*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 103-104; ROMANINI, Angiola Maria. O projeto cisterciense. In: DUBY, LACLOTTE, op. cit., p. 134.

*³ FRÖHLICH, Roland. *Curso básico de história da igreja*. São Paulo: Paulus, 1987, p. 83-84; SANTOS, Pe. Luís Alberto Ruas, O.Cist. *Os Cistercienses: uma espiritualidade abrangente e criativa*. Itatinga: Abadia de Nossa Senhora da Assunção de Hardehausen-Itatinga, 1998, p. 10.

⁴ Os principais antecedentes aos mosteiros eremíticos surgidos nesse período são algumas fundações estabelecidas na Itália, onde este tipo de monaquismo foi particularmente expressivo: Grottaferrata, edificada a partir de 1004 por São Nilo; Camaldoli, estabelecida em 1023 por São Romualdo; Vallombrosa, criada em 1039 por São João Gualberto. Entretanto, suas características iniciais estariam muito mais relacionadas a grupos de eremitãos que viviam em um mesmo local do que a algum tipo de mosteiro. ZARNECKI, George. El mundo monástico. In: EVANS, Joan (Dir.). *La baja edad media: el florecimiento de la Europa medieval*. Barcelona: Labor, 1968, p. 74; BRAUNFELS, Wolfgang. *Arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral, 1975, p. 163.

pequenas habitações individuais – destinadas a acomodar praticamente todas as suas atividades diárias – agrupadas em torno de um grande claustro; a reunião monacal deveria ocorrer apenas três vezes ao dia na igreja e somente em datas festivas no refeitório.⁵

Para exemplificarmos a diversificação das novas ordens religiosas de características comunitárias, podemos citar:⁶ a Ordem de Fontevrault, criada em 1100 por Roberto de Arbrissel que se estabeleceu a partir da *Regra de São Bento* e mantinha mosteiros duplos, tanto femininos como masculinos;⁷ as ordens militares, como a Ordem Hospitalar de São João de Jerusalém, estabelecida em 1100 e mais conhecida como Hospitalários, assim como a Ordem dos Cavaleiros do Templo ou simplesmente Templários, instituída em 1118;⁸ a Ordem Premostratense, fundada em 1121 por São Norberto (1082/1134) em Prémontré que seguia a denominada *Regra de Santo Agostinho*,⁹ tendo seus integrantes uma função antes canônica do que monástica.¹⁰

Desse período também é a Ordem de Cister, fundada em 1098 em Cîteaux (Cistercium) por São Roberto (1028-29/1111)¹¹ e orientada, em sua organização interna e em seu modo de vida, também pela *Regra de São Bento*.¹² Após um início modesto, a nova ordem apresentar-se-ia bastante influente no século XII quando ocorreria sua acelerada

⁵ BRAUNFELS, op. cit., p. 163-177; MERTON, op. cit., p. 121-154.

⁶ Uma relação dos novos estabelecimentos surgidos nesse período pode ser visto em: BIHLMEYER, TUECHLE, op. cit., p. 233; HERRERA, op. cit., p. IX-XI; ZARNECKI, op. cit., p. 73-77.

⁷ Os mosteiros duplos têm suas origens no monaquismo primitivo do Egito e foram introduzidos na Europa Ocidental no século VI. Diversas fundações deste tipo existiram nesse período e apesar de criticadas eram toleradas pela Igreja. ZARNECKI, op. cit., p. 73-74.

⁸ As duas ordens adotaram regras modificadas, de Santo Agostinho pelos Hospitalários e de São Bento pelos Templários. Instituídas para dar proteção aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém reconquistada dos muçulmanos, as ordens militares também se estabeleceram em toda a Europa, tendo alcançado grande prestígio em sua época. Sobre as ordens militares podemos ver: ZARNECKI, op. cit., p. 75-77. Especificamente sobre os templários: LAMY, Michel. *Os Templários: esses grandes senhores de mantos brancos*. Lisboa: Editorial Notícias, [1996]; READ, Piers Paul. *Os Templários: a história dramática dos cavaleiros templários, a mais poderosa ordem militar dos cruzados*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

⁹ Sobre a *Regra de Santo Agostinho*: nota 16 do capítulo 1.

¹⁰ Após uma determinação do sínodo de Aachen em 816, a então denominada *Regra de Santo Agostinho* começou a ser utilizada pelos padres que pertenciam a um cabido e estavam relacionados a uma catedral ou colegiado. Esses religiosos passaram a ser conhecidos por Agostinos ou Agostinianos. A recomendação do papa Nicolau II, em 1059, para que as comunidades dedicadas às atividades canônicas ou pastorais seguissem o exemplo dos Agostinos, incentivou a fundação de diversas ordens religiosas seguidoras das regras agostinianas, entre elas a Premostratense que apresentava um modo de vida muito mais austero do que o adotado pelo clero secular. BRAUNFELS, op. cit., p. 32; ZARNECKI, op. cit., p. 73.

¹¹ Kinder assinala que não há evidências que demonstrem que São Roberto pretendia estabelecer uma nova ordem religiosa. KINDER, Terryl N. *Architecture of silence: Cistercian abbeys of France*. Nova York: Harry N Abrams, 2000, p. 14.

¹² “E eis agora nossa vontade: nós queremos que se observe em tudo a Regra do bem-aventurado Bento tal qual ela é observada no Novo Mosteiro, que não se introduza nenhum sentido diferente na interpretação da Santa Regra”. Excerto do estatuto 3a do capítulo II (A Regra será compreendida e observada por todos de uma única maneira) da *Carta de Caridade* em: *Os Cistercienses: documentos primitivos, texto latino e tradução brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Musa/Lumen Christi, 1997, p. 77.

expansão com a fundação de diversos mosteiros.¹³ As origens da Ordem Cisterciense estão relacionadas ao mosteiro de Molesme, fundado em 1075 por um pequeno grupo de monges beneditinos, entre eles São Roberto. Descontente com os rumos tomados em Molesme, principalmente sua dependência dos poderes seculares locais e a indisciplina dos seus monges, São Roberto solicitou e recebeu a autorização de Hugo de Romans, arcebispo de Lyon, para a criação de um novo monastério que seria estabelecido na localidade borgonhesa de Cister. Ficou apenas um ano à frente da nova fundação, devido à interferência papal para que retornasse a Molesme que se apresentava em franco declínio.

O então prior de Cister, Santo Alberico (1040-50/1108), sucedeu São Roberto no cargo de abade. Pleiteou e recebeu em 1100, do papa Pascoal II, o Privilégio Romano, uma forma de proteção diretamente relacionada ao pontífice romano.¹⁴ Assegurar-se-ia desse modo, ao “Novo Mosteiro”,¹⁵ a possibilidade de poder determinar seu próprio destino e com isso seguir a Regra de São Bento conforme os seus ideais de pobreza, silêncio e solidão que, segundo acreditava-se, só seriam possíveis de se alcançar sem interferências externas à comunidade.¹⁶

Em 1108, iniciou-se o período abacial de Santo Estevão Harding (1059/1134), no qual a Ordem Cisterciense consolidaria sua estrutura interna¹⁷ e iniciaria uma primeira fase de expansão. Durante seu abaciado foi realizada, possivelmente em 1114, a primeira versão¹⁸ da Carta de Caridade,¹⁹ uma codificação das primeiras disposições legislativas cistercienses. Provavelmente redigido pelo próprio Santo Estevão Harding²⁰ é considerado como o principal

¹³ BRAUNFELS, op. cit., p. 121; FARINA, Federico, FORNARI, Benedetto. *L'architettura cistercense e l'abbazia de Casamari*. [Casamari]: Edizioni Casamari, 1987, p. 7-8; SANTOS, op. cit., p. 12.

¹⁴ O texto referente ao Privilégio Romano do mosteiro de Cister pode ser visto em: *Os Cistercienses*, op. cit., p. 55-59.

¹⁵ Novo Mosteiro é a denominação dada ao mosteiro de Cister nos primeiros documentos cistercienses.

¹⁶ “Precavendo-se para o futuro, depois de tomar conselho com os irmãos, enviou dois monges, João e Iboldo, a Roma, para pedir ao senhor Papa Pascal, em seu nome, que colocasse sua Igreja sob proteção apostólica: desta forma ela permaneceria sempre em paz e garantida, ao abrigo das pressões que viessem de quaisquer pessoas, tanto eclesiásticas quanto seculares”. Excerto do capítulo X (Privilégio Romano) do *Pequeno Exórdio em: Os Cistercienses*, op. cit., p. 49.

¹⁷ SANTOS, op. cit., p. 12.

¹⁸ A existência de mais do que um documento atesta mudanças progressivas no texto inicial da *Carta de Caridade*, impossibilitando uma maior precisão quanto à data de sua elaboração. No ano de 1114 já existia uma primeira versão denominada *Carta de Caridade e de Unanimidade* ou *Carta Primeira*, texto atualmente desaparecido. De 1119, quando da aprovação do direito cisterciense pelo papa Calixto II, até 1152, a *Carta de Caridade Anterior* é o provável documento constituinte da Ordem de Cister, apesar das alterações existentes no *Resumo da Carta de Caridade*, documento anterior a 1130. Entre 1152 e 1165 elaborou-se a denominada *Carta de Caridade Posterior* que após sua redação final, realizada em 1175, permaneceria praticamente inalterada até nossos dias. HERRERA, op. cit., p. 244-272; Place em: *Os Cistercienses*, op. cit., p. 11-15, 71.

¹⁹ “Estimavam igualmente que este decreto deveria levar o nome de Carta de caridade, porque suas disposições, rejeitando o fardo de qualquer exigência material, procuram exclusivamente a caridade e a utilidade das almas nas coisas divinas e humanas”. Excerto do prólogo da *Carta de Caridade em: Os Cistercienses*, op. cit., p. 73.

²⁰ BRAUNFELS, op. cit., p. 120; HERRERA, op. cit., p. 243.

documento constituinte da Ordem,²¹ regulando a administração interna dos mosteiros assim como a relação entre eles. Também se entende como seus documentos constituintes: os textos narrativos que descrevem os começos da Ordem, como o *Pequeno Exórdio*, com uma redação inacabada datada de 1119; o *Exórdio de Cister*, possivelmente redigido em 1134;²² o conjunto das decisões comuns da Ordem, *Capítulos*, redigido próximo a 1130.²³

Entre 1109 e 1112, ainda durante o abaciado de Santo Estevão, Cister atravessou graves crises, tanto econômicas como vocacionais que quase ocasionaram sua ruína. Em 1113 ocorreu a admissão, no mosteiro de Cister, de Bernardo de Fontaines (1090/1153), de origem nobre, junto com trinta companheiros seus, entre eles, quatro de seus irmãos e um tio. Este grupo revigoraria a comunidade monástica e mudaria completamente o destino cisterciense,²⁴ sendo que este futuro abade de Clairvaux, conhecido como São Bernardo de Claraval,²⁵ é um dos principais responsáveis, senão o maior, pelo posterior sucesso alcançado pela nova corrente beneditina,²⁶ bem como pela fundação de diversos mosteiros.²⁷

Após a entrada de São Bernardo, iniciou-se uma primeira fase de expansão cisterciense com o estabelecimento, também na Borgonha, de quatro mosteiros: La Ferté (1113), Pontigny (1114), Clairvaux (1115) e Morimond (1115). Nestas fundações as primeiras edificações, inicialmente construídas com madeira e posteriormente com pedra, eram pequenas, apresentando as igrejas uma só nave. Ainda que por isso possam ser consideradas pouco expressivas em sua arquitetura,²⁸ o aspecto simples e pouco rico das construções deve

²¹ BRAUNFELS, op. cit., loc. cit.; FARINA, FORNARI, op. cit., p. 5; HERRERA, op. cit., p. 239; Place em: *Os Cistercienses*, op. cit., p. 71; ZARNECKI, op. cit., p. 69.

²² A redação do *Pequeno Exórdio* foi atualizada entre 1151 e 1152 e novamente em 1175. Place em: *Ibidem*, p. 14-15. Herrera faz um apanhado das teorias relativas à datação e à autoria do *Pequeno Exórdio* e do *Exórdio de Cister*: HERRERA, op. cit., p. 17-49.

²³ O texto *Capítulos* seria constantemente complementado por outros: *Decisões do Capítulo Geral de Cister*, reunião das deliberações dos Capítulos Gerais da Ordem; *Normas Litúrgicas e Observância*, destinada aos monges do coro; *Usos dos Irmãos Conversos*, regulamentação dos costumes dos conversos; *Costumes* ou *Livro dos Costumes* que reúne os três textos anteriores mais a *Carta de Caridade Posterior*. Todos os documentos, à exceção dos textos *Capítulos* e *Usos dos Irmãos Conversos*, tiveram atualizações entre 1151 e 1152. Foram novamente atualizados, menos os *Capítulos*, em 1175, quando foi elaborado o documento *Costumes* ou *Livro dos Costumes*. Place em: *Os Cistercienses*, op. cit., p. 11-15.

²⁴ BRAUNFELS, op. cit., p. 121; HERRERA, op. cit., p. 142; SANTOS, op. cit., p. 14-15.

²⁵ Sua canonização ocorreu em 1174 a pedido dos abades cistercienses reunidos no concílio de Tours. LODI, Enzo. *Os santos do calendário romano: rezar com os santos na liturgia*. São Paulo: Paulus, 2001, p. 329.

²⁶ BIHLMEYER, TUECHLE, op. cit., p. 235; DUBY, Georges. *São Bernardo e a arte cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 5; ZARNECKI, op. cit., p. 70.

²⁷ Em apenas vinte anos fundaram-se 72 mosteiros a partir de determinações de São Bernardo, sendo que em 1153, ano de sua morte, a Ordem Cisterciense contava com 393 mosteiros masculinos. Até o final da Idade Média os cistercienses teriam 742 mosteiros masculinos. Para uma lista por filiação, países e períodos: BRAUNFELS, op. cit., p. 121-122; VITI, Goffredo. *Architettura cistercense*. Chignolo Pó-Itália: Centro Studi Internazionale i Cistercensi e la Via Francigena, 1994, p. 30.

²⁸ AYERZA ELIZARAIN, Ramón. Aportaciones para la determinación de la estética cisterciense. *CISTERCIVM*, n. 207, v. XLVIII, oct.-dic. 1996, p. 709.

ser mais bem compreendido se observado como representativo de uma escolha que faria sentido se comparada à opulência da abadia de Cluny.²⁹

A primitiva igreja do mosteiro de Cister (Cister I) foi inicialmente estabelecida em uma pequena elevação situada em um vale. Posteriormente foi transferida para sua definitiva localização, mais ao sul e próxima a um curso d'água, consagrando-se em 1106 a Nossa Senhora a nova igreja (Cister II), de planta retangular e também com uma só nave. A partir de 1113, com a entrada de postulantes, o conjunto monástico recebeu novas edificações apresentando um claustro de forma irregular. Entre 1130 e 1150 ampliou-se todo o mosteiro, com a construção de uma nova igreja de planta cruciforme (Cister III) e das demais edificações destinadas ao cotidiano monástico.³⁰ Cister III, em relação a Cister II, apresentou uma diferenciada disposição de planta com novos edifícios que atendiam aos requisitos do programa arquitetônico cisterciense – o refeitório e o dormitório dos conversos – , novas soluções de implantação – a disposição perpendicular de alguns edifícios em relação ao claustro – e de circulação – como o corredor dos conversos.

O partido da planta do mosteiro de Cister III teve sua origem em Claraval, fundado em 1115 por São Bernardo. Em sua primitiva fundação (Claraval I) existiria apenas uma igreja retangular e a seu lado uma edificação de dois andares, situando-se no andar térreo a cozinha e o refeitório e, no piso superior, o dormitório. Embaixo da escada de acesso ao segundo piso estariam duas pequenas celas, uma destinada aos hóspedes e outra ao abade. Provavelmente havia outras edificações secundárias, não conectadas à igreja e ao edifício anexo. Braunfels entende que esta configuração de planta não caracteriza este mosteiro como de planta beneditina, relacionada ao claustro.³¹ Romanini apresenta outra disposição de planta, com as edificações conectadas entre si de modo a formar um único bloco, situando-se ao sul a igreja e ao norte os outros recintos: *armarium*, celeiro, claustro, cozinha, dormitório, enfermaria, hospedaria e refeitório. A oeste existiria um jardim precedendo a igreja que seria formada por dois quadrados concêntricos, sendo que no externo estaria um tipo de corredor ou deambulatório.³²

Em 1133 iniciou-se a construção de um novo conjunto (Claraval II) distante cerca de trezentos metros da fundação inicial. Doze anos depois a nova igreja já estava concluída e também, possivelmente, os edifícios relacionados ao claustro. O antigo mosteiro foi

²⁹ ROMANINI, op. cit., p. 130.

³⁰ PLOUVIER, Martine. L'abbaye médiévale: histoire et analyse critique. In: _____; SAINT-DENIS, Alain (Dir.). *Pour une histoire monumentale de l'abbaye de Cîteaux: 1098-1998*. Vitreux/Dijon: Revue Cîteaux, commentarii cistercienses/ Association Bourguignonne des Sociétés Savantes, 1998, p. 129-132..

³¹ BRAUNFELS, op. cit., p. 139-140.

³² ROMANINI, op. cit., p. 138.

destinado aos conversos que teriam um edifício próprio até 1153. O novo plano de Claraval foi elaborado pelo prior do mosteiro Godefroid de La Rochelle e pelo mestre de noviços Achard no ano de 1133, quando São Bernardo, então o abade, estava em Roma. Provavelmente foram auxiliados pelo técnico em construções monásticas Geoffroy D'Alaine, freqüentemente enviado por São Bernardo como conselheiro das novas fundações filiais de Claraval.³³ O autor do texto *Vida de São Bernardo*, escrito possivelmente logo após sua morte, atribui a necessidade de ampliação do conjunto ao aumento do número de novos postulantes à vida monasterial: "Y como que el número de recién llegados aumenta a diario, ya no podían ser acogidos dentro de los edificios monasteriales, mientras el oratorio apenas podía dar cabida a los monjes".³⁴ Na seqüência do texto podemos ver a relutância de São Bernardo às novas construções: "Mirad cómo las casas de piedra ya han sido completadas con gran esfuerzo y gasto y cómo las conducciones de agua han sido instaladas con gasto en todos los talleres".³⁵ No final prevaleceu a opinião relativa à necessidade de um novo conjunto de edifícios, cujos planos foram finalmente aprovados por São Bernardo.³⁶ A planta de Claraval II é considerada o protótipo³⁷ do modelo denominado de "Planta Bernardina".³⁸

Também contendo as disposições de planta dita bernardina, a planta remodelada do mosteiro de Fontenay,³⁹ a segunda filial de Claraval, pode ser anterior à planta de Claraval II.⁴⁰ Fontenay foi estabelecido em 1118 por Godefroid conforme determinação de São Bernardo e também foi transferido de local, doze anos após a sua fundação, para cerca de um quilômetro rio abaixo. Braunfels afirma que a total uniformidade das instalações de Fontenay prova que seu novo plano construtivo já estava concluído quando seu abade transferiu-se para Claraval em 1130, sendo que esta planificação poderia ter sido realizada anteriormente ou simultaneamente à do mosteiro de São Bernardo, remodelado a partir de 1133.⁴¹ Apesar da planificação de Fontenay poder ter sido realizada antes da de Claraval II, a construção efetiva do seu novo conjunto monástico só aconteceria em 1139, quando foi realizada em uma única

³³ BRAUNFELS, op. cit., p. 140.

³⁴ *Vida de São Bernardo* em: Ibidem, p. 323.

³⁵ *Vida de São Bernardo* em: Ibidem, p. 324.

³⁶ "el abad dio por fin su aprobación a los planes". *Vida de São Bernardo* em: Ibidem, loc. cit.

³⁷ Ibidem, p. 139.

³⁸ FARINA, FORNARI, op. cit., p. 48; ROMANINI, op. cit., p. 143.

³⁹ Fontenay é considerado o remanescente mais antigo dessa fase construtiva. CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 129; JORDAN, R. Furneaux. *História da arquitectura no Occidente*. [Lisboa]: Verbo, 1985, p. 114-115; ZARNECKI, op. cit., p.

71.

⁴⁰ FARINA, FORNARI, op. cit., p. 25.

⁴¹ BRAUNFELS, op. cit., p. 142.

etapa.⁴² Duas outras fundações estabelecidas em Yorkshire e também filiais de Claraval, podem ser observadas como representativas desse período construtivo cisterciense, por ser testemunho do desenvolvimento de um mesmo projeto: o mosteiro de Rievaulx, edificado em cerca de 1132 por Guilherme, secretário de São Bernardo; o mosteiro de Fountains, construído a partir de 1135 sob a orientação do técnico em construções monásticas Geofroy D'Alaine.⁴³

O ano de 1124 pode ser destacado como uma data representativa do início dos ideais construtivos cistercienses que culminariam com o modelo de planta Bernardino.⁴⁴ Neste ano, São Bernardo redigiu a *Apologia a Guilherme*, carta destinada ao seu amigo e abade beneditino Guilherme de Saint-Thierry. Nos parágrafos 28 e 29, em seu final, São Bernardo condena os excessos arquitetônicos e ornamentais na arquitetura monástica, especificamente as grandes dimensões das igrejas e os ornamentos com figuras animais nos capitéis dos claustros.⁴⁵ Apesar dessa passagem ser considerada apenas como uma crítica à arquitetura e à ornamentação presumivelmente existente em Cluny,⁴⁶ Rudolph amplia sua extensão. Afirma que em 1124 a maior igreja monástica era a de Canterbury e não a de Cluny II e, além disso, observa a incompatibilidade da descrição das ornamentações dos capitéis, existente no texto, com os remanescentes arqueológicos do claustro da abadia de Cluny, remodelado durante o abaciado de Pons de Melgueil (1109/1122) e predominantemente ornados com desenhos de vegetais. Ainda que a palavra cluniacense apareça duas vezes no texto *Apologia a Guilherme*, Rudolph entende que a crítica de São Bernardo seria dirigida à arquitetura monástica de forma geral e estaria além de uma mera admoestação direcionada somente aos monges do mosteiro de Cluny.⁴⁷ Alguns dos ideais bernardinos, existentes neste texto, como a negação da ostentação e da grandiosidade, bem como as possíveis dispersões de objetivos causadas pela

⁴² AYERZA ELIZARAIN, op. cit., p. 719.

⁴³ BRAUNFELS, op. cit., p. 142.

⁴⁴ AYERZA ELIZARAIN, op. cit., p. 714.

⁴⁵ "Omito la inmensa altura, la desmedida longitud, la anchura excesiva, las suntuosas labores de cantería de los oratorios, así como las pinturas que despiertan la curiosidad y atraen la mirada de los orantes [...] Y además, entre los hermanos que leen en el claustro, ¿qué hacen allí esas ridículas monstruosidades, esa belleza horriblemente desfigurada y esa perfecta fealdad? ¿Qué hacen allí monos impuros? ¿Qué los salvajes leones? ¿Qué los monstruosos centauros? ¿Qué los semihombres? ¿Qué los tigres manchados? ¿Qué los guerreros combatientes? ¿Qué los cazadores? Allí ves bajo una cabeza muchos cuerpos, y allí sobre un cuerpo varias cabezas. Aquí se ve en el cuerpo de un cuadrúpedo la cola de una serpiente, y allí en un pez la cabeza de un cuadrúpedo. Allí una bestia que delante es caballo y detrás cabra; y más allá un animal con cuernos delante, pero detrás caballo. En una palabra: aparece por doquier tanta y tan maravillosa diversidad de distintos seres, que ocurre que se lee más en las obras esculpidas que en las escritas; que uno prefiere contemplar todo el día tales obras, en lugar de reflexionar sobre la ley de Dios." Excerto da *Apologia a Guilherme* em: BRAUNFELS, op. cit. p. 317, 319-320.

⁴⁶ AYERZA ELIZARAIN, op. cit., p. 714; BRAUNFELS, op. cit., p. 128; ZARNECKI, op. cit., p. 70.

⁴⁷ RUDOLPH, Conrad. Bernard of Clairvaux's *Apologia* as a description of Cluny, and the controversy over monastic art. *Gesta*, v. XXVII, n. 1/2, 1988, p. 125-132.

excessiva ornamentação resultariam em uma diferenciada arquitetura que rapidamente se firmou com a fundação de dezenas de mosteiros.⁴⁸

Os cistercienses assim adotaram, por meio de uma série de experiências realizadas em torno de 1130, um específico partido de planta. A resolução dada à planta cisterciense é bastante semelhante na grande maioria dos mosteiros da Ordem, mesmo com exceções.⁴⁹ Dimier estudou essas plantas e estabeleceu um desenho que representaria todas elas.⁵⁰ O seu desenho, esquemático e apresentando apenas as edificações localizadas ao redor do claustro, é amplamente considerado como demonstrativo do esquema geral da planta cisterciense estabelecida na primeira metade do século XII.⁵¹

Antes de nos determos na planta de Dimier talvez caiba observar a implantação dos mosteiros cistercienses. O isolamento dos monges em seu mosteiro, recomendado pela *Regra de São Bento* como necessário,⁵² também pode ser visto nas determinações cistercienses relacionadas ao local de implantação das novas fundações. Um novo mosteiro deveria ser estabelecido em lugares afastados de núcleos populacionais: “Não se deve construir nenhum mosteiro nas cidades, aldeias ou grandes propriedades rurais”.⁵³ Deveria também ser implantado em áreas pouco povoadas: “Ademais, como estes santos homens sabiam que o bem-aventurado Bento construía seus mosteiros não nas cidades, aldeias ou propriedades rurais, mas em lugares afastados, pouco freqüentados pelos homens, comprometeram-se a imitar este exemplo”.⁵⁴ As propriedades da Ordem deveriam estar longe das habitações dos leigos: “é-nos lícito possuir, para nosso uso pessoal, açudes, florestas, vinhas, pastagens, lotes de terras afastados das moradias seculares”.⁵⁵

não está na Regra de S. Bento

⁴⁸ AYERZA ELIZARAIN, op. cit., p. 714; BRAUNFELS, op. cit., p. 128.

⁴⁹ Conant afirma que devido a essa semelhança, um monge cisterciense estaria familiarizado com o espaço de qualquer um dos mosteiros de sua Ordem. Kinder, mesmo questionando a total uniformidade dessas plantas, devido às exceções, concorda que existe uma similaridade geral. CONANT, op. cit., p. 128; KINDER, op. cit., p. 37.

⁵⁰ DIMIER, Père M.-Anselme, O.C.S.O. *L'art cistercien*. France. [Pierre-qui-Vire]: Zodiaque, 1962, p. 43.

⁵¹ BRAUNFELS, op. cit., p. 133; FARINA, FORNARI, op. cit., p. 48; VITI, op. cit., p. 5.

⁵² Para a passagem da Regra que recomenda o isolamento do mosteiro: nota 21 do capítulo 1. A localização das fundações monásticas em áreas isoladas também ocorria no monaquismo primitivo, assim como nos estabelecimentos beneditinos. AUBERT, Marcel. *O gótico no seu apogeu*. Lisboa: Verbo, 1983, p. 95; MASOLIVER, Alejandro. *Historia del monacato cristiano: v.1 desde los orígenes hasta San Benito*. Madrid: Encuentro, 1994, p. 36; PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982, p. 8; VARGAS, Maria Ester. O monaquismo: dos primórdios ao séc. VII. *Millenium*, ano 4, n. 15, jul. 1999, p. 256.

⁵³ Capítulo IX (Construção das abadias) dos *Capítulos em: Os Cistercienses*, op. cit., p. 150.

⁵⁴ Capítulo XV (Estatutos próprios dos monges cistercienses vindos de Molesme) do *Pequeno Exórdio em: Ibidem*, p. 63.

⁵⁵ Capítulo XV (De onde vem a subsistência dos monges) dos *Capítulos em: Ibidem*, p. 155.

A implantação dos mosteiros cistercienses em áreas quase despovoadas e isoladas do mundo secular está presente já na fundação de Cister – a Igreja-mãe⁵⁶ da nova Ordem – como apresentado no *Pequeno Exórdio*:

“O grupo assim reforçado dirigiu-se com entusiasmo a uma solidão chamada Cister, situada na diocese de Chalon e de difícil acesso, por causa da densidade da floresta e dos espinhos, sendo habitada apenas pelas feras. Ao chegar ali, os homens de Deus compreenderam que aquele local era tanto mais propício ao gênero de vida monástica que haviam concebido e em razão da qual ali estavam, quanto mais desprezível e inacessível parecia às pessoas do mundo”.⁵⁷

A implantação em áreas isoladas, uma preocupação existente quando do estabelecimento de uma nova filial,⁵⁸ era reforçada com o estímulo financeiro ou material para que os camponeses se afastassem,⁵⁹ inclusive até com a mudança de localização de alguns povoados.⁶⁰

Para que possamos nos deter em algumas relações da planta de Dimier com *A Regra de São Bento* e com as determinações da Ordem de Cister, listamos a seguir as funções assinaladas na planta (ilustração 18):

- A – igreja;
- B – sacristia;
- C – *armarium* ou biblioteca;
- D – sala do capítulo;
- E – escada do dormitório dos monges;
- F – *auditorium* ou parlatório;
- G – sala dos monges;
- H – sala de aquecimento;
- I – refeitório dos monges;
- J – cozinha;
- K – refeitório dos conversos;
- L – passagem;
- M – grande armazém;

⁵⁶ Igreja-mãe é a designação do mosteiro de Cister nos documentos cistercienses. Segundo Place: “A comunidade monástica é chamada ‘Igreja’, como em São Paulo a comunidade cristã local. (Cf 1Tc 1; 1 Co 1,2) A terminologia tem sua importância quando se sabe o lugar que ocupa na tradição monástica a comunidade eclesial primitiva de Jerusalém como fonte inspiradora, paradigma e, de certa maneira, como lugar fundador.” Place em: *Os Cistercienses*, op. cit., nota 1 na página 35.

⁵⁷ Capítulo III (Os monges cistercienses saem de Molesme. Chegada deles em Cister e fundação do mosteiro) do *Pequeno Exórdio* em: *Ibidem*, p. 39-41.

⁵⁸ BRAUNFELS, op. cit., p. 129.

⁵⁹ DUBY, op. cit., p. 83.

⁶⁰ KINDER, op. cit., p. 22-24.

- N – corredor dos conversos;
- O – nártex;
- P – claustro da colação ou do *mandatum*;
- Q – lavabo;
- 1 – santuário ou presbitério;
- 2 – porta dos mortos;
- 3 – escada do dormitório;
- 4 – porta dos monges;
- 5 – coro dos monges;
- 6 – bancos dos enfermos;
- 7 – jubéu;
- 8 – coro dos conversos;
- 9 – porta dos conversos;
- 10 – púlpito do leitor;
- 11 – passa-pratos.

Podemos observar que os principais ambientes relacionadas à vida monástica envolvem o claustro. Na parte norte do claustro, está a igreja de planta em cruz (A) e, junto à sua parede lindeira ao claustro, situa-se o *mandatum* (P). Na parte leste, anexo ao transepto da igreja, estão a sacristia (B) e o *armarium* ou biblioteca (C); ao seu lado e centralizada em relação ao claustro, está a sala do capítulo (D); quase na outra ponta do claustro está o *auditorium* ou parlatório (F); estendendo-se para fora da clausura, na direção sul, está a sala dos monges (G). Na parte sul, junto à sala dos monges, está a sala de aquecimento (H); ao seu lado, também centralizado em relação ao claustro e também se estendendo na direção sul, está o refeitório dos monges (I); à frente do refeitório e na área descoberta do claustro, está o lavatório (Q); ao lado do refeitório está a cozinha (J). Na parte oeste, próxima à cozinha, fica uma passagem (L); ao lado desta passagem e estendendo-se até o nártex da igreja, está o grande armazém (M). No piso superior da edificação que está na parte leste do claustro, situa-se o dormitório dos monges que, mesmo não assinalado na planta, está indicado como presente através de duas escadas: uma localizada entre a sala do capítulo e o parlatório (E), outra situada no transepto da igreja (3).

Através da planta de Dimier, podemos observar que há uma semelhança básica entre a planta cisterciense e as plantas de São Galo, assim como com as plantas das fases II e III de Cluny. Mas não é que não haja diferenças. A sacristia não está na mesma posição em todos os casos: na planta cisterciense ela está no claustro, atrás da biblioteca e junto ao transepto da

igreja; em São Galo, está no corpo da igreja, no lado do claustro; em Cluny II, está separada da igreja e no lado oposto do claustro; em Cluny III, está entre a igreja e o claustro. A biblioteca também não está na mesma posição: na planta cisterciense está no claustro e junto ao transepto da igreja; em São Galo, fica no corpo da igreja no lado oposto do claustro; em Cluny II está no claustro entre o transepto da igreja e sua nave lateral; em Cluny III, sua localização não está assinalada na planta. A sala de aquecimento está na planta cisterciense entre a sala dos monges e o refeitório, na mesma posição que em Cluny II e III; mas, em São Galo, ela está localizada abaixo do dormitório dos monges. O lavado está na planta cisterciense, assim como em Cluny II e III, na parte descoberta do claustro à frente do refeitório; em São Galo, o lavabo pode estar relacionado à casa de banho dos monges, localizada fora do claustro e a ele conectado. O *mandatum*, na planta cisterciense, está no próprio claustro, junto à parede da igreja e no lado oposto à entrada da clausura; tanto em São Galo como em Cluny II e III, o *mandatum* está junto ao claustro, só que próximo à entrada da clausura.

Um aspecto que podemos observar na planta de Dimier, talvez bastante representativo do programa de planta dos primeiros monastérios cistercienses, é a ausência de edificações ou recintos destinados ao abade, pois vemos sua presença em dois dos casos observados anteriormente. Em São Galo, não apenas a presença, mas também e principalmente a localização das suas dependências – em local oposto ao claustro e próximo à casa dos hóspedes distintos – podem ser entendidas como indicadoras de uma valorização e de uma distinção do abade. Esta disposição pode sugerir uma separação e um distanciamento do abade em relação aos monges, assim como pode sugerir também uma aproximação do abade com os hóspedes distintos. Da mesma maneira, a localização do claustro no mesmo lado do monastério em que estão as dependências dos hóspedes peregrinos e pobres, também pode sugerir uma aproximação dos monges dos outros hóspedes, os não distintos. Na planta de Cluny II não há recintos próprios ao abade, em Cluny III, construído no mesmo período de elaboração da planta cisterciense, suas dependências voltam a existir com seu “palácio” localizado também próximo dos hóspedes nobres, mas junto ao claustro e à sua frente, em sua entrada. Esta disposição novamente pode ser indicativa de uma valorização e de uma distinção do abade, assim como também pode sugerir uma aproximação do abade dos hóspedes nobres, bem como sua separação dos monges.

Observaremos algumas diferenças entre a Regra de São Bento e os documentos normativos da Ordem de Cister, relacionadas principalmente à eleição e à deposição do abade,

em termos de podermos encontrar elementos que possam colaborar em uma tentativa de se entender a ausência das dependências abaciais na planta cisterciense.

A *Regra de São Bento* determina que o cargo de abade deve ser ocupado por um monge escolhido pelo mérito de sua vida e pela doutrina de sua sabedoria.⁶¹ O abade deveria ser profundo conhecedor da lei divina, ser casto, ser sóbrio, ser misericordioso.⁶² Deveria também odiar os vícios, amar os monges, suspeitar de sua fragilidade e ser mais amado do que temido.⁶³ O monge da comunidade de um mosteiro que tivesse esses atributos e essas qualidades deveria ser escolhido, em uma assembléia, por todos os outros monges ou por um pequeno grupo que os representaria.⁶⁴

A *Carta de Caridade*, considerado o principal documento normativo da Ordem Cisterciense, também determina como deveria ser escolhido o abade, mas apresentando algumas diferenças em relação à Regra. A eleição abacial deveria ter a orientação e o consentimento do abade de seu mosteiro fundador, a quem caberia marcar a data da votação e convocar, não apenas os monges da comunidade, como determinado na Regra, mas também os abades dos monastérios fundados a partir dela: “Depois de ter marcado o dia da eleição, serão feitas convocações, inclusive dos abades oriundos dessa casa: e, com o conselho e a aprovação do abade pai, os abades e monges da dita casa escolherão um abade”.⁶⁵ Além disso, permitia-se a escolha, para ser abade, não apenas dos monges do monastério que estava com vacância deste cargo, como também determinado pela Regra, mas ainda daqueles de qualquer uma das suas fundações filiais: “Será permitido a qualquer Igreja-mãe de nossa Ordem escolher livremente para abade, não apenas um monge de suas Igrejas-filhas, mas também, em caso de necessidade, um abade dessas mesmas Igrejas”.⁶⁶

A *Regra de São Bento* determina que o abade, eleito para ser o responsável pelo monastério, deveria ser obedecido em suas decisões de forma incondicional.⁶⁷ O abade não deveria ser turbulento, inquieto, excessivo, obstinado, ciumento, desconfiado,⁶⁸ assim como não deveria ter vícios.⁶⁹ Caso isso ocorresse e chegasse ao conhecimento do bispo, de outros

⁶¹ *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 131.

⁶² *Ibidem*, p. 133.

⁶³ *Ibidem*, loc. cit.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 131.

⁶⁵ Estatuto 18b do capítulo XI (Morte e eleição dos abades) da *Carta de Caridade em: Os Cistercienses*, op. cit., p. 127.

⁶⁶ Estatuto 21 (Condições de elegibilidade para o cargo abacial) do capítulo XI da *Carta de Caridade em: Ibidem*, loc. cit.

⁶⁷ *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 43.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 133.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 131.

abades e dos cristãos vizinhos ao mosteiro, o abade deveria ser destituído do cargo.⁷⁰ Contudo, a Regra não especifica claramente de que forma deveria ocorrer sua destituição.

A *Carta de Caridade* pelo contrário dá especificações em relação às possíveis falhas de um abade na condução de seu mosteiro. Os cistercienses determinam que os desvios da conduta de um abade devem ser objeto de denúncia: “Se um abade for reconhecido como menos zeloso no cumprimento da Regra ou por demais absorvido pelos negócios do mundo, ou como eivado de vício em qualquer domínio, ele será objeto de denúncia pública, mas com caridade”.⁷¹ Seus erros poderiam ser objeto de um perdão e de uma penitência: “Vítima da proclamação, pedirá perdão e cumprirá a penitência a ele imposta por seu pecado”.⁷² Entretanto, antes dessa denúncia pública, ele deveria ser persuadido, pelo abade do mosteiro de Cister, a corrigir-se: “o abade do Novo Mosteiro (da Igreja-mãe), por ele mesmo, ou por seu prior, ou da maneira que lhe parecer mais oportuna, deverá adverti-lo até quatro vezes para que se corrija”.⁷³ Caberia ao abade do mosteiro fundador da Ordem uma possível correção do superior considerado faltoso com seu próprio mosteiro. A diferença mais expressiva, em relação à Regra, está no fato de que essa denúncia não poderia ser feita pelo bispo da diocese ou por cristãos vizinhos, mas sim que ela só deveria ser realizada por outros abades: “Mas somente os abades podem fazer tal proclamação”.⁷⁴

De forma mais detalhada que a *Regra de São Bento*, a *Carta de Caridade* determina que a escolha de um abade seria supervisionada pelo abade do mosteiro fundador daquele que estaria com o cargo vago. Também especifica que um abade deveria saber que seus atos à frente do mosteiro só poderiam ser questionados por outros abades. Podemos com isso observar um estreito relacionamento entre as diversas abadias, especialmente entre as de mesma filiação.

Havendo disputa entre os abades a Ordem Cisterciense determinou que se deve recorrer a outras instâncias: “Se alguma dissensão surgir entre quaisquer abades, ou se, com relação a qualquer um deles, se descobrir alguma falta de tal maneira grave que mereça a suspensão, ou mesmo a deposição, cumprir-se-á sem qualquer clemência tudo o que o capítulo decidir a este respeito”.⁷⁵ Conforme a *Carta de Caridade*, todos os abades cistercienses deveriam se reunir regularmente no mosteiro de Cister: “Mas todos os abades de

⁷⁰ Ibidem, p. 131, 133.

⁷¹ Estatuto 14 (Culpas dos abades no capítulo geral) do capítulo VII (Capítulo geral dos abades em Cister) da *Carta de Caridade* em: *Os Cistercienses*, op. cit., p. 87.

⁷² Estatuto 14 do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: Ibidem, loc. cit.

⁷³ Estatuto 24a (Deposição de um abade) do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: Ibidem, p. 95.

⁷⁴ Estatuto 14 do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: Ibidem, p. 87.

⁷⁵ Estatuto 15 (Litígios entre abades, faltas graves) do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: Ibidem, p. 87.

nossa Ordem se reunirão anualmente no capítulo geral de Cister, em regime de prioridade absoluta”.⁷⁶ No Capítulo Geral de Cister os abades tomariam decisões relacionadas à Ordem: “decidirão sobre aquilo que deve ser corrigido ou acrescentado na observância da santa Regra e das prescrições da Ordem”.⁷⁷

A comunidade de um mosteiro teria a possibilidade de eleger seu abade que teria seus atos supervisionados por outros abades. Na administração à frente de seu monastério o eleito poderia ser repreendido e deposto, sendo que esta decisão, se necessária, seria tomada pela reunião em assembléia de todos os abades da Ordem. Contudo e apesar disso, certas situações deveriam ser resolvidas pelo abade do mosteiro de Cister:

“Entretanto, se, em razão da divergência de opiniões, a causa transformar-se em discórdia, prevalecerá então o julgamento do abade de Cister e daqueles que parecerem mais sábios e mais competentes, tendo cuidado para que se observe o seguinte: nenhum daqueles que estiverem especialmente implicados na causa poderá tomar parte na decisão”.⁷⁸

Entretanto, também o abade do mosteiro de Cister poderia incorrer em erro, como assinalado na *Carta de Caridade*:

“Da mesma maneira ainda, se acontecer, – o que Deus não permita, – que os abades de nossa Ordem tomem conhecimento que nossa mãe, a Igreja de Cister, está começando a dar sinais de desleixo no esforço de realização do santo projeto de vida e a se desviar da via reta (da observância) da santa Regra, ou das prescrições de nossa Ordem”.⁷⁹

Caso esta situação ocorresse, o abade do mosteiro de Cister poderia ser repreendido por outros abades, auxiliados pelos superiores das quatro primeiras abadias filiais:

“os abades de nossa Ordem [...] agindo em nome de todos os outros abades, admoestarão (até) quatro vezes o abade deste mesmo lugar por intermédio de seus três confrades no abaciado (dos quatro primeiros abades), a saber, os de La Ferté, de Pontigny, de Claraval (e de Morismundo), mostrando que deve se corrigir (e tratar da correção dos outros)”.⁸⁰

No entanto, o abade poderia não aceitar a repreensão que lhe fosse imposta, o que ocasionaria a necessidade de se recorrer ao clero:

⁷⁶ Estatuto 12 do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, p. 85.

⁷⁷ Estatuto 13 (Objeto da solicitude do capítulo geral) do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, p. 87.

⁷⁸ Estatuto 16 (Procedimento a seguir em caso de opiniões discordantes) do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, p. 89.

⁷⁹ Estatuto 28 (Correção do abade de Cister) do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, p. 101.

⁸⁰ Estatuto 28 do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, loc. cit.

“Porque se não aceitar a admoestação dos outros abades, estes notificarão então imediatamente sua rebelião ao bispo e aos cônegos da Igreja de Chalon, solicitando que o convoquem e, depois da exposição do libelo de acusação, que o repreendam seriamente, ou então que, se ele se mostrar incorrigível, o demitam de seu cargo pastoral”.⁸¹

Se os membros do clero não tomassem uma atitude, a demissão do abade do mosteiro de Cister caberia aos abades de todos os mosteiros filiais: “então todos os abades saídos diretamente do Novo Mosteiro se deslocarão para o lugar da transgressão, demitirão de seu cargo o transgressor da santa Regra”.⁸² Contudo, o abade considerado transgressor poderia também se recusar a obedecer essa determinação, o que acarretaria sua excomunhão: “Se este abade e os monges de Cister quiserem resistir obstinadamente, os abades não deverão ter medo de os fulminar com o gládio da excomunhão”.⁸³

Conforme a *Carta de Caridade*, um abade deveria ser eleito por sua comunidade e ter essa eleição, assim como sua administração monasterial, supervisionada por outros abades. Poderia ser admoestado e deposto. O abade teria poderes muito amplos, mas que poderiam ser limitados e até retirados com sua deposição. Inclusive o abade de Cister poderia ser repreendido e deposto.

A inexistência de dependências exclusivas ao abade nos primeiros mosteiros da Ordem de Cister mostra-se, desta forma, significativa. O abade poderia ser questionado se incorresse em transgressões da Regra de São Bento ou não respeitasse as decisões comuns da Ordem. Teria por determinação da Regra e dos documentos cistercienses, uma identidade distinta dos outros monges. Só que esta identidade distinta não lhe daria a possibilidade de ter suas próprias dependências. A regulamentação cisterciense sobre a eleição e a deposição de um abade mostra os grandes cuidados que a Ordem tinha em relação ao comportamento do superior do mosteiro. A ausência de edificações abaciais em suas plantas também pode indicar uma posição diferente e contrária à possível valorização e à distinção do abade, sugeridas nas plantas de São Galo e de Cluny III.

Uma diferença visível da planta cisterciense em relação ao Plano de São Galo e às plantas das fases II e III de Cluny, está não só na presença, mas principalmente, na inclusão no núcleo do monastério de um recinto com uso aparentemente estranho à rotina diária dos monges e destinado aos conversos. Localizado na parte oeste do claustro, junto à passagem de acesso à clausura, próximo à cozinha e também se estendendo na direção sul, está o refeitório

⁸¹ Estatuto 28 do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, p. 103.

⁸² Estatuto 28 do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, p. 105.

⁸³ Estatuto 29 (Excomunhão em caso de revolta contra a deposição do abade de Cister) do capítulo VII da *Carta de Caridade* em: *Ibidem*, p. 105.

dos conversos (K). Braunfels reitera a planta de Dimier e, detalhando-a, assinala que no andar superior do refeitório dos conversos estaria também o seu dormitório que, por vezes, estender-se-ia pelo andar superior do armazém. Entre a única cozinha e o refeitório dos conversos, está um ambiente não especificado por Dimier e que seria, para Braunfels, o locutório destinado ao celeireiro, para que ele organizasse e distribuisse o trabalho dos conversos (ilustração 19).⁸⁴ Na igreja monástica podemos também observar a presença do coro dos conversos (8) na parte da nave próxima ao nártex.

Os conversos também seriam irmãos como assinalado nos *Capítulos*: “Para nós, eles são irmãos e participam de nossos bens tanto espirituais quanto materiais ao mesmo título que os monges”.⁸⁵ Mesmo que considerados pelos cistercienses religiosos de pleno direito,⁸⁶ nunca poderiam tornar-se monges e professar os votos de conversão, como determinado na seqüência do texto: “Feita a profissão, não poderá no entanto jamais se tornar monge, mesmo que insista neste pedido”.⁸⁷ Participariam também de algumas orações na igreja e usavam espaços diferenciados no conjunto monástico, estando vinculados especialmente às atividades relacionadas ao trabalho produtivo e agrícola,⁸⁸ realizado nas granjas ou *grangias*⁸⁹ nos arredores dos mosteiros ou mesmo em áreas distantes. Nas granjas estavam as plantações de grãos, as criações de animais, estábulos, habitações, capela e, em algumas, havia forjas, celeiros e criadouros de peixes.⁹⁰

O trabalho manual é recomendado nos documentos normativos cistercienses, como nos *Capítulos*: “Os monges de nossa Ordem devem tirar sua subsistência do trabalho de suas mãos, da cultura da terra e da criação de rebanhos”.⁹¹ O trabalho, especialmente o manual, também é recomendado pela *Regra de São Bento*, sendo considerado uma ocupação importante e inerente à vida monacal: “A ociosidade é inimiga da alma; por isso em certas horas devem ocupar-se os irmãos com o trabalho manual, e em outras horas com a leitura espiritual [...] são verdadeiros monges se vivem do trabalho de suas mãos”.⁹² Mas a dedicação ao trabalho manual poderia estar limitada pela própria rotina monástica que

⁸⁴ Braunfels também inclui na planta outros recintos, todos localizados no lado sul: o noviciado, junto à sala dos monges; a latrina dos monges, ao lado do noviciado; a latrina dos conversos, anexa ao seu refeitório. BRAUNFELS, op. cit., p. 132, 137.

⁸⁵ Capítulo XX (Trabalhos reservados aos conversos) dos *Capítulos* em: *Os Cistercienses*, op. cit., p. 157.

⁸⁶ Place na nota 53 do *Pequeno Exórdio*. Ibidem, p. 61.

⁸⁷ Capítulo XXII (Proibição a um converso de se tornar monge) dos *Capítulos* em: Ibidem, p. 157.

⁸⁸ FARINA; FORNARI, op. cit., p. 42.

⁸⁹ Este termo designava, nesse período, toda a fazenda agrícola, incluindo-se a terra e suas edificações. Ibidem, p. 7.

⁹⁰ KINDER, op. cit., p. 21.

⁹¹ Capítulo XV (De onde vem a subsistência dos monges) dos *Capítulos* em: *Os Cistercienses*, op. cit., p. 155.

⁹² Capítulo 48 (Do trabalho manual cotidiano). *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 103.

estabelecia um rígido horário diário de orações para todos os monges e que interromperia a eventual ocupação que estivesse em curso.⁹³ A obrigatória participação conjunta dos monges no Ofício Divino tem uma exceção estabelecida na Regra Beneditina, para os monges que estejam trabalhando distantes do mosteiro ou em uma viagem: “irmãos que se encontram em um trabalho tão distante que não podem acorrer na devida hora ao oratório [...] os que são mandados em viagem”.⁹⁴ Mas, mesmo não participando das orações em comum, eles deveriam realizá-las: “não deixem passar as horas estabelecidas, mas celebrem-nas consigo mesmos, como podem e não negligenciem cumprir com o encargo de sua servidão”.⁹⁵

Apesar de permitida como uma exceção, tanto a ausência dos monges de seu monastério como a sua não participação nas orações em comum, deveriam ser evitadas, sendo sua permanência no mosteiro amplamente recomendada na *Regra de São Bento*. No capítulo 4 (Quais são os instrumentos das boas obras) que lista os diversos comportamentos e procedimentos considerados corretos à conduta dos monges, está determinado que a clausura deve ser o local mais adequado para a sua realização: “São, porém, os claustros do mosteiro e a estabilidade na comunidade a oficina onde executaremos diligentemente tudo isso”.⁹⁶ Da mesma forma no capítulo 58 (Da maneira de proceder à recepção dos irmãos), ao assinalar-se que após o monge ser admitido na comunidade, não deveria dela se ausentar, por não ser permitido: “sabendo estar estabelecido, pela lei da Regra, que a partir daquele dia não lhe é mais lícito sair do mosteiro”.⁹⁷ A Regra estabelece outra exceção, desta vez em relação à permanência dos monges no monastério, mas com ressalvas quanto ao tempo dessa ausência: “Não presuma comer fora o irmão que é mandado a um afazer qualquer e que é esperado no mosteiro no mesmo dia, ainda que seja instantemente convidado por qualquer pessoa”.⁹⁸

As determinações cistercienses proíbem o monge de permanecer fora de seu mosteiro, como podemos ver no capítulo XV (Estatutos próprios dos monges cistercienses vindos de Molesme) do *Pequeno Exórdio*: “a moradia dos monges, de acordo com a Regra, deve ser em sua clausura”;⁹⁹ ou no capítulo XVI (O monge fica proibido de morar fora da clausura) dos *Capítulos*: “Segundo a Regra, a habitação própria do monge é o claustro”.¹⁰⁰ Ainda que se tenha estabelecido a obrigatoriedade da permanência do monge cisterciense na clausura, ele

⁹³ Para as orações diárias dos monges: notas 45 e 46 do capítulo 2.

⁹⁴ Capítulo 50 (Dos irmãos que trabalham longe do oratório ou estão em viagem). *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 107.

⁹⁵ Capítulo 50 em: *Ibidem*, loc. cit.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 35.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 119.

⁹⁸ Capítulo 51 (Dos irmãos que partem para não muito longe). *Ibidem*, p. 109.

⁹⁹ *Os Cistercienses*, op. cit., p. 63.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 155.

poderia visitar as granjas, também por um tempo limitado: “Ele pode, é claro, ir às granjas tantas vezes quantas ali for enviado, mas jamais para ali morar durante muito tempo”.¹⁰¹

A produção agropecuária e sua transformação seriam realizadas nas granjas. Essas atividades deveriam ser feitas pelos conversos, como explicitado nos *Capítulos*: “Para explorar, manter e conservar tudo isto, podemos ter, nos arredores do mosteiro, granjas que serão guardadas e administradas pelos conversos”,¹⁰² assim como no *Pequeno Exórdio*: “E como haviam instalado em diferentes lugares alguns centros de cultura agrícola, decidiram que caberia aos irmãos conversos, e não aos monges, a administração desses centros”.¹⁰³ No entanto, apesar da destinação aos conversos das atividades produtivas realizadas nas granjas, os monges também trabalhariam. A valorização dada pelos cistercienses ao trabalho monástico é considerada um dos principais pontos de sua reforma,¹⁰⁴ relacionada a uma crítica ao modelo cluniacense que seria mais propício a valorizar a liturgia.¹⁰⁵ Kinder assinala que o trabalho manual nos campos próximos aos mosteiros era efetivamente conduzido pelos monges, como representado nas miniaturas produzidas em Cister no início do século XII que mostram monges arando a terra.¹⁰⁶ Outros tipos de trabalhos manuais também poderiam ser realizados, como o preparo dos pergaminhos e das tintas que seria feito na sala de aquecimento¹⁰⁷ ou as atividades relacionadas à cozinha que deveriam ser conduzidas, por determinação da Regra, pelos monges em revezamentos semanais.¹⁰⁸ Apesar de sua participação no trabalho, não há recintos destinados exclusivamente a essa atividade na planta de Dimier. Braunfels também não inclui ambientes destinados ao trabalho monacal, assinalando que ele ocorreria em edificações com uma resolução de planta mais livre e por conseqüência menos padronizada, não se constituindo em uma arquitetura de destaque.¹⁰⁹

Em São Galo, os servos estavam dentro do conjunto e mais próximos do exterior do mosteiro, contudo com edificações próprias e separadas das reservadas aos monges. Em Cluny, em sua fase II e mais notadamente em sua fase III, vemos também a existência de edifícios para os conversos, separados da área do claustro e próximos à entrada do mosteiro.

¹⁰¹ *Ibidem*, loc. cit.

¹⁰² Capítulo XV (De onde vem a subsistência dos monges) dos *Capítulos* em: *Ibidem*, loc. cit.

¹⁰³ Capítulo XV (Estatutos próprios dos monges cistercienses vindos de Molesme) do *Pequeno Exórdio* em: *Ibidem*, p. 63.

¹⁰⁴ BRAUNFELS, op. cit., p. 128; FARINA, FORNARI, op. cit., p. 12; KINDER, op. cit., p. 14; ROBERTS, op. cit., p. 89; VITI, op. cit., p. 3.

¹⁰⁵ Sobre a valorização que os cluniacenses davam à liturgia: nota 38 do capítulo 3.

¹⁰⁶ KINDER, op. cit., p. 22.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 136.

¹⁰⁸ “ninguém seja dispensado do ofício da cozinha [...] os semanários que entram e os que saem”. Capítulo 35 (Dos semanários da cozinha). *A Regra de São Bento*, op. cit., p. 83.

¹⁰⁹ BRAUNFELS, op. cit., p. 138.

Na planta de Dimier, observamos que os recintos dos conversos estão no mesmo conjunto edificado destinado aos monges, constituindo-se em um mesmo corpo e não em edificações distintas. No entanto, ainda que no mesmo corpo, os espaços dos conversos estão nitidamente separados dos espaços dos monges. O corredor dos conversos (N) pode apresentar-se como o mais forte elemento desta separação. Constituído por um ambiente estreito e longo, não conectado diretamente ao claustro e ligando o setor dos conversos diretamente à igreja, esta passagem mantém a separação da clausura com o mundo dos conversos. A sala do capítulo, situada na área envoltória do claustro, recoloca a questão da separação. Neste ambiente os monges reuniam-se.¹¹⁰ Por determinação das próprias regulamentações cistercienses, os conversos não teriam direito de estar presentes a essas reuniões.¹¹¹ Contudo, através de aberturas para o claustro em uma das paredes da sala capitular aos conversos era permitido ver e ouvir o que acontecia nessas reuniões. Precensavam assim o que era discutido, sem que pudessem interferir mais efetivamente. Encontravam-se os conversos presentes no mesmo conjunto destinado aos monges, com seus espaços diferenciados e com a possibilidade de se aproximarem da comunidade monacal, na igreja e na sala do capítulo. Estavam apartados, mas de alguma forma próximos aos monges. Viviam com os monges, próximos a eles, mas não eram monges.

¹¹⁰ Sobre a sala capitular: nota 44 do capítulo 3.

¹¹¹ FARINA; FORNARI, op. cit., p. 42.

Conclusão

Podemos assim resumir os aspectos que consideramos os mais relevantes em nosso trabalho.

No primeiro capítulo desenvolvemos um estudo sobre as plantas monásticas desde a redação da *Regra de São Bento* no primeiro quartel do século VI até o início do século IX. Nas comunidades que se referenciavam na *Regra de São Bento* percebemos uma grande variação nas plantas ainda que notadamente retilíneas e ortogonais. Em contraponto, os mosteiros irlandeses apresentavam configurações mais uniformes e com formas circulares. Fizemos uma breve apreciação sobre a *Regra de São Bento* e os mosteiros que nela se referenciavam. Das fundações realizadas por São Bento, incluindo-se o primeiro mosteiro beneditino em Monte Cassino, não encontramos na bibliografia elementos suficientes para melhor apreciá-las. Seguimos, então, o roteiro de expansão histórica dos mosteiros beneditinos, considerando rapidamente algumas fundações inglesas (Canterbury, Monkwearmouth, Jarrow e Whitby) e francesas (Jumièges e Saint-Wandrille) que a bibliografia mostrou como expressivas da arquitetura monastical nos séculos VI e VII. Nos mosteiros ingleses havia algum tipo de arranjo funcional entre as edificações, contudo não uniforme e com expressivas variações de implantação. Nas fundações francesas observamos o início de um ordenamento relacionado ao claustro. No século VIII, a partir dos mosteiros ingleses houve um outro período de expansão do monaquismo beneditino, particularmente expressivo na Alemanha e no norte da França. Novamente consideramos brevemente alguns mosteiros, destacados pela bibliografia: Fulda, Lorsch e Saint-Riquier. Apresentavam variações em suas plantas sem nenhum tipo de organização interna mais definitivo. Na Irlanda o monacato seguiu uma outra corrente, menos coletiva. Destacamos os mosteiros de Armagh, Abbingdon e Tintagel. As configurações de implantação e a forma das edificações eram circulares, à exceção de Tintagel que apresentava construções retangulares.

Iniciamos o segundo capítulo por considerações sobre a autoria do Plano de São Galo (início do século IX) e suas possíveis relações com os sínodos de 816 e 817, realizados em Aachen. Procuramos descrever a planta do conjunto observando as cerca de quarenta edificações presentes no desenho. Iniciamos nossa análise pela área do claustro e seus edifícios circundantes; depois estudamos a igreja, as áreas de hóspedes, os setores de serviços e os agropecuários. Procuramos relacionar as disposições internas no arranjo da planta do Plano de São Galo com as normas existentes na *Regra de São Bento* e com as determinações dos sínodos de 816 e 817, especialmente no que se refere ao uso coletivo dos espaços de

alimentação, descanso, oração e trabalho. Analisamos ainda a casa do abade, um novo elemento no programa monástico beneditino, bem como sua relação com o conjunto monástico e com os hóspedes. Estabelecemos dois grandes setores: um relacionado aos monges e particularmente presente na área envoltória do claustro implantado no centro do conjunto, outro setor localizado ao redor de toda a área de clausura. O setor dos monges mostrou-se diretamente relacionado às suas necessidades diárias e o outro a todas as necessidades de suporte à vida monástica enclausurada. Também percebemos a existência de duas partes distintas no conjunto, separadas pela igreja: de um lado, o próprio claustro e as dependências dos hóspedes peregrinos e pobres, dos servos e dos noviços; do outro lado, os recintos para os hóspedes distintos, para a escola dos clérigos e dos laicos, para o abade, para os médicos e para os enfermos.

No terceiro capítulo analisamos as plantas da abadia de Cluny. Estudamos suas três fases construtivas: Cluny I (915 a 927), Cluny II (948 a 1045) e Cluny III (1075 a 1130). Para a primeira fase a bibliografia não chega a nenhuma planta do conjunto. Nas fases seguintes trabalhamos com as plantas propostas por Kenneth Conant, consideradas representativas dos arranjos internos do mosteiro nessas fases. Procuramos perceber as semelhanças e as diferenças existentes entre as plantas de Cluny e o Plano de São Galo. São notadamente similares quanto à implantação do claustro. Procurando identificar setores, percebemos que uma setorização das plantas de Cluny II e III semelhante a São Galo poderia ser feita, com algumas diferenças na localização dos ambientes. Entre as plantas de Cluny II e III há também diferenças. Aumentam significativamente, em Cluny III, as dimensões do conjunto e eliminam-se os setores artesanais. Destacamos um novo elemento programático em Cluny II, a sala do capítulo. Um outro elemento existente em São Galo, foi suprimido em Cluny II e reintroduzido em Cluny III – as dependências exclusivas do abade. Na localização destas funções observamos diferenciadas interpretações do relacionamento do mosteiro com seu mundo externo.

No quarto capítulo observamos, inicialmente, que no final do século XI e no início do XII surgiram diversos estabelecimentos monásticos com propostas distintas do modelo aplicado em Cluny. Dentre esses estabelecimentos, tomamos para uma apreciação mais detalhada aqueles pertencentes à Ordem de Cister, procurando observar as suas origens, especialmente suas primeiras plantas. Após a entrada de São Bernardo de Claraval a Ordem teve um grande crescimento. Ao redor de 1130, adotou um específico modelo de planta, estabelecido a partir de algumas experimentações desenvolvidas no mosteiro de Claraval e suas fundações filiais (Fontenay, Fountains e Rievaulx). Fizemos uma breve consideração

sobre os mosteiros de Cister, Claraval e Fontenay. Na segunda fase construtiva de Claraval (Claraval II) desenvolveu-se o que a bibliografia considera mesmo um protótipo – a Planta Bernardina. Anselme Dimier, estudando as plantas cistercienses, propõe um desenho que representaria os aspectos em todas existentes e que é amplamente considerado como demonstrativo da planta monástica cisterciense estabelecida no início do século XII. Analisamos este modelo e procuramos referenciá-lo em alguns documentos normativos cistercienses e, mais uma vez, na *Regra de São Bento*. Também fizemos uma breve consideração sobre o local de implantação dos mosteiros cistercienses, sempre localizados em áreas isoladas. Na planta cisterciense o modelo centrado no claustro permanece, apesar das diferenças na disposição de alguns recintos comparando-se com o Plano de São Galo e com as fases II e III de Cluny. O modelo cisterciense incluiu ao redor do claustro as dependências para os irmãos conversos, inexistentes em São Galo e localizadas fora da área do claustro em Cluny II e III. Além disso, na planta cisterciense, podemos observar, assim como em Cluny II, a ausência de ambientes ou edificações próprias ao abade, presentes em São Galo e Cluny III. Uma grande especificação nos documentos cistercienses, no que diz respeito ao cargo de abade, sugere que a ausência de dependências que lhe fossem exclusivas poderia fazer parte das condições de controle de sua função.

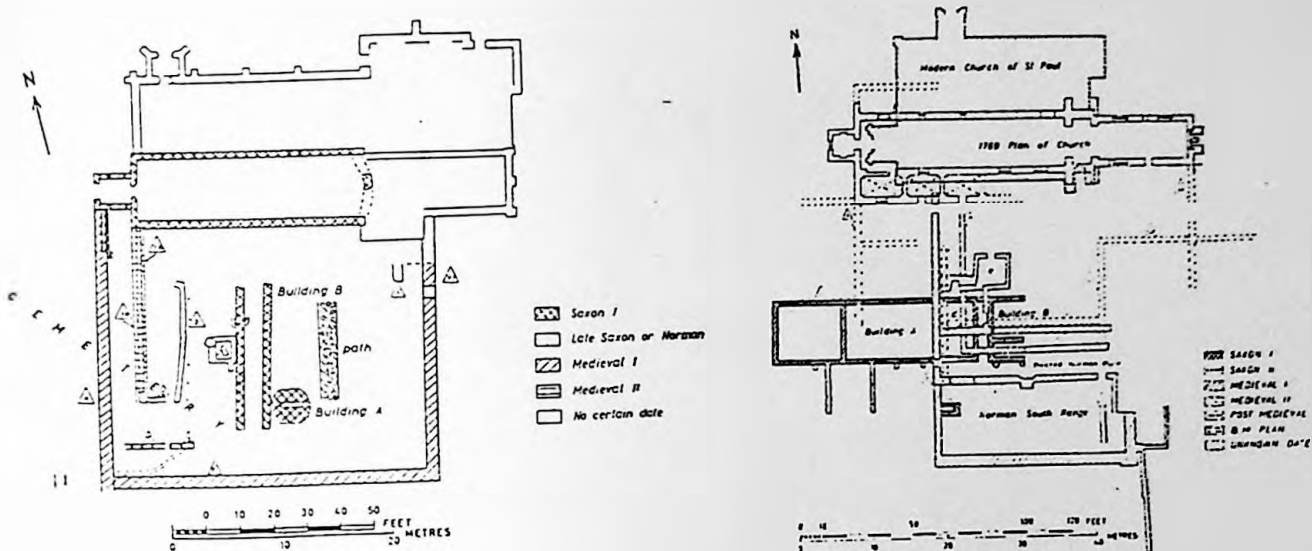


Ilustração 1 (acima e à esquerda)

Monkwearmouth (a partir de 674). Planta do mosteiro, segundo R. Cramp.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 39.

Ilustração 2 (acima e à direita)

Jarrow (a partir de 671/672) Planta do mosteiro, segundo R. Cramp.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 39.

Ilustração 3 (abaixo)

Whitby (a partir de 657) Planta do mosteiro, segundo C. Peers e C. A. R. Radford.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 38.

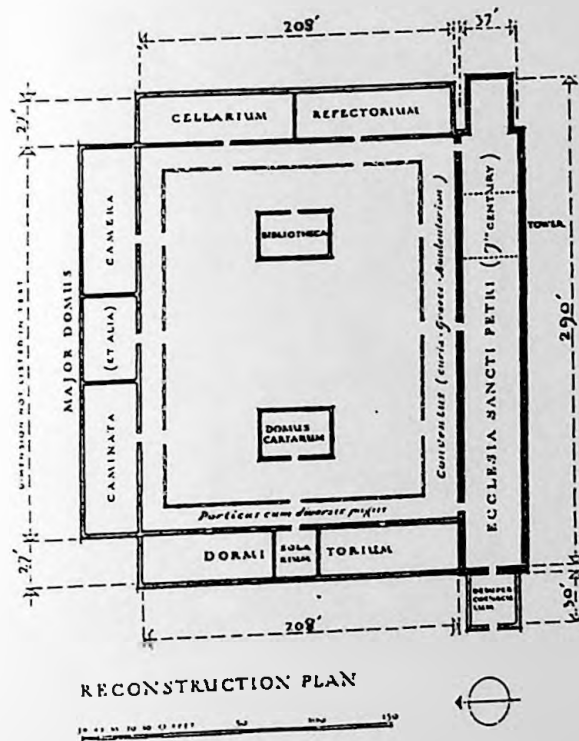
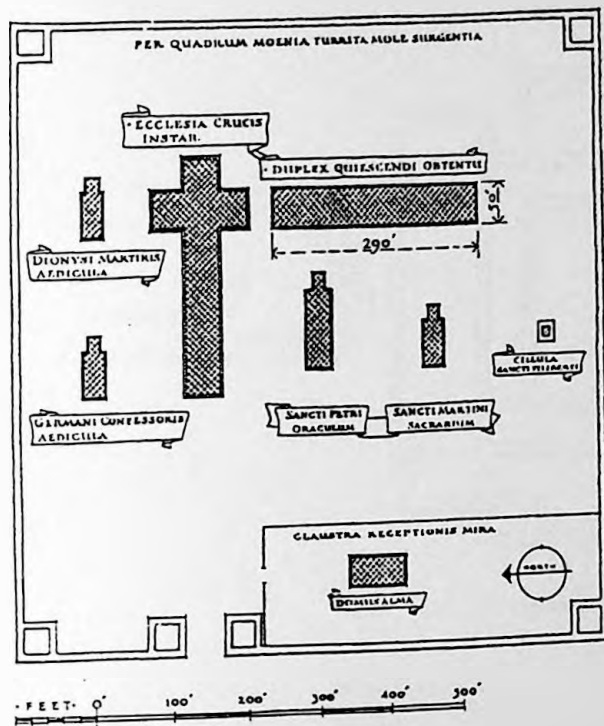


Ilustração 4 (acima)

Jumièges (c.750). Planta da abadia a partir de sua descrição em *Vida de São Filiberto*, segundo C. B. Lund e W. Horn.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 35.

Ilustração 5 (abaixo)

Saint-Wandrille (823/833). Planta do mosteiro, segundo C. B. Lund e W. Horn.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 46.

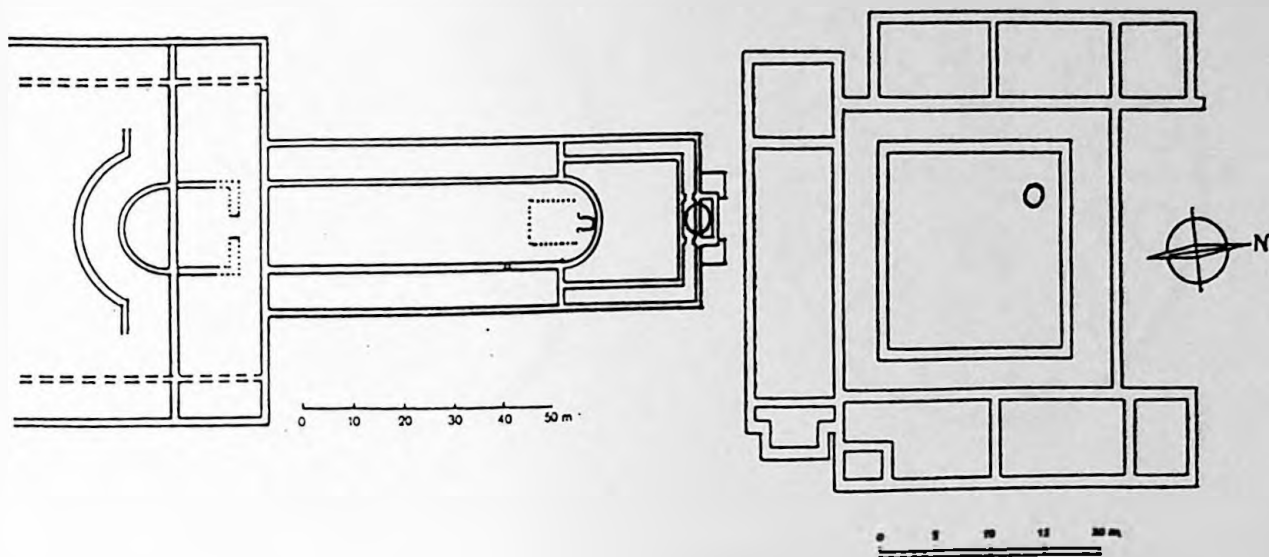


Ilustração 6 (acima e à esquerda)

Fulda (817 a 822). Planta da igreja e do mosteiro, segundo D. Groszmann.

Fonte: BRAUNFELS, Wolfgang. *Arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral, 1975, p. 50.

Ilustração 7 (acima e à direita)

Lorsch (765 a 774). Planta do mosteiro, segundo W. Selzer.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 42.

Ilustração 8 (abaixo)

Saint-Riquier (790 a 799). Vista geral do mosteiro em uma gravura do século XVII feita a partir de um desenho anterior ao século XI.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 43.

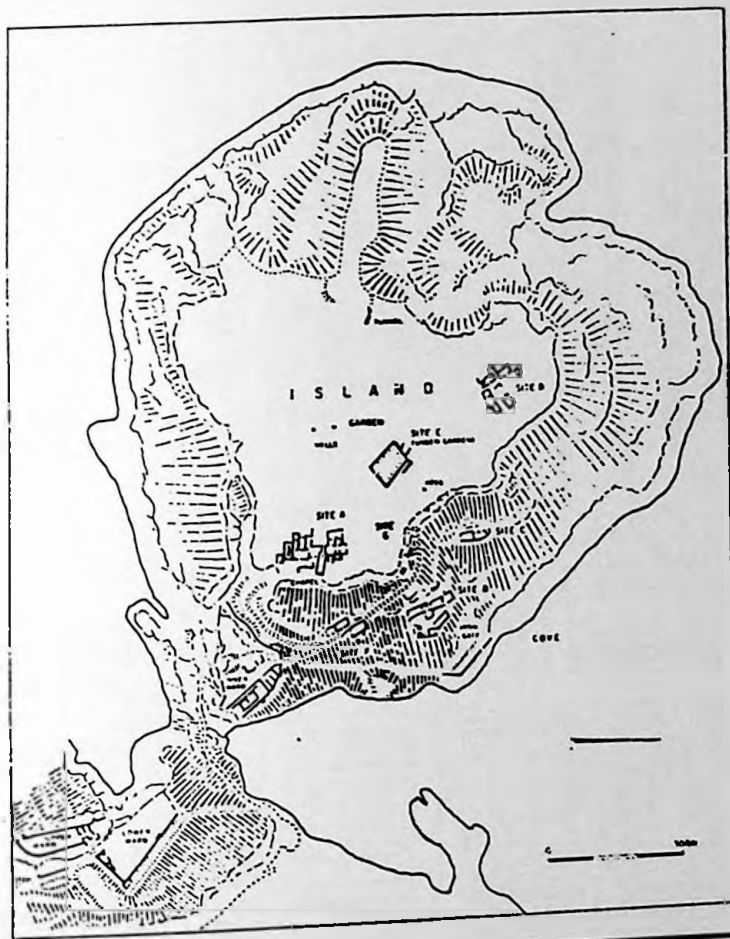
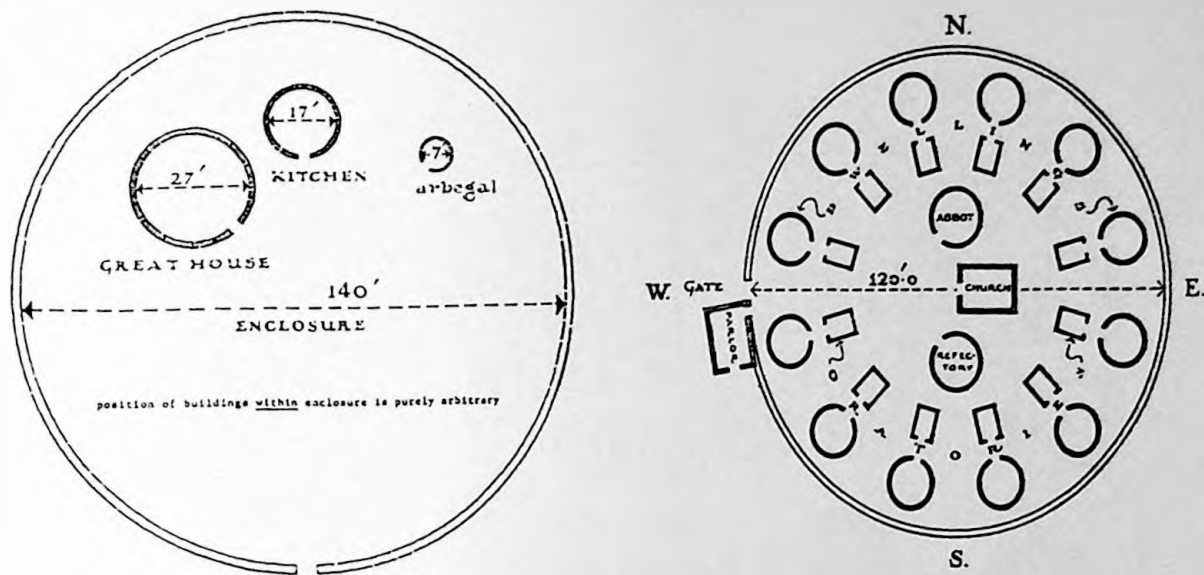


Ilustração 9 (acima e à esquerda)

Armagh (444). Planta do mosteiro a partir de sua descrição em *As Três Partes da Vida de São Patrício*, segundo C. B. Lund e W. Horn.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 24.

Ilustração 10 (acima e à direita)

Abbingdon (a partir de 675). Planta do mosteiro a partir de sua descrição em *Crônica de Abbingdon*, segundo C. B. Lund e W. Horn.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 30.

Ilustração 11 (abaixo)

Tintagel (séculos V a VIII). Planta do mosteiro segundo C. A. R. Radford.

Fonte: HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, v. XII, 1973, p. 31.

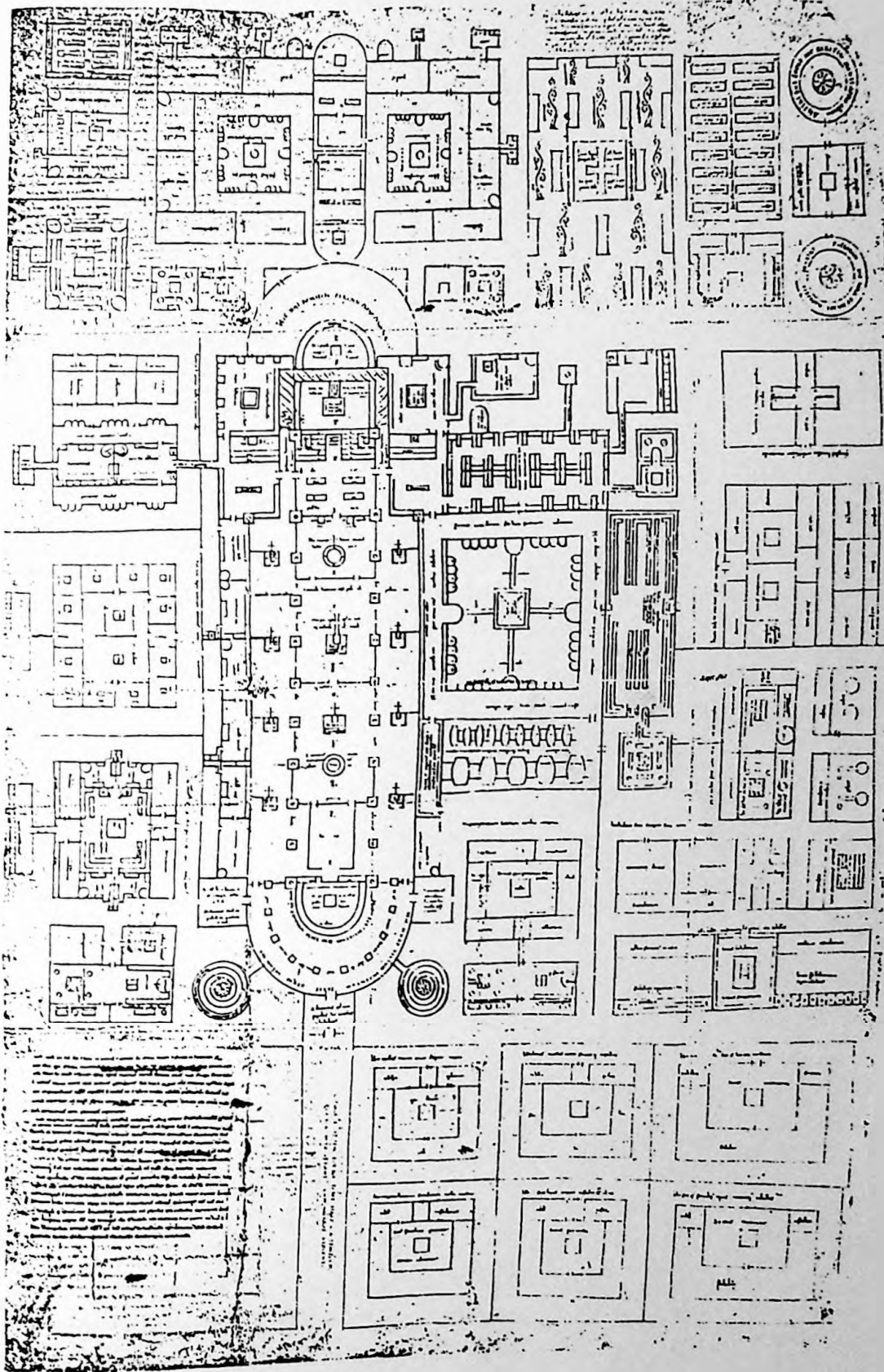


Ilustração 12

Plano de São Galo (início do século IX). Reprodução do pergaminho original.

Fonte: PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982. p. xii.

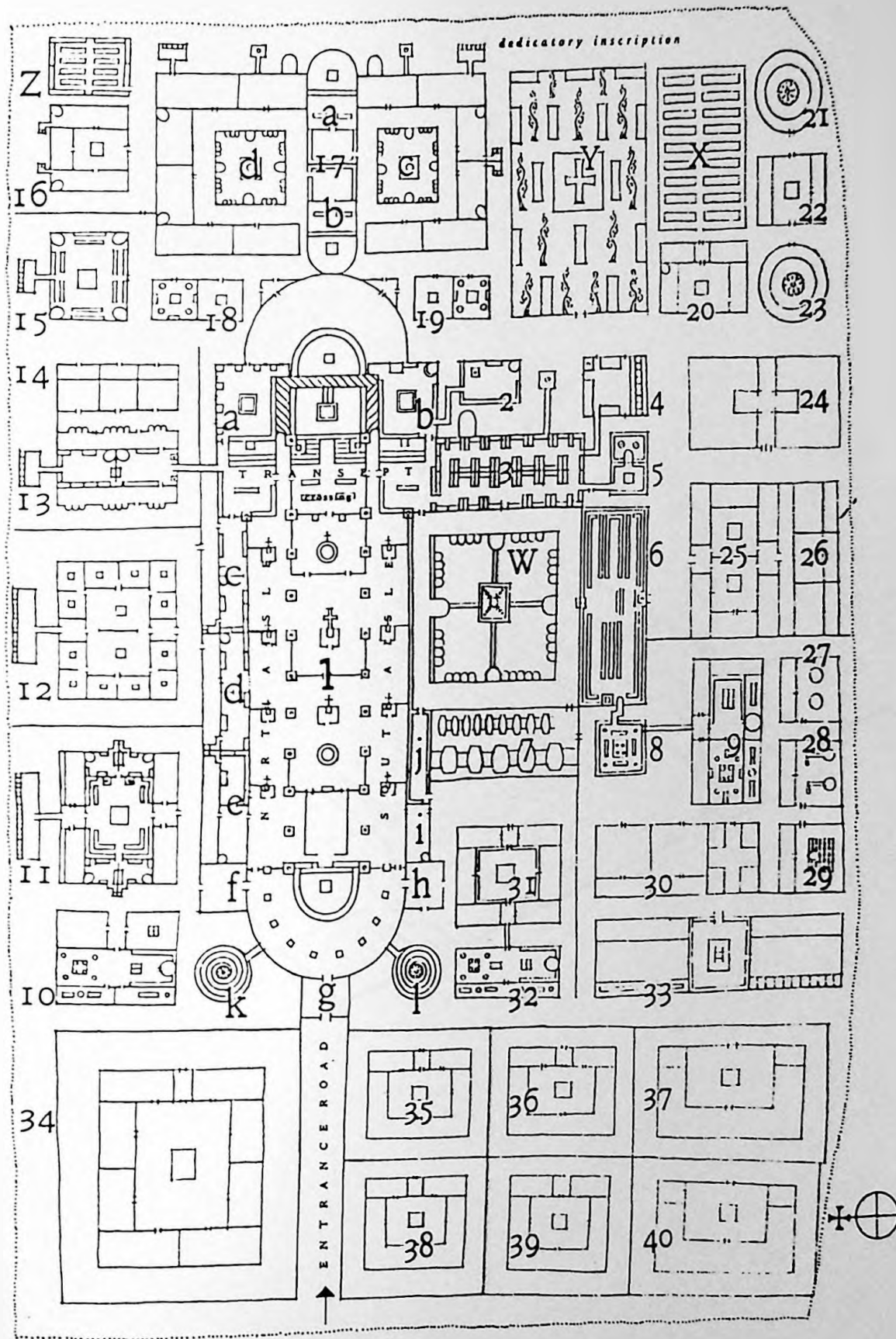


Ilustração 13

Plano de São Galo (início do século IX). Numeração da lista de funções realizada por W. Horn.

Fonte: PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982, p. 10.

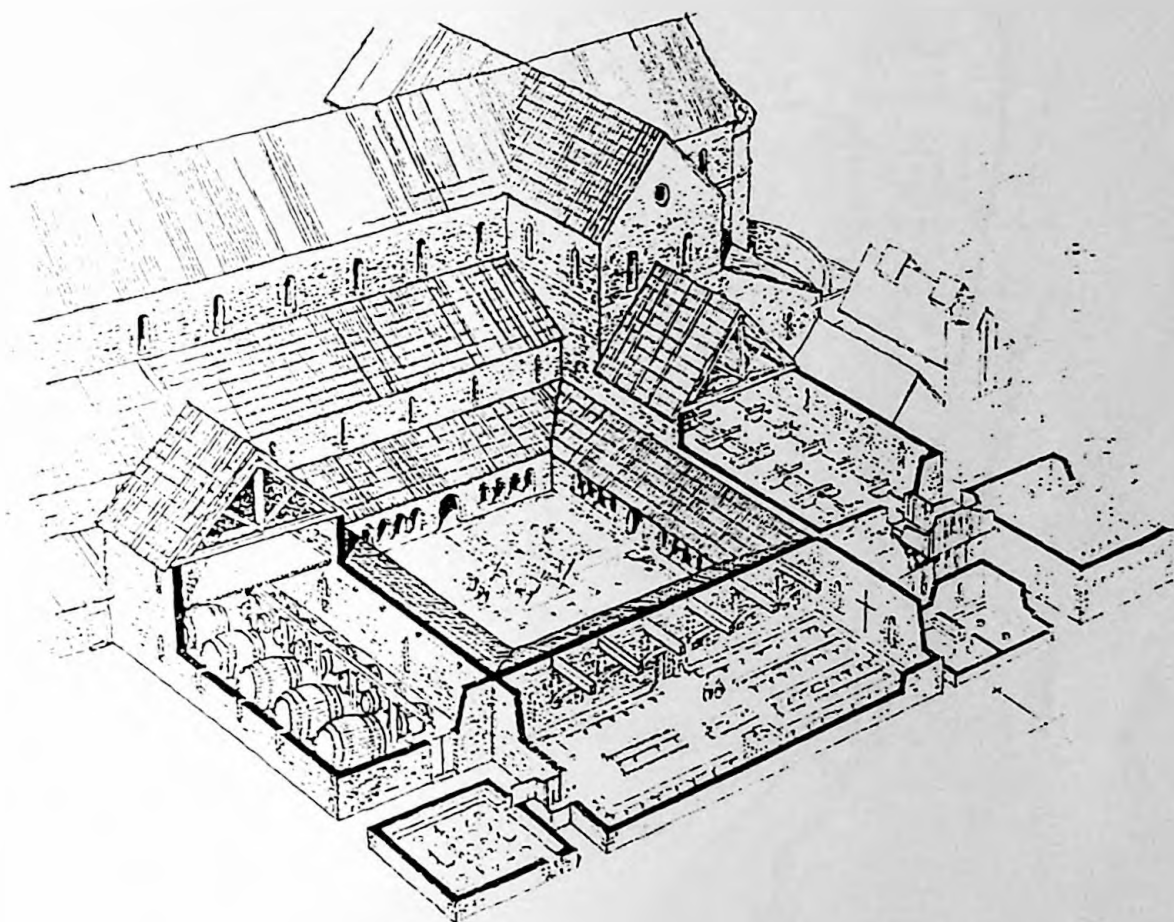


Ilustração 14

Plano de São Galo (início do século IX). Perspectiva da área do claustro, segundo E. Born e W. Horn.

Fonte: PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982. p. 26.

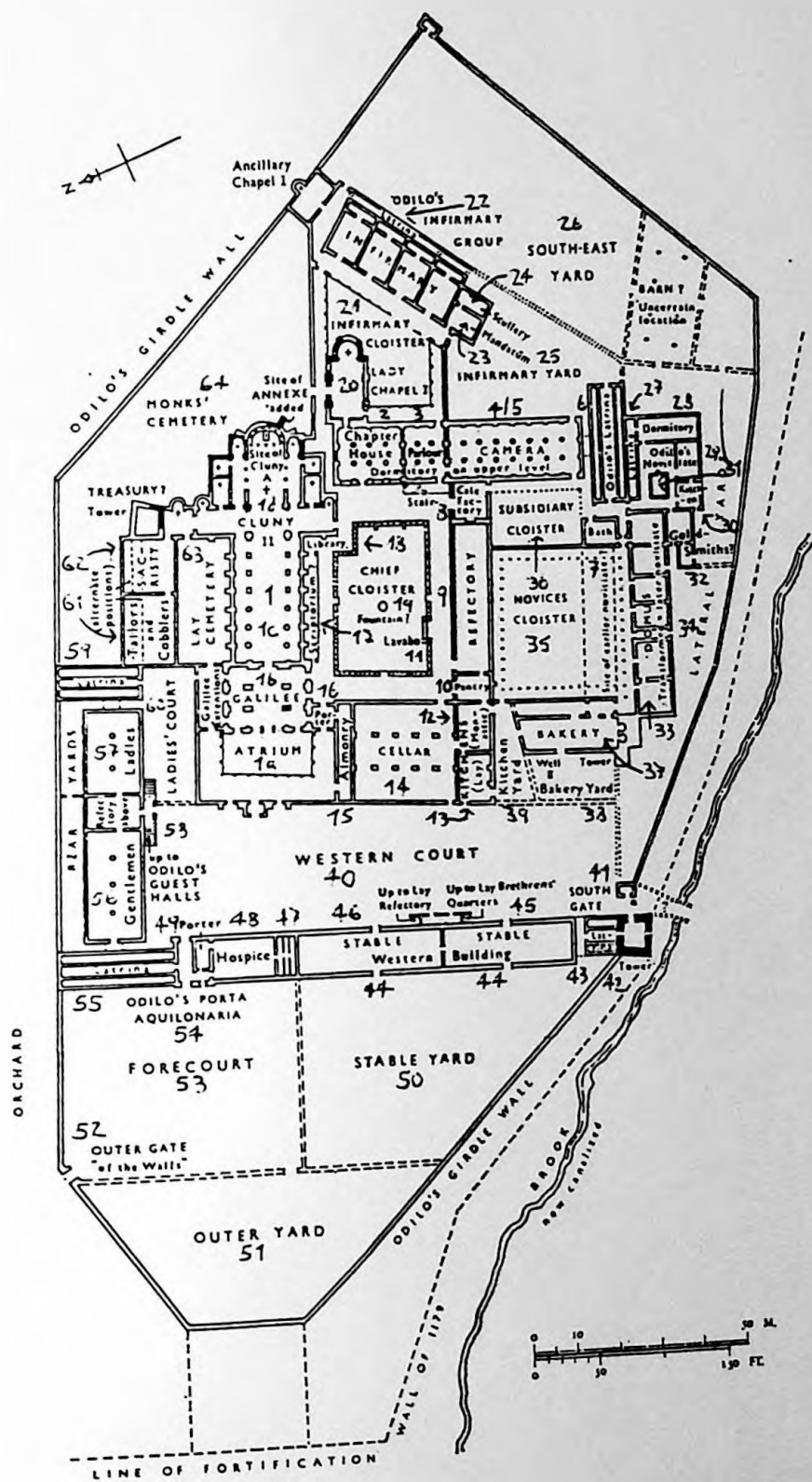


Ilustração 15

Cluny II (1050). Planta da abadia, segundo K. J. Conant.
 Fonte: CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*.
 2.ed. Harmondsworth: Penguin, 1966, p. 83.

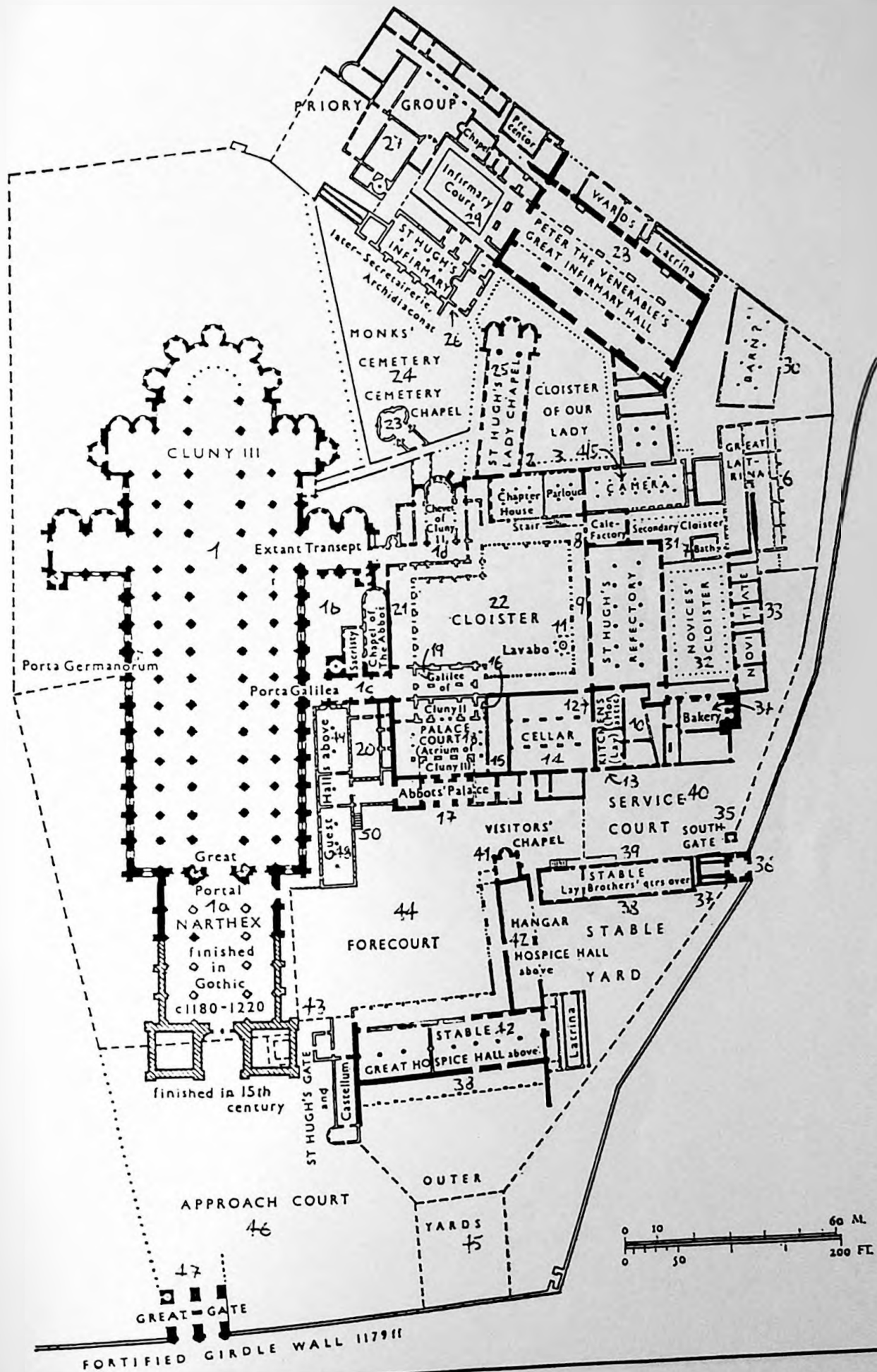


Ilustração 16

Cluny III (1157). Planta da abadia, segundo K. J. Conant.

Fonte: CONANT, Kenneth John. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. 2.ed. Harmondsworth: Penguin. 1966. p. 112.



Ilustração 17

Cluny III (1157). Perspectiva aérea da abadia, segundo K. J. Conant.

Fonte: ESCHAPASSE, Maurice. *L'architecture bénédictine en Europe*. Paris: Editions des Deux-Mondes, 1963. p. 36.

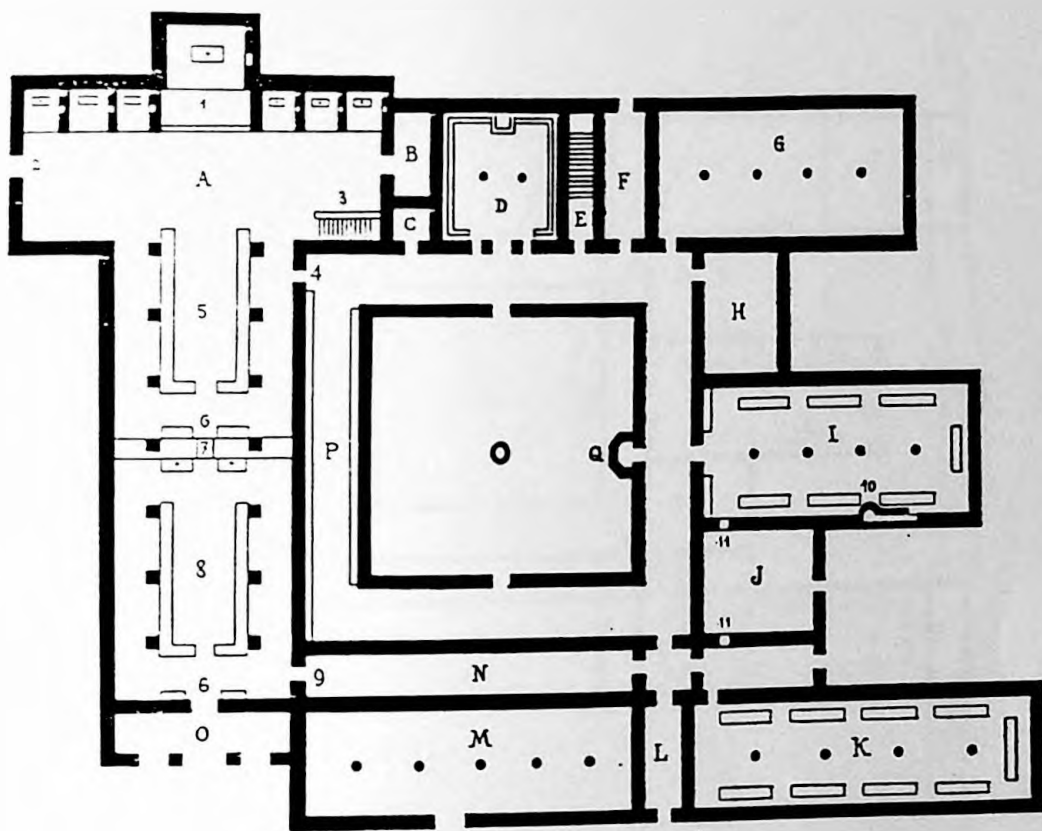


Ilustração 18

Plano representativo de um mosteiro cisterciense, segundo M. A. Dimier.
 Fonte: DIMIER, Père M.-Anselme, O.C.S.O. *L'art cistercien: France*. [Pierre-qui-Vire]:
 Zodiaque, 1962, p. 45.

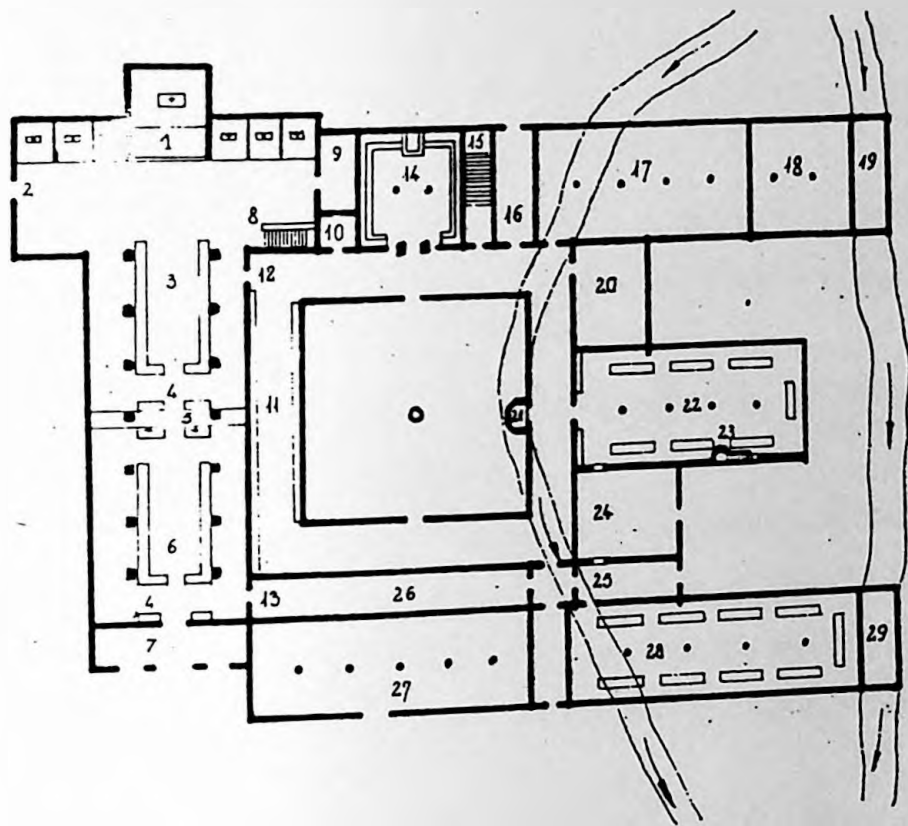


Ilustração 19

Plano representativo de um mosteiro cisterciense, segundo W. Braunfels.
 Fonte: BRAUNFELS, Wolfgang. *Arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral, 1975, p. 132.

Bibliografia

- A Regra de São Bento: latim/português*. Tradução e notas: Dom João E. Enout, OSB. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1992. Título original: Die Benediktus-Regel, lateinisch-deutsch.
- AUBERT, Marcel. *O gótico no seu apogeu*. Tradução: Franco de Sousa. Lisboa: Verbo, 1983. Série Movimentos e Escolas. Título original: Hoch Gothik.
- AYERZA ELIZARAIN, Ramón. Aportaciones para la determinación de la estética cisterciense. *CISTERCIVM: Revista Monástica*, n. 207, homenaje al P. Damián Yáñez Neira OCSO, v. XLVIII, p. 707-720, oct.-dic. 1996.
- BARRAL I ALTET, Xavier. *A Alta Idade Média: da Antiguidade Tardia ao ano mil*. Tradução: Teresa Curvelo. Colônia: Taschen, 1998. Coleção Arquitectura Universal da Taschen.
- BAUER, Nancy, OSB. Monasticism after dark: from dormitory to cell. *American Benedictine Review*, v. 38, n. 1, p. 95-114, Mar. 1987.
- BENCINI, Letizia; CAVIGLI, Rossella. Considerazioni sull'estetica dei Benedettini: episodi particolari sull'architettura monástica in Toscana. In: CASTELLI, Patrizia (Coord.). *Iconografia di San Benedetto nella pittura della Toscana: immagini e aspetti culturali fino al XVI secolo*. Firenze: Centro d'incontro della certosa di Firenze, 1982, p. 407-434.
- BIHLMAYER, Karl; TUECHLE, Hermann. *História da Igreja: volume segundo – Idade Média (692-1517)*. Tradução: Pe. Ebion de Lima, SDB (texto); H. Dalbosco, SSP (notas). São Paulo: Paulinas, 1964.
- BONDE, Sheila; MAINES, Clark. The archaeology of monasticism: a survey of recent work in France, 1970 – 1987. *Speculum: a Journal of Medieval Studies*, Cambridge, Medieval Academy of America, v. 63, n. 4, p. 794-825, Oct. 1988.
- BRAUNFELS, Wolfgang. *Arquitectura monacal en occidente*. Tradução: Michael Faber-Kaiser. Barcelona: Barral, 1975. Título original: Abendländische Klosterbaukunst.
- CARTY, Carolyn M. The role of Gunzo's dream in the building of Cluny III. *Gesta*, Nova York, International Center of Medieval Art, v. XXVII, n. 1/2, current studies on Cluny, p. 113-123, 1988.

- CASAS, Joan Canals, CMF; RODRÍGUEZ, Angel Aparicio Rodríguez, CMF (Dir.). *Dicionário teológico da vida consagrada*. Tradução: Honório Dalbosco; Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1994. Série Dicionários. Título original: *Diccionario teológico de la vida consagrada*.
- CASTANHEIRA, Ir. Monica, OSB; ZAMITH, Abade Joaquim, OSB. *Encontro com a RB*. [São Paulo]: Mosteiro de São Bento, 1983.
- CHADWICK, Henry. *A igreja primitiva*. Tradução: Maria Helena Albarran de Carvalho. Lisboa: Ulisseia, [1969]. Coleção História da Igreja v. 1. Título original: *The Early Church*.
- COLOMBÁS, D. García M., MB. *Diálogo com Deus: introdução a Lectio Divina*. Tradução: monges do Mosteiro da Ressureição. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1999. Coleção Herança Espiritual. Título original: *La lectura de Dios: aproximación a la lectio divina*.
- CONANT, Kenneth John. Cluny studies, 1968-1975. *Speculum: a Journal of Medieval Studies*, Cambridge, Medieval Academy of America, v. L, n. 3, p. 383-390, July 1975.
- _____. The after-life of Vitruvius in the Middle Ages. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. XXVII, n. 1, p. 33-38, Mar. 1968.
- _____. *Carolingian and Romanesque architecture: 800 to 1200*. Harmondsworth: Penguin, 1966. 2.ed. Coleção The Pelican History of Art n. Z13.
- _____. New results in the study of Cluny monastery. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. XVI, n. 3, Romanesque issue, p. 3-11, Oct. 1957.
- _____. The place of Cluny in Romanesque and Gothic architecture. *The Journal of the American Society of Architectural Historians*, v. 2, n. 3, p. 2-5, July 1942, 1.reimp. 1966.
- Congregação Beneditina do Brasil: Constituições*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1994. 2.ed.rev.
- COSTA, Ricardo da. *Cluny, Jerusalém celeste encarnada (séculos X-XII)*. Trabalho apresentado no V Encontro Internacional de Estudos medievais, 2003, Salvador. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com>>.
- DEL NEGRO, Paulo Sérgio Barbaro. *O mosteiro de São Bento de Sorocaba e a arquitetura beneditina do litoral brasileiro e do planalto paulista nos séculos XVII, XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

- DIMIER, Père M.-Anselme, O.C.S.O. *L'art cistercien: France*. [Pierre-qui-Vire]: Zodiaque, 1962. Série La nuit des temps.
- DUARTE, Luís Miguel. Dos licores aos hospitais: as sugestões da Regra de São Bento. *Notandum*, São Paulo, ano III, n. 6, jul.-dez. 2000. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand6/duarte.htm>>.
- DUBY, Georges. Anacoretas. In: _____. *História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença*. Tradução de Maria Lúcia Machado. 8.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Título original: Histoire de la vie privée, vol. 2: De l'Europe féodale à la Renaissance. p.508-511.
- _____. *São Bernardo e a arte cisterciense*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1990. Coleção O Homem e A História. Título original: Saint Bernard et l'art cistercien.
- ESCHAPASSE, Maurice. *L'architecture bénédictine en Europe*. Paris: Editions des Deux-Mondes, 1963. Coleção Architectures n. 1.
- EVANS, Joan. *The Romanesque architecture of the Order of Cluny*. Cambridge: Cambridge University Press, 1938.
- FARINA, Federico; FORNARI, Benedetto. *L'architettura cistercense e l'abbazia de Casamari*. [Casamari]: Edizioni Casamari, 1987.
- FOCILLON, Henri. *Arte do Ocidente: a Idade Média Românica e Gótica*. Tradução: José Saramago. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1993. Coleção Teoria da Arte n. 6. Título original: Art d'Occident: Le Moyen Age Roman et Gothique.
- FRÖHLICH, Roland. *Curso básico de história da igreja*. Tradução: Pe. Alberto Antoniazzi. São Paulo: Paulus, 1987. Título original: Grundkurs Kirchengeschichte.
- HERRERA, P. Lorenzo, OCSO. *Historia de la Orden de Cister*. Las Huelgas: Monasterio Cisterciense de Sta. María La Real de Las Huelgas, 1985. Coleção Espiritualidad Monastica v. 15.
- HORN, Walter. On the origins of the medieval cloister. *Gesta*, Nova York, International Center of Medieval Art, v. XII, p. 13-52, 1973.
- HUNT, Noreen. *Cluny under Saint Hugh: 1049-1109*. Londres: Edward Arnold, 1967.
- IOGNA-PRAT, Dominique. Cluny: cidadela celeste. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel (Coord.). *História artística da Europa: a Idade Média – tomo II*. Tradução: Mário Dias Correia. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Título original: Histoire Artistique de l'Europe: Le Moyen Age. p. 100-117.

- JORDAN, R. Furneaux. *História da arquitectura no Occidente*. Tradução: Maria da Conceição Ribeiro da Costa. [Lisboa]: Verbo, 1985. Série Movimentos e Escolas. Título original: a concise history of western architecture.
- KAISER, Wolfgang. A arquitectura românica na Alemanha. In: TOMAN, Rolf (Ed.). *O românico: arquitectura – escultura – pintura*. Tradução: Inês Espada Vieira; Marta Mendonça; Manuela Simões; Maria João Brunner. Colônia: Könemann, 2000. Título original: Die Kunst der Romanik – Architektur, Skulptur, Malerei. p. 32-73.
- KINDER, Terryl N. *Architecture of silence: Cistercian abbeys of France*. Nova York: Harry N Abrams, 2000.
- KNOWLES, David; HADCOCK, R. Neville. *Medieval religious houses: England and Wales*. Londres: Longmans, Green and Co, 1953.
- KUBACH, Hans Erich. *Arquitectura romanica*. Tradução: Juan Novella Domingo. Madrid: Aguilar, 1974. 1.ed. Coleção historia universal de la arquitectura Título original: architettura romanica.
- La Regla de San Benito*. Introducción y comentario: Garcia M. Colombás – monje beneditino. Traducción y notas: Iñaki Aranguren – monje cisterciense. Madrid: La Editorial Catolica, 1979. Coleção Biblioteca de Autores Cristianos n. 406.
- LODI, Enzo. *Os santos do calendário romano: rezar com os santos na liturgia*. Tradução: Benôni Lemos; Patrícia G. E. Collina Bastianetto. São Paulo: Paulus, 2001. Título original: I santi del calendario romano, Pregare con i santi nella liturgia.
- LOPES, Hugo. Os mosteiros medievais como edificios de saber: a conquista do território pela implantação de conhecimento desde o século X ao século XII – o caso português como ilustração paradigmática. *Millenium: Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu*, Viseu, ano 8, n. 27, p. 138-194, abr. 2003.
- LYMAN, Thomas W. The politics of selective eclecticism: monastic architecture, pilgrimage churches, and “resistance to Cluny”. *Gesta*, Nova York, International Center of Medieval Art, v. XXVII, n. 1/2, current studies on Cluny, 1988, p. 83-92.
- MACEDO, José Rivair. Disciplina do silêncio e comunicação gestual: os *signa loquendi* de Alcobaça. *Signum: Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais*, n. 5, p. 133-167, 2003.
- MALACO, Jonas Tadeu Silva. *Da forma urbana: o casario de Atenas*. São Paulo: Alice Foz, 2002.

- MASOLIVER, Alejandro. *Historia del monacato cristiano: v.1 desde los orígenes hasta San Benito*. Tradução: Maria Sira Carrasquer. Madri: Encuentro, 1994. Coleção Ensayos n. 78. Título original: *història del monaquisme cristià*.
- MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. *O simbolismo e a arquitetura de poder nos séculos XV e XVI em Portugal: um olhar sobre o Mosteiro dos Jerônimos*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- MCLEAN, Alick. O mosteiro como Jerusalém celeste. In: TOMAN, Rolf (Ed.). *O românico: arquitetura – escultura – pintura*. Tradução: Inês Espada Vieira; Marta Mendonça; Manuela Simões; Maria João Brunner. Colônia: Könemann, 2000. Título original: *Die Kunst der Romanik – Architektur, Skulptur, Malerei*. p. 118-119.
- MELLO, José Roberto. *O Império de Carlos Magno*. São Paulo: Ática, 1990. Série Princípios n. 183.
- MERTON, Thomas. *A vida silenciosa*. 3.ed. Tradução: Companhia da Virgem. Petrópolis: Vozes, 2002. Título original: *The Silent Life*.
- MEYVAERT, Paul. The medieval monastic claustrum. *Gesta*, Nova York, International Center of Medieval Art, v. XII, p. 53-59, 1973.
- MOULIN, Léo. *La vita quotidiana secondo San Benedetto*. Tradução: Elio Guerriero; Giuliana Aldi Pompili. Milão: Jaca Book, 1991.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Arquitectura occidental: la arquitectura como historia de formas significativas*. Tradução: Alcira González Malleville; Antonio Bonanno. 2.ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1985. Série Arquitectura ConTextos. Título original: *Architettura occidentale – architettura come storia de forme significative*.
- Os Cistercienses: documentos primitivos, texto latino e tradução brasileira*. Introdução e bibliografia: Irmão François de Place. Tradução: Irineu Guimarães. São Paulo/Rio de Janeiro: Musa/Lumen Christi, 1997.
- PAIXÃO, Dom Gregório, OSB. *São Bento: um mestre para o nosso tempo*. Salvador: São Bento, 1996.
- PE. JOÃZINHO, SCJ. *Curso de Liturgia*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- PLOUVIER, Martine. L'abbaye médiévale: histoire et analyse critique. In: _____; SAINT-DENIS, Alain (Dir.). *Pour une histoire monumentale de l'abbaye de Cîteaux: 1098-1998*. Vitreux/Dijon: Revue Cîteaux: commentarii cistercienses/ Association Bourguignonne des Sociétés Savantes, 1998, p. 123-153.
- PRICE, Lorna. *The Plan of St. Gall in brief*. Berkeley: University of California Press, 1982.

- READ, Piers Paul. *Os Templários: a história dramática dos cavaleiros templários, a mais poderosa ordem militar dos cruzados*. Tradução: Marcos José da Cunha. Rio de Janeiro: Imago, 2000. Título original: *The Templars*.
- RIBEIRO, Rogério Nemojane. "*Ora et Labora*": *tradição e contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- RICE, David Talbot (Ed.). *The dark ages: the making of European civilization*. Londres: Thames and Hudson, 1965.
- ROBERTS, Agustín. *Vida monástica: elementos básicos*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1980. Tradução: Monjas Beneditinas do Mosteiro da Virgem. Título original da edição argentina: *Hacia Cristo*.
- ROBERTS, H. Ernest. *Notes on the medieval monasteries and minsters of England and Wales*. Londres: S.P.C.K., 1949.
- ROMANINI, Angiola Maria. O projeto cisterciense. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel (Coord.). *História artística da Europa: a Idade Média – tomo II*. Tradução: Mário Dias Correia. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Título original: *Histoire Artistique de l'Europe: Le Moyen Âge*, p. 132-151.
- RUDOLPH, Conrad. Bernard of Clairvaux's Apologia as a description of Cluny, and the controversy over monastic art. *Gesta*, Nova York, International Center of Medieval Art, v. XXVII, n. 1/2, current studies on Cluny, 1988, p. 125-132.
- SANDERSON, Warren. The Plan of St. Gall Reconsidered. *Speculum*, v. 60, n. 3, p. 615-632, 1985.
- Santo Agostinho: escritos monásticos*. Tradução: D. Timóteo Amoroso Anastácio. Salvador/Juiz de Fora: CIMBRA/Mosteiro da Santa Cruz, 1991. Coleção Fontes da Vida Monástica 13.
- SANTOS, Pe. Luís Alberto Ruas, O.Cist. *Os Cistercienses: uma espiritualidade abrangente e criativa*. Itatinga: Abadia de Nossa Senhora da Assunção de Hardehausen-Itatinga, 1998.
- São Basílio Magno: as regras monásticas*. Tradução: Ir. Hildegardis Pasch; Ir. Helena Nagem Assad. Petrópolis: Vozes, 1983. Coleção Os Padres da Igreja n. 4.
- SOUCHAL, François. *L'alto Medioevo*. Tradução: Gabriella Ernesti. Milão: Rizzoli, 1969. Coleção *L'arte nel mondo*, v. 5. Título original: *Das Hohe Mittelalter*.
- VARGAS, Maria Ester. O monaquismo: dos primórdios ao séc. VII. *Millenium*. Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu, Viseu, ano 4, n. 15, p. 253-271, jul. 1999.

- Vida e milagres de São Bento por São Gregório Magno, Papa*. 3.ed. Tradução, introdução, notas e apêndice: Armando Alexandre dos Santos. São Paulo: Artpress, 1999. Série Cultura Religiosa.
- VITI, Goffredo. *Architettura cistercense*. Chignolo Pó – Itália: Centro Studi Internazionale i Cistercensi e la Via Francigena, 1994.
- VOGÜÉ, Dom Adalberto De. *O que diz São Bento: uma leitura da regra*. Belo Horizonte: Mazza, [1995].
- WEISBACH, Werner. *Reforma religiosa y arte medieval: la influencia de Cluny en el románico occidental*. Tradução: Helmut Schlunk; L. Vázquez de Parga. Madri: Espasa-Calpe, 1949. Título original: Religiöse reform und mittelalterliche Kunst.
- WERCKMEISTER, O. K. Cluny III and the pilgrimage to Santiago de Compostela. *Gesta*, Nova York, International Center of Medieval Art, v. XXVII, n. 1/2, current studies on Cluny, p. 103-112, 1988.
- ZARNECKI, George. El mundo monástico: la aportación de las órdenes. In: EVANS, Joan (Dir.). *La baja edad media: el florecimiento de la Europa medieval*. Tradução: Mireia Bofill. Barcelona: Labor, 1968. Título original: The flowering of the Middle Ages.
-